

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Victor Klauck Beirith

Venezuela sob cerco: a ofensiva imperialista estadunidense contra a Revolução Bolivariana

Florianópolis

2020

Victor Klauck Beirith

Venezuela sob cerco: a ofensiva imperialista estadunidense contra a Revolução Bolivariana

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Beirith, Victor Klauck

Venezuela sob cerco : a ofensiva imperialista contra a
Revolução Bolivariana / Victor Klauck Beirith ; orientador,
Márcio Roberto Voigt, 2020.

113 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Imperialismo. 3. Revolução
Bolivariana. 4. Venezuela. 5. Geopolítica. I. Voigt, Márcio
Roberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Victor Klauck Beirith

Venezuela sob cerco: a ofensiva imperialista estadunidense contra a Revolução Bolivariana

Florianópolis, 09 de outubro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Miguel Borba de Sá, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Waldir José Rampinelli, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da Banca examinadora.

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr
Orientador

Florianópolis, 2020.

Aos pescadores de Chuao, cuja verdade sempre há de vencer.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por proporcionar a segurança e a liberdade necessárias para a realização desse trabalho e para a conclusão da graduação.

Ao professor Jaime, por ter me acolhido nessa confusa empreitada; da mesma forma, ao professor Márcio, por aceitar tão atenciosamente me orientar nessa reta final. Ao professor Miguel, cujos comentários foram fundamentais para destravar algumas amarras - lhe devo um almoço.

Aos meus amigos Félix, Gabriel, Gabriela e Mariana, por todas as refeições improvisadas, planos mal-sucedidos e conversas sem rumo. Que nossos caminhos cruzem sempre que possível.

À Clara, por todos os atos de carinho, por todos os cuidados nesses últimos meses e principalmente por me permitir ser eu mesmo quando precisei.

À Pupella, pelas correções e por me motivar a mudar o tema de pesquisa; ao Lucas, por me ajudar a pensar a desordem mundial; à Eduarda, por todas as vezes que me ajudou a lidar com as angústias da vida.

Aos companheiros do Centro Acadêmico de Relações Internacionais e do Diretório Central dos Estudantes, que por todos esses anos me permitiram acreditar na construção da Universidade Necessária e numa produção científica que se colocasse à serviço de nossa nação.

Aos camaradas das Brigadas Populares, que muito me ensinaram sobre como pensar a Pátria Grande e com quem compartilho a luta diária pela construção de um novo destino para o povo brasileiro e por um país verdadeiramente soberano.

*¡Sépanlo: estamos resueltos a ser libres, pase lo que pase y cuéstenos lo que nos
cueste!*

(Hugo Rafael Chávez Frías)

RESUMO

Nesse estudo analisou-se a estruturação da ofensiva imperialista na Venezuela, que se apresenta enquanto uma guerra multidimensional contra a Revolução Bolivariana, iniciada com a eleição de Hugo Chávez em 1998, e se conforma como parte do objetivo pela dominação do espectro total, atual princípio de política externa estadunidense. Tal conflito se molda a partir da geopolítica latino-americana e das novas formas de intervenção e dominação, configurando uma ofensiva multifacetária através de embargo econômico, pressão diplomática, do fomento da oposição nacional e da utilização de táticas de guerra não convencional. Dessa forma, busca-se estabelecer um cerco à Venezuela, promover caos socioeconômico, isolar o país no cenário internacional e desestabilizar o processo bolivariano. Para essa análise, construiu-se um quadro analítico que, à luz das teorias do imperialismo e dos estudos geopolíticos e militares atuais, apresenta a evolução das formas de intervenção externa por parte dos Estados Unidos e a cronologia da guerra contra a Venezuela, iniciada em 1999 e intensificada a partir da morte de Chávez em 2013.

Palavras-chave: Revolução Bolivariana. Imperialismo. Dominação do Espectro Total.

ABSTRACT

In this study, it was analysed the structuring of the imperialist offensive in Venezuela, that is presented as a multidimensional war against the Bolivarian Revolution, started with the election of Hugo Chávez in 1998, and that conforms itself as a part of the goal of full-spectrum dominance, the current US foreign policy principle. Such conflict is shaped from the latin american geopolitics and the new forms of intervention and domination, configuring and multifaced offensive through economic embargo, diplomatic pressure, the support of national opposition and the utilization of non-conventional warfare tactics. This way, it aims to stablish a siege against Venezuela, promote socioeconomic chaos, isolate the country on the internacional stage and destabilize the bolivarian process. For this analisis, an analitical model was built that, from the imperialism theories and the current geopolitical and military studies, presents the evolution of the US external interventional forms and the chronology of the war against Venezuela, initiated in 1999 and intensified since the death of Chávez in 2013.

Keywords: Bolivarian Revolution. Imperialism. Full-spectrum dominance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do embargo econômico à Venezuela.....	77
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exercícios militares das Forças Armadas estadunidenses na região amazônica-caribenha em 2018.....	87
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB Agenda Alternativa Bolivariana
AD Acción Democrática
ALBA Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA Aliança de Livre Comércio das Américas
AN Assembleia Nacional
ANC Assembleia Nacional Constituinte
CANVAS Center for Applied Non-Violent Action and Strategies
CEDICE Centro de Disseminación de Informaciones Economicas
CIA Central Intelligence Agency
CLAP Comité Local de Abastecimiento y Producción
COPEI Comité de Organización Política Electoral Independiente
CTV Central de los Trabajadores de Venezuela
FANB Fuerzas Armadas Nacionales Bolivarianas
FARC Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FEDECÁMARAS Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FEDETRANSPORTE Federación Nacional de Transporte
FMI Fundo Monetário Internacional
IDH Índice de desenvolvimento humano
IIRSA Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
IRI International Republican Institute
MAS Movimiento al Socialismo
MBR-200 Movimiento Bolivariano Revolucionario-200
MERCOSUL Mercado Comum do Sul
MIR Movimiento de la Izquierda Revolucionaria
MUD Mesa de la Unidad Democrática
MVR Movimiento V República
NED National Endowment for Democracy
OEA Organização dos Estados Americanos
ONG Organização não governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OPAS Organização Pan-Americana de Saúde

OPEP Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCV Partido Comunista de Venezuela
PDVSA Petróleos de Venezuela S.A
PNAC Project for the New American Century
PPT Patria para Todos
PSUV Partido Socialista Unido de Venezuela
R2P Responsibility to Protect
RAND Research and Development
RCTV Rádio Caracas de Televisión
RMA Revolution in Military Affairs
TELESUR Televisión del Sur
TIAR Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSJ Tribunal Supremo de Justicia
UCV Universidad Central de Venezuela
UNASUL União das Nações Sul-Americanas
URD Unión Republicana Democrática
USAID United States Agency for International Development
USAID/OTI Office of Transition Initiatives of the United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CAPÍTULO I - A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA.....	20
2.1. NAÇÃO PETROLEIRA.....	20
2.2. O PUNTOFIJISMO.....	21
2.3. O FIM DO PACTO.....	24
2.3.1. O Caracazo.....	24
2.3.2. 4 de febrero e a ascensão de Hugo Chávez.....	26
2.4. OS GOVERNOS CHAVISTAS.....	29
2.4.1. A Constituinte e o Golpe de abril.....	30
2.4.2. Socialismo do Século XXI.....	35
2.4.3. A morte de Chávez e o cerco.....	41
3. CAPÍTULO II - DOMINAÇÃO DO ESPECTRO TOTAL.....	50
3.1. APORTES INICIAIS: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO LENINISTA.....	50
3.2. GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO.....	53
3.2.1. O "império estadunidense não-declarado".....	53
3.2.2. Novas ofensivas: a dominação do espectro total	55
3.2.3. Guerra híbrida: conceito em desenvolvimento.....	62
4. CAPÍTULO III - O IMPERIALISMO CONTRA A PÁTRIA DE BOLÍVAR.....	70
4.1. VENEZUELA SITIADA: A ATUAÇÃO HEGEMÔNICA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA	70
4.2. GUERRA MULTIDIMENSIONAL CONTRA O POVO VENEZUELANO.....	77
4.2.1. Estruturação da oposição nacional ao chavismo.....	77
4.2.2. Pressão internacional e guerra econômica: embargo e a “crise humanitária”...83	83
4.2.3. Guerra híbrida: guarimbas, governo paralelo e operações paramilitares.....	90
4.3. GOLPE DE MESTRE.....	98
5. CONCLUSÃO.....	100
6. REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, o recém-empossado presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, se auto-proclamou “presidente interino” do país durante manifestações contra o presidente reeleito Nicolás Maduro. A justificativa para tal ato seria a narrativa dos setores de oposição aos governos bolivarianos, que chegaram ao Palácio Miraflores¹ pela primeira vez em 1999 com a eleição de Hugo Chávez, de que as eleições foram fraudulentas, não havendo, assim, um presidente eleito no país. Guaidó foi imediatamente reconhecido por governos americanos, incluindo Washington, e defendeu o estabelecimento de eleições livres o como fim da “ditadura” chavista.

Tal evento representou um novo marco de um violento conflito internacional cujo palco é a Venezuela, país petrolífero localizado entre o Caribe e a região amazônica. Em fins de 1998, Hugo Chávez Frias, tenente-coronel do Exército venezuelano e líder do Movimento V República, vence as eleições presidenciais, encerrando um longo período político no país, estabelecido em 1957 com o Pacto de *Puntofijo*, em que 2 partidos - Ação Democrática e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente - alternavam-se no Executivo, sustentados pela riqueza petrolífera e pelo estreito laço com empresas transnacionais. (SCARTEZINI, 2013).

A ascensão de Chávez ao governo está ligada ao processo de decomposição do regime *puntofijista* a partir dos anos 80, onde a economia nacional assentada na renda do petróleo entra em crise em consequência de tendências internacionais - a saber, a queda do preço do petróleo e a crise da dívida dos países periféricos. Esse longo processo de desmonte foi protagonizado por uma ascensão política popular e militar contra as políticas de cunho neoliberal, que agravaram a situação econômica, e em prol de maior participação política frente a uma democracia restringida. Nesse contexto, Chávez despontou como principal figura da luta contra o regime após liderar um levante militar fracassado - sob a bandeira do Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 - em 1992. Reorganizando o movimento que liderava em partido e transformando sua popularidade em força eleitoral, Chávez assumiu a presidência em 1999, dando origem à Revolução Bolivariana. (MARINGONI, 2009).

Inicialmente mais moderada, a Revolução pautou-se pela consolidação de uma nova Constituição e por apoiar a democracia participativa e participação política das Forças Armadas. Não obstante, seu programa socioeconômico concebia a necessidade de reformas,

¹ Sede do Executivo.

em especial no setor petrolífero, dominado pelo capital monopolista transnacional e seus sócios nacionais². Assim, a Revolução, de caráter nacionalista, popular e antioligárquico, se conformou como um entrave aos interesses imperialistas no país.

A partir de Lenin (2011), compreendemos o imperialismo como a fase superior do capitalismo, representada pela dominação do capital monopolista que segue avançando permanentemente sobre novos territórios para controle de mercados e recursos. Como essência da economia e da geopolítica mundial, o imperialismo conformou uma ordem internacional pautada na hegemonia do dólar, no militarismo e na dependência centro-periferia (MARINI, 2017). Os EUA, como centro gravitacional dessa ordem desde a Segunda Guerra, desenvolveram instituições e organismos de forma a consolidar e manter sua hegemonia através da dominação ideológica, econômica e militar. Dessa forma, buscam neutralizar qualquer ameaça aos interesses imperialistas ou à ordem imposta.

Em termos atuais, essa atuação está pautada, segundo Engdahl (2009) e Ceceña (2014), pelo princípio de dominação do espectro total: a partir dos avanços políticos, militares, tecnológicos e organizacionais, os EUA definiram a construção de uma política internacional hegemônica onde possam deter capacidades plenas para dominar distintas sociedades em todas as suas dimensões. Dessa evolução, consolidou-se uma nova forma de ação intervencionista, denominada guerra híbrida, que através de estratégias híbridas age, em consonância com formas tradicionais de dominação, na promoção da desestabilização de uma sociedade-alvo como forma de atingir seus objetivos hegemônicos. (KORYBKO, 2018).

No caso venezuelano, observamos a concretização de tal ação intervencionista desde os momentos iniciais do chavismo, em que os EUA - diretamente ou através de seus organismos - atuou em consonância com a oposição venezuelana para derrubar a iniciativa bolivariana. Nessa ofensiva, o ponto de inflexão foi a gestação do golpe cívico-militar, orquestrado por setores ligados às oligarquias e com direta participação de entidades e diplomatas estadunidenses, contra Chávez em 2002, como resposta às reformas no setor petrolífero. (GOLINGER; LANDAU, 2006). A sublevação, derrotada pelo povo e pelos militares leais, evidenciou o caráter golpista e violento do antichavismo e impulsionou o processo revolucionário, que intensificou sua ofensiva contra as elites petrolíferas e passaria a assumir, nos anos posteriores, seu caráter socialista e anti-imperialista. (MARINGONI, 2009).

Dialeticamente, a ofensiva do imperialismo também se aprofundou e, a partir de 2013, com a morte de Hugo Chávez, o país ingressa em nova fase. Nicolás Maduro, na época vice-

² Ibid.

presidente, se elege presidente - conforme determina a Constituição - sob grande pressão opositora - que fazia acusações de fraude eleitoral. Além de enfrentar a situação econômica, com desvalorização cambial e crise do preço do barril de petróleo, Maduro confronta-se também com diversas demonstrações de violência e promoção do caos por parte da oposição, especialmente nas chamadas *guarimbas*. A violência registrada, somada à situação econômica e às acusações de fraude eleitoral e de abuso de poder em outras disputas políticas nacionais, seria usada para classificar o governo Maduro como “ditadura” em plano nacional e internacional.

Em dezembro de 2014, a Casa Branca passou a acusar a Revolução de violação de direitos humanos, justificando assim a implementação de sanções subsequentes que viriam a conformar um embargo total ao país. Tal determinação passa a configurar, com mais clareza, o atual estágio da ofensiva imperialista contra a Venezuela e seu povo. Definimos o conflito contemporâneo entre a Revolução e o imperialismo como uma guerra de caráter multidimensional, conformada pela inter-relação entre o embargo econômico; o cerco político-informacional, onde países, organismos e a mídia hegemônica atuam para pressionar a desestabilização do governo; o sitiamento militar imposto pelas Forças Armadas estadunidenses e seus aliados regionais; e as novas formas operativas híbridas de desestabilização. (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2018), (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2017), (TRICONTINENTAL, 2019).

Destarte, esse trabalho de conclusão de curso centra-se na seguinte pergunta: *como se configurou historicamente a ofensiva imperialista contra o processo de Revolução Bolivariana na Venezuela?* A partir dessa pergunta, definimos nosso objetivo central: analisar descritivamente a estruturação, nos moldes da concepção de dominação de espectro total, da atual guerra de caráter multidimensional coordenada pelos Estados Unidos contra o povo venezuelano.

O trabalho também pauta-se pelos seguintes objetivos secundários:

1. Apresentar a conformação do embargo econômico contra a Venezuela através da evolução de sanções e de ações de caráter especulativo e suas consequências para a economia nacional e para o povo venezuelano;
2. Descrever o papel dos países latino-americanos no processo de desestabilização da Revolução e na evolução do cerco político-econômico-militar à Venezuela;
3. Caracterizar os elementos nacionais do processo de desestabilização e sua relação com o governo dos EUA e demais organismos de segurança e política externa estadunidenses.

Compreendemos o tema em questão como de grande centralidade para o debate teórico-político acerca do imperialismo contemporâneo e da geopolítica latino-americana. Tal cenário de guerra, dos EUA e seus sócios menores contra o povo venezuelano e sua revolução, se configura como um “pequeno teatro de operações” (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 54, tradução nossa) dentro de um quadro regional e internacional de conflito e de dominação, tendo assim grande relevância para as disputas em contexto mundial e para o futuro da região.

O presente trabalho se assenta numa perspectiva metodológica materialista histórico-dialética. O método crítico dialético pauta a compreensão do mundo a partir do material concreto, realizando um processo de abstração para ressignificar o real, estabelecendo uma interação dialética (contraditória) entre o geral e o específico em prol de novas sínteses. (NETTO, 2011). Trata-se de uma pesquisa analítico-descritiva que busca compreender a evolução histórica da ofensiva situando-a num contexto regional (latino-americano) e internacional e em relação dialética com a evolução do processo revolucionário. Nesse sentido, a reconstrução histórica visa apresentar a cronologia dos eventos para melhor situar a descrição dos processos de desestabilização e agressão.

Devido à atualidade do tema em questão, a reconstrução histórica foi elaborada a partir de estudos históricos - centralmente Maringoni (2009) e Scartezini (2013) - e através de fontes jornalísticas, especialmente para os acontecimentos mais recentes. Nesse sentido, entendendo que a disputa informacional é parte estrutural do processo de agressão, deu-se preferência aos meios jornalísticos de cunho independente e contra-hegemônico - com maior destaque TeleSur, *The Grayzone* e *Venezuela Analysis*. Além disso, nossa pesquisa analisou documentos oficiais por parte do governo estadunidense e de suas Forças Armadas bem como declarações dos agentes políticos envolvidos no processo.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos a reconstrução histórica da Venezuela desde a fundação do regime *puntofijista*. O período revolucionário foi dividido em três fases: a primeira inicia-se com a posse de Chávez em 1999 e se estende até fins de 2004; a segunda, fase da consolidação do socialismo do século XXI, compreende o período entre 2005 e a morte de Hugo Chávez; e a terceira abarca o período Maduro até a acusação de narcoterrorismo contra líderes chavistas por parte dos EUA, em março de 2020. A fim de manter um distanciamento com os fatos descritos, optou-se por não abordar eventos posteriores a essa data. Da mesma forma, devido ao objetivo da pesquisa, as análises dos governos chavistas limitam-se aos elementos entendidos como necessários para descrever o quadro analítico almejado.

O segundo capítulo aborda a discussão teórica sobre o imperialismo e a geopolítica mundial. Nele, descrevemos a evolução da ordem mundial e das políticas de dominação e ingerência externa até o presente estágio de busca pela dominação de espectro total. Por fim, no terceiro capítulo descrevemos, a partir do quadro criado pelos capítulos anteriores, a estruturação da guerra de caráter multidimensional contra a Revolução Bolivariana, apresentando o quadro de dominação e cerco geopolítico na América Latina e as demais dimensões dessa ofensiva - estruturação da oposição nacional, pressão internacional e guerra econômica e guerra híbrida.

2. CAPÍTULO I - A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Para entender o impacto que o processo da Revolução Bolivariana, iniciado pela posse de Hugo Rafael Chávez Frías como presidente em 1999, causou na política do continente e na política externa estadunidense, é preciso reconhecer a importância que a Venezuela, país caribenho de cerca de 30 milhões de habitantes, possui no cenário geopolítico internacional.

2.1. NAÇÃO PETROLEIRA

A Venezuela é, em essência, uma nação petroleira. A primeira descoberta de petróleo se deu em 1878, mas a extração só dá-se efetivamente a partir de 1920, com a primeira Lei de Hidrocarbonetos. Rapidamente, as oligarquias locais reconheceram uma forma de rápido enriquecimento no acúmulo de *royalties* provenientes da extração petroleira por empresas estrangeiras e consolidaram uma economia exclusivamente extrativista e importadora de alimentos e produtos industrializados, que beneficiava os diversos setores oligárquicos ao passo que solidificava uma elite petroleira (MARINGONI, 2009, p. 44-6) (CATHCART, 2018).

A exclusividade da prática extrativista transformava a Venezuela em uma economia de enclave. Segundo Agustín Cueva, uma economia de enclave se configura pela “existência de ‘ilhas’ de capitalismo monopolista incrustadas em formações pré-capitalistas, com as quais não mantém outra relação além da sucção do excedente econômico.” (CUEVA, 1983, p. 106). Em suma, o extrativismo petroleiro se configura enquanto atividade de caráter rentístico, sem promover o desenvolvimento produtivo de outros setores nem do mercado interno.

Depois da primeira Lei de Hidrocarbonetos, a legislação acerca da produção petrolífera passaria por três momentos de alteração. Primeiro, a nova lei de 1943, no auge da Segunda Guerra Mundial, que ampliaria a fatia da produção recebida pelo Estado de 15% para 16,6%; segundo, a nacionalização da produção a partir da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) em 1976 pelo governo de Carlos Andrés Pérez; por fim, as alterações promovidas ao longo dos governos chavistas, em especial a lei de 2001, a destinação de recursos para financiamento de programas e as mudanças na PDVSA, buscando reverter o descolamento com o Estado rumo a um maior controle por parte dos setores privados. (MARINGONI, 2009), (SCARTEZINI, 2013).

Todavia, como veremos adiante, apesar de certos embates contra a histórica elite petroleira nacional por parte de Chávez e Nicolás Maduro, nunca se confrontou de fato a

estrutura rentista e oligárquica da economia venezuelana e a sua dependência completa na exportação de petróleo - especialmente não refinado -, o que está diretamente ligado ao processo de embargo e à atual crise econômica que enfrenta o país.

Para além da crise, a hegemonia do petróleo configurou-se como importante fio condutor da história política e econômica do país, guiando seus períodos de bonança e de instabilidade. Atualmente, o país possui as maiores reservas de petróleo declaradas do mundo, representando cerca de 300 bilhões de barris³. Não se trata de qualquer recurso: eis a *commodity* chave para as disputas internacionais por recursos naturais. Naturalmente, um processo pautado pela soberania nacional e popular num país rico em petróleo seria alvo da grande potência do sistema internacional⁴.

Contudo, a história do chavismo e da Revolução Bolivariana vai além do petróleo. Trata-se de um longo processo de rompimento de uma pactuação entre setores oligárquicos que dominou a vida política venezuelana por 40 anos e subalternizou por completo amplos setores sociais a partir do chamado Pacto de Punto Fijo.

2.2. O PUNTOFIJISMO

A Venezuela viveu um regime repressivo a partir do golpe de Estado, encabeçado por militares, que derrubou Rómulo Gallegos em 1948. Seu período mais importante foi durante o governo de Marcos Pérez Jiménez, que recebeu poderes ditatoriais em 1953 após o cancelamento das eleições do ano anterior e aplicou um duro regime repressivo que se esgotaria em janeiro de 1958, quando fortes protestos o fariam pedir asilo na República Dominicana.

O esgotamento do regime militar e o sentimento antiditatorial relacionavam-se a um ascenso da radicalização política em âmbito nacional, da qual o Partido Comunista da Venezuela (PCV) tinha certo protagonismo. Fazia-se necessário às elites que a transição para a democracia fosse conduzida de forma a não afetar o padrão de acumulação assentado nas oligarquias do petróleo e no processo desenvolvimentista conduzido pela ditadura. Assim, em 1957, representantes de três partidos tradicionais da Venezuela - Ação Democrática (AD), União Republicana Democrática (URD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) - encontraram-se nos EUA para iniciar acordos sobre a condução do

³ OPEC. **OPEC Share of World Crude Oil Reserves 2018**. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

⁴ Tal assunto será abordado no Capítulo II.

processo democrático, no que ficou conhecido como Pacto de Nova York. Esses três partidos compunham, junto ao PCV - intencionalmente excluído das negociações -, a Junta Patriótica, frente ampla pró-democracia. Com a derrocada e fuga de Jiménez, as três legendas voltam a se encontrar na chácara *Punto Fijo* de Rafael Caldera, líder da Copei, para reafirmar os acordos nova iorquinos e estabelecer as regras do jogo democrático a partir de então através do Pacto de Punto Fijo. (MARINGONI, 2009).

O *puntofijismo* se estabelecia sobre um programa mínimo e um princípio de respeito aos resultados eleitorais. Apesar de ser assinado por três forças, o que se estabeleceu na Venezuela nos anos seguintes foi um sistema bipartidário em que a URD fora rebaixada a um papel secundário e AD (social-democrata) e Copei (de cunho democrata-cristão) se alternavam no poder, dividindo até mesmo cadeiras diretivas no legislativo conforme os resultados eleitorais. (SCARTEZINI, 2013). O primeiro presidente *puntofijista* foi Rómulo Betancourt (1959-64), da AD, e fora responsável por firmar os pilares do novo período: a nova Constituição de 1961 e a política desenvolvimentista, sustentada pelas receitas do petróleo, de industrialização por substituição de importações (CRUZ; RIVERA, 2005, p. 259).

Ao passo em que as condições socioeconômicas do país melhoravam, graças ao aprofundamento do desenvolvimentismo industrial e do rentismo petrolero, as elites construtoras do pacto buscavam institucionalizar a política nacional e neutralizar os movimentos opositores e a esquerda radical. A Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), historicamente um instrumento de política de massas da AD, controlava firmemente a participação de setores mais à esquerda; a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), de forma análoga, servia também de instrumento governamental. (MARINGONI, 2009).

Contra os movimentos guerrilheiros, encabeçados pelas forças políticas excluídas do novo jogo político - em destaque o PCV e o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) -, aplicou-se dura repressão que, somada à melhora das condições de vida, garantiu o definhamento e total isolamento das guerrilhas ao longo dos anos 60 e 70. Em relação aos militares, a política governista se pautou pela cooptação dos setores castrenses através das benesses oriundas do novo regime, pela implementação de uma ideologia anticomunista (potencializada pela luta anti-guerrilha) e pela intervenção legislativa em pontos-chaves da corporação, garantindo que os militares, impedidos inclusive de votar, estivessem alheios à vida política venezuelana. (CRUZ; RIVERA, 2005).

Ao estabilizar o país por cima, os partidos representantes das oligarquias tradicionais consolidavam a “mais eficiente democracia de fachada na América Latina” (MARINGONI,

2009, p. 55); uma democracia conformada “por um sistema de coalizão entre as elites, excludente e restringido, cujos compromissos clientelistas e de rapina se incorporaram na estrutura política e minaram finalmente o funcionamento das instituições” (CRUZ; RIVERA, 2005, p. 257, tradução nossa). Em suma, uma democracia corrupta e fisiologista sustentada pelos petrodólares.

O auge do *puntofijismo* se deu a partir de 1973, com a política de preços da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), da qual a Venezuela foi um dos países fundadores em 1960, sustentando um altíssimo ingresso de capitais. Aquele que mais gozou dos “bons tempos” da economia venezuelana foi Carlos Andrés Pérez durante seu primeiro mandato (1974-79). Com uma classe média extensa e uma democracia de fachada estável e bem vista pelas potências globais, muitos consideravam a Venezuela como integrante do Primeiro Mundo.

É durante esse período que acontece a nacionalização do petróleo, após o choque do petróleo de 1974, com a criação da PDVSA em 1976. Tratou-se de um processo coordenado com o setor privado, onde manteve-se essencialmente o mesmo corpo administrativo e as grandes empresas transnacionais, em especial as estadunidenses⁵, seguiram dominando a produção através do domínio tecnológico e de comercialização. (CATHCART, 2018). Além disso, a estatal foi concebida de forma a gozar de grande autonomia perante ao Estado, atuando essencialmente em prol de interesses do grande capital: seu poder e autonomia eram tamanhos que ficou popularmente conhecida como “um Estado dentro do Estado”. (MARINGONI, 2009, p. 66).

A estabilidade do período iniciado pelo *puntofijismo* existiria enquanto o fio condutor da vida venezuelana permitisse. Ao final do primeiro mandato de Pérez, a brusca queda do preço do petróleo iniciava a derrocada do regime. A crise (essencialmente internacional) se aprofundaria nos anos seguintes, aprofundando também os vícios de uma “democracia” caracterizada pela corrupção e pela má-gestão.

Nesse contexto, intensificam-se as políticas de abertura econômica, em especial no setor petrolífero, que seguirão até a posse de Chávez. Progressivamente, a PDVSA vai buscar violar as cotas de produção estabelecidas pela Opep, bem como ampliar a participação de transnacionais por meio da redução de impostos e outros incentivos. Registra-se também a internacionalização da petroleira, com compra de ações em diversos países do Atlântico Norte

⁵ Até a nacionalização, 77% dos investimentos dos EUA na Venezuela, país latino-americano que mais recebeu investimentos estadunidenses no período, eram destinados para a produção petrolífera (DOS SANTOS, 2018, p. 41).

– incluindo a compra da refinaria estadunidense CITGO. Essa política alcançará seu ápice nos anos 90 com a alteração na política de *royalties*: o governo abandonará o valor fixo de 16,6% para basear-se em taxas internas de retorno, onde o valor mínimo foi estabelecido em apenas 1%. Configurou-se, assim, uma política voltada para cada vez mais descolar a PDVSA do controle estatal. (MARTÍNEZ, 2011).

Essas medidas, naturalmente, não poderiam evitar a crise que se aproximava. Em fevereiro de 1983, diante da crise da dívida de México e Brasil, o presidente *copeiano* Luís Herrera Campíns se vê obrigado a desvalorizar fortemente o bolívar, moeda nacional. Sucedeu-se nos anos seguintes, assim como em outros países do sub-continente, um ciclo inflacionário vicioso que aumentaria paulatinamente a dívida pública enquanto corrompia o poder de compra da população e a economia nacional. (CRUZ; RIVERA, 2005, p. 263). O sustentáculo do *puntofijismo*, isso é, a distribuição dos royalties da exportação ascendente do petróleo, se dissolvia, levando consigo a ilusão democrática.

2.3. O FIM DO PACTO

2.3.1. O Caracazo

Em 1988, Carlos Pérez se elege novamente presidente, saudando os bons tempos e rechaçando a ideia de assinar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Enfrentando uma inflação de mais de 40% ao ano e uma redução brusca nas reservas do Banco Central, Pérez, que assumia o novo mandato em 2 de fevereiro, levou apenas duas semanas para se desmentir. No dia 16, anunciava que havia firmado um acordo de 4,5 bilhões de dólares com o Fundo. Para tal, seria necessário aplicar, a partir do dia 25, um pacote de medidas que impunha, entre outras, uma redução do gasto público, congelamento de salários, liberação de preços e desvalorização do bolívar. (MARINGONI, 2009, p. 69-70). Esse *paquetazo* seguia um receituário ortodoxo e jogava ainda mais o peso da crise sobre as classes populares, que já observavam no governo anterior, de Jaime Lusinchi, uma feroz decomposição das condições de vida.

Todavia, a medida que se tornaria mais (in)popular foi o aumento do preço da gasolina em 100% e seu repasse para o setor de transporte público⁶. Inicialmente, anunciou-se que o governo havia chegado a um acordo de reajuste inicial de 30% com a Federação Nacional de

⁶ O Caracazo não é o único registro na história da América Latina de eclosão de revoltas populares devido a aplicação de pacotes de medidas de austeridade. Nota-se, por exemplo, grande similaridade com os protestos ocorridos no Equador em 2019 diante do *paquetazo* de Lenín Moreno, onde o gatilho foi justamente o aumento do preço do combustível e seu repasse a outros preços. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/o-equador-reage-ao-capitalismo-de-desastre/>. Acesso em: 11 Dez, 2019.

Transporte (Fedetransporte). Contudo, discordâncias dentro da própria federação fizeram com que muitos repassassem o valor total do reajuste da gasolina para os usuários, dobrando o preço da passagem. (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 57).

Protestos espontâneos iniciaram na manhã da segunda-feira (27), primeiro dia útil depois da aplicação do pacote⁷. (LOPEZ MAYA, 2009). Diversas pessoas se revoltam, em especial estudantes, e não aceitam o reajuste de 100%. Às seis da manhã os estudantes tomam o terminal de Novo Circo e se dirigem ao centro de Caracas, convocando as pessoas para se somarem aos protestos. Protestos similares são registrados em outras cidades. À tarde na capital, os protestos começam a aglutinar multidões - das quais se somam já os estudantes da Universidade Central de Venezuela (UCV) - que trancam vias e exigem a revogação das medidas. A polícia, despreparada e pega de surpresa, hesita em agir; quando um ônibus é incendiado, decide abrir fogo, acertando fatalmente um estudante da UCV. À noite, diversos saques são registrados em diversas cidades.

Carlos Pérez, que durante o dia 27 reduzia a importância dos atos, comunica em rede nacional, no dia seguinte, a suspensão de garantias constitucionais e um toque de recolher⁸. Os saques e incêndios se generalizam e, com a hesitação da Guarda Nacional, o governo decide apelar para os militares (GOTT, 2004, p. 73). Armados de fuzis automáticos FAL, as Forças Armadas, que já haviam sido usadas provisoriamente na madrugada do primeiro dia, protagonizam cenas genocidas nos dias subsequentes: atiram contra grupos de manifestantes, invadem casas, desfilam com tanques de guerra nas ruas venezuelanas. Um dos momentos mais evidentes da brutalidade da repressão aconteceu em primeiro de março, quando o exército fuzilou um grupo de manifestantes, matando cerca de vinte pessoas.

Assim se sucederam os dias após a declaração de Pérez:

As noites de 1 para 2 de março e de 2 para 3 foram um pesadelo que aterrorizou os setores populares de Caracas. Invasões policiais a residências e tiroteios em algumas zonas periféricas, incêndios ocasionais e aparecimento de cadáveres jogados na rua ao fim do toque de recolher são algumas das histórias contadas. No dia 3, e com mais resolução no dia 4, sinais de uma volta à normalidade começam a insinuar-se. (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 64).

A apuração do número de mortos é incerta: o governo reconhece oficialmente 277 mortos; uma comissão feita por familiares de vítimas soma 396; todavia, há outros

⁷ Os relatos são baseados na reconstrução feita por Margarida López Maya a partir da cobertura jornalística nacional. (LOPEZ MAYA, 2009). Demais trechos extraídos de outras fontes estão devidamente referenciados.

⁸ O mesmo ocorreu nos protestos no Equador.

levantamentos que elevam bruscamente esse número, pautando até 1500 mortes (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 65), (MARINGONI, 2009, p. 72). Não obstante, o impacto político e social do que ficou conhecido como *Caracazo* se estende para muito além dos saques e dos fatalmente feridos. A decomposição do regime *puntofijista*, iniciada pela crise do petróleo, se consolidava assim no imaginário popular. Caía-se a máscara democrática e o que se enxergava era um sistema falido, corrupto e desigual. O *Caracazo* marcou “o início do fim do *ancien régime* venezuelano” (GOTT, 2004, p. 72), abrindo um longo período de instabilidade política no país.

2.3.2. 4 de febrero e a ascensão de Hugo Chávez

Em nenhum setor da sociedade venezuelana o impacto do *Caracazo* foi maior do que nos militares. As Forças Armadas, isoladas da vida política pelo Pacto, há anos expressavam-se descontentes com a realidade do país e da corporação. Mais que isso, sentiram na pele as contradições que eclodiam nos confrontos entre protestantes e a repressão.

Há, todavia, que entender as particularidades das Forças Armadas venezuelanas em relação às do restante do subcontinente que, em 1989, aos poucos superava formalmente as ditaduras de segurança nacional implementadas por militares treinados na Escola das Américas. Segundo Diaz Ferrer, ao contrário de outros países sul-americanos, a oligarquia venezuelana se recusou a ocupar as fileiras castrenses. Essas, por sua vez, foram fortemente preenchidas por cidadãos oriundos de camadas populares, atraídos pelas bolsas de estudo e pela possibilidade de ascender socialmente, formando assim setores militares com forte identificação popular (FERRER apud ALMADA, 2007, p. 112-3). Entre esses cidadãos estava Hugo Chávez, que ingressara na Academia Militar em 1970 com 17 anos sonhando em jogar beisebol. (HARNECKER, 2002, p. 9).

Os anos 1970 são um marco de transformação no pensamento castrense: em 1971, devido à busca pelo aprimoramento da formação acadêmica dos militares, estabelece-se o Plano Andrés Bello, que vai introduzir uma formação mais humanista e, por consequência, um pensamento de caráter democrático. É nessa mesma época que surge o Instituto de Altos Estudos de Defesa, que permite uma maior aproximação com setores civis e uma visão mais totalizante de segurança nacional. (ALMADA, 2007, p. 116). Essa transformação estrutural, associada à rápida neutralização dos movimentos guerrilheiros e da “ameaça comunista”, foi responsável por neutralizar a influência da Escola das Américas no país e consolidar um pensamento mais ligado à realidade e às demandas sociais do país.

É nesse contexto singular que Chávez e outros oficiais revolucionários se formam, academicamente e politicamente. Outro elemento central dessa formação é a identificação das Forças Armadas com seu progenitor, Simón Bolívar. A figura d'O Libertador, natural de Caracas e protagonista das lutas pela independência em diversos países, em especial na originalmente denominada *Gran Colombia*⁹, é amplamente tida como a de pai ou fundador da Venezuela e passaria a ser o símbolo máximo de setores militares nacionalistas.

A formação aproximaria diversos militares à vida e obra de Bolívar, que passariam a situar a corporação como descendentes não só historicamente mas de seu pensamento e ação: as lutas pela independência, a união cívico-militar, a defesa da democracia e da república. Aproximaria-os também de Simón Rodríguez, mestre e amigo de Bolívar, e de Ezequiel Zamora, líder militar liberal da Guerra Federal e herdeiro do pensamento bolivariano¹⁰. Os três comporiam as “três raízes” de um movimento bolivariano em surgimento nas linhas castrenses: em 1982, Hugo Chávez, Jesus Urdaneta Hernández, Felipe Acosta Carles e Raúl Isaías Baduel, há algum tempo discutindo a concretização de um setor revolucionário e bolivariano, prestam um juramento, inspirados no juramento de Bolívar em 1805 de libertar a América do jugo espanhol, prometendo quebrar as correntes da opressão de seu povo. O Juramento de Samán de Güere seria a pedra fundamental do Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200)¹¹. (MARINGONI, 2009, p. 86).

O MBR-200 passaria os anos seguintes buscando arquitetar um levante militar que poria fim ao *puntofijismo* e refundaria a república e a democracia no país. Todavia, quando veio o *Caracazo*, não só não estavam prontos, mas Chávez estava enfermo. (GOTT, 2004). Muitos dos integrantes do movimento seriam forçados a reforçar a repressão¹² e, durante os conflitos, Felipe Acosta Carles viria a falecer. A violência contra o povo e a decomposição política e econômica nacional indicavam aos bolivarianos que o Pacto entrava em “ponto de não-retorno” (HARNECKER, 2002, p. 15): era necessário concretizar o levante.

Assim o tentariam, em 1992. O governo de Pérez se esfacelava, perdendo seus aliados. Em 3 de fevereiro, o MBR-200, a partir do comando de alguns regimentos e contando com o apoio de cerca de 10% dos militares - principalmente de batalhões de elite (HARNECKER, 2002, p. 18) - iniciava seu motim. O plano consistia em deter o presidente Pérez, que estava

⁹ O país, que foi dividido ao longo das lutas de libertação nacional, era composto pela união dos atuais Equador, Venezuela, Colômbia e Panamá.

¹⁰ O tataravô de Chávez foi um dos chefes guerrilheiros a lutar ao lado de Zamora. (SCARTEZINI, 2013, p. 38)

¹¹ Em alusão ao bicentenário do nascimento de Bolívar, que aconteceria no ano seguinte.

¹² Alguns deles, como Francisco Árias Cárdenas, se recusaram a reproduzir as brutalidades da lógica repressiva aplicada. (GOTT, 2004, p. 76).

fora do país, no aeroporto, levá-lo ao Museu Histórico e, a partir de um sistema improvisado de comunicação, transmitir sua mensagem para os demais comandantes e para a população. (GOTT, 2004, p. 94). Chávez, à época comandante de um batalhão de paraquedistas em Maracay, encabeçava a insurreição e se deslocaria durante a madrugada para o museu, junto de seu batalhão e de armas a serem distribuídas para o povo. Contudo, o levante foi traído: o essencial do plano - a detenção do presidente no aeroporto ou, caso isso falhasse, capturá-lo no caminho e conduzi-lo à *La Casona*, residência presidencial - foi vazado, e Fernando Ochoa Antich, ministro da Defesa, urgentemente providenciou a proteção do chefe do executivo. Apesar de ocupar posições estratégicas para o motim, os revolucionários foram subjulgados pela repressão, que minimamente conhecia seus planos, sofrendo derrotas duras durante a noite e a madrugada, especialmente na capital. Pérez, que escapara dos cercos, faz um pronunciamento à população condenando o levante e ordena aos oficiais leais para “encher [os insurgentes] de chumbo”. (MARINGONI, 2009, p. 94).

Com as tentativas de cerco derrotadas, sem possibilidade de urgir a nação a se levantar e sem os civis que “nunca chegaram” (GOTT, 2004, p. 101), Chávez decide se render na manhã do dia 4. Solicita falar na televisão para se comunicar com os outros revolucionários - em algumas cidades, como Valencia e Aragua, o levante havia sucedido - e evitar mais sangue. Num discurso improvisado de pouco mais de um minuto, Chávez assumia a responsabilidade do levante e deixava o anonimato para se tornar a figura política mais popular do país:

Antes de mais nada, quero dizer ‘bom dia’ a todo o povo da Venezuela, mas esta mensagem bolivariana é dirigida, especialmente, aos valentes soldados do regimento de pára-queda de Aragua e ao regimento de tanques de Valencia. Companheiros: infelizmente, por enquanto, os objetivos a que nos propusemos não puderam ser atingidos na capital... os que estávamos em Caracas não pudemos tomar o poder. Aí onde vocês estão, trabalharam bem, mas agora é tempo de refletir; novas possibilidades surgirão e o país terá a oportunidade de avançar definitivamente para um futuro melhor. Assim, pois, ouçam o que tenho para dizer: ouçam o comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem, e, por favor, pensem bem. Baixem as armas, pois é certo que os objetivos que nos havíamos proposto em nível nacional não estão a nosso alcance. Companheiros, ouçam esta mensagem de solidariedade. Agradeço sua lealdade, sua coragem e sua generosidade desinteressada; diante do país e diante de vocês mesmos, assumo pessoalmente a responsabilidade por este levante militar. Obrigado. (MARINGONI, 2009, p. 95-96).

“Por enquanto” se tornaria a tônica da vida política venezuelana. O levante sintetizava o descontentamento e a angústia de um povo e dizia que, apesar de vencidos no momento, suas pautas eventualmente triunfariam. As massas populares reconheceram no MBR-200 e na figura de Chávez, agora preso, o catalisador das mudanças há muito desejadas, transformando a derrota militar em uma importante vitória política. O impacto do 4 de febrero também impactaria os políticos do *puntofijismo* e figuras como Rafael Caldera, ainda que condenando o golpe, reconheceram que a “democracia” venezuelana sucumbia diante do governo de Andrés Pérez (GOTT, 2004).

Mesmo na cadeia, Chávez gozava de uma súbita popularidade e confiança. Quando foi anistiado por Caldera (que se elegia após um golpe palaciano derrubar Pérez) em 1994, já despontava como uma forte liderança política. Inicialmente, os bolivarianos rejeitavam a disputa eleitoral, mas reviram sua posição e resolveram se tornar um partido eleitoral em 1997, visando as eleições presidenciais do ano seguinte. Sob o nome de Movimento Quinta República (MVR)¹³, Chávez possuía grande força eleitoral: enfrentava os restos derradeiros do regime iniciado em 1958, desgastado completamente pela ascensão dos movimentos populares pós-*Caracazo* e pelos anos de crise econômica e social, sem figuras capazes de pautar uma nova tentativa de apaziguamento nacional. As urnas confirmariam o favoritismo e, em 6 de dezembro de 1998 - através da aliança chamada Pólo Patriótico com Movimento ao Socialismo (MAS), Partido Pátria para Todos (PPT) e PCV - Hugo Chávez se elegeria presidente com 56% dos votos. (SCARTEZINI, 2013, p. 53).

2.4. OS GOVERNOS CHAVISTAS

A eleição de Chávez abre um novo tempo histórico na Venezuela, iniciando um período que se estende até o presente. As análises históricas, apesar de convergirem no destaque dos principais acontecimentos e tendências, podem divergir na periodização. Para os fins desse trabalho, dividiremos a análise em três períodos, pautando-se centralmente nas mudanças político-econômicas da Revolução Bolivariana: o primeiro inicia com a posse de Chávez em 1999 e se estende até o referendo de 2004; o segundo comprime o ascenso do chamado “socialismo do século XXI” - desde seu anúncio até o falecimento de Hugo Chávez;

¹³ A constituição impedia a utilização de símbolos nacional por um partido - logo, era necessário retirar as associações à Simón Bolívar. A sigla MVR cumpria duas funções: primeiro, representava a necessidade de fundar uma nova república, superando o Pacto; segundo, no espanhol MVR se pronuncia igual à MBR, o que favorecia o acúmulo simbólico. (MARINGONI, 2009, p. 109-10).

e o terceiro representa o governo Maduro e atual contexto de cerco e crise venezuelana, chegando até os primeiros meses de 2020.

2.4.1. A Constituinte e o Golpe de abril

O mote político da vitória do MVR consistia em enterrar a quarta república e o que ela representava, ou seja, um regime oligárquico e antipopular. A Quinta República deveria ser fundada a partir de um modelo democrático participativo e popular que se pautasse pela superação da desigualdade e da pobreza. O programa eleitoral, em especial a Agenda Alternativa Bolivariana (AAB), defendia um Estado investidor, que visasse o desenvolvimento interno e desse devida importância para as áreas estratégicas da nação (aqui há uma clara preocupação com o processo de lenta privatização da produção petrolífera); defendia a coexistência de formas mistas de propriedade, o reequilíbrio das contas públicas (com renegociação da dívida pública) e a latente necessidade de novos marcos de integração regional (SCARTEZINI, 2013).

Para fundar a nova república, Chávez imediatamente estabeleceu um referendo popular sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), sua principal bandeira de campanha. Com resultado bastante favorável, convocou-se uma Assembleia Constituinte em que o Pólo Patriótico ficaria com 119 das 131 cadeiras (MARINGONI, 2009, p. 114). Velozmente, a Assembleia apresenta um texto com 396 artigos que seria aprovado pelo povo no final de 1999. A nova Constituição renomeou o país como República Bolivariana da Venezuela; pautava a democracia participativa e protagônica como princípio base da nova sociedade; estabelecia o Poder Cidadão (que deveria zelar o Poder Público e a Constituição); excluía o bicameralismo; ampliava o mandato presidencial de cinco para seis anos (com possibilidade de ser revogado); permitia o voto de militares; estabelecia direitos aos povos indígenas (reconhecendo a nação como multi-cultural); e afirmava a política de referendos populares. (SCARTEZINI, 2013, p. 119-20). Dava também maiores poderes ao Executivo, criando as Leis Habilitantes que permitem a aplicação de decretos presidenciais em certos temas sem a necessidade de aprovação no legislativo. O bolivarianismo lograva, assim, enterrar a Constituição de 1961 e, de forma incipiente, começar a reescrever as regras do jogo político venezuelano.

A situação econômica que Chávez herda é de generalizada crise. O preço do barril de petróleo vinha em brusca descendente nos últimos anos, chegando à marca de US\$ 8,74 em 1998, valor real equivalente ao de 1973 (MARINGONI, 2009, p. 113). A taxa de pobreza no país era superior aos 49% (SCARTEZINI, 2013, p. 48), o desemprego era alto e o país tinha

sérias deficiências em termos de serviços públicos e infraestrutura. A política macroeconômica nos primeiros anos, todavia, seguiria uma orientação pragmática e ortodoxa: o governo buscava desesperadamente atrair dólares para financiar as políticas públicas.

Três medidas se destacariam nesse cenário. Primeiro, a promoção da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da OPEP, em setembro de 1999, estabelecendo ao mesmo tempo a retomada do preço do barril e o renascimento da organização. (MARINGONI, 2009, p. 118-9). Segundo, decreta 49 Leis Habilitantes em 2001. Essas leis representaram um aprofundamento das reformas - até então mais focadas no campo institucional - e pautavam alterações importantes em atividades econômicas centrais através de leis como a Lei de Hidrocarbonetos, a Lei de Pesca e Agricultura e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (que propunha maior rigor com terras ociosas e previa essencialmente uma reforma agrária). (SCARTEZINI, 2013, p. 127).

Entre as 49 decretadas, a nova Lei de Hidrocarbonetos foi a mais importante e também a mais polêmica. Chávez tinha o objetivo de garantir o controle da PDVSA ao Estado venezuelano, combatendo a autonomia comandada pelos agentes capitalistas transnacionais, promovendo a indústria nacional e revertendo os lucros da estatal no financiamento de programas sociais e investimentos públicos. (SEVERO, 2009).

Assim, já em 1999, estabeleceu-se na Constituição que a totalidade das ações da PDVSA são do Estado venezuelano, impedindo assim a sua privatização. A nova lei, por sua vez, ampliava a taxa de *royalties* do Estado e bania as antigas formas de atuação das empresas estrangeiras: agora, elas só poderiam participar em projetos de exploração de petróleo mediante conformação de empresas mistas, onde ao menos 51% da participação no projeto estaria garantida à PDVSA (MARTÍNEZ, 2011). Em suma, trata-se de reverter o avanço do domínio do capital externo na exportação configurado ao longo dos anos de abertura econômica.

A terceira medida foi a implementação, ainda no primeiro ano de mandato, do Plano Bolívar 2000. O objetivo de Chávez era iniciar um combate contra algumas das principais mazelas sociais: déficit habitacional; saúde pública; infraestrutura logística e produtiva; desemprego; falta de atendimento às áreas indígenas, historicamente negligenciadas. Não obstante a falta de recursos, o Estado apresentava carência em cargos técnicos; além disso, Chávez se via institucionalmente isolado, com a oposição ocupando a grande maioria das prefeituras e dos governos estaduais, o que dificultava a realização de projetos por vias tradicionais. O caminho exigia a participação das Forças Armadas. (HARNECKER, 2002).

Chávez exigiu a cada setor das Forças Armadas que apresentassem planos de ação, de forma a melhor utilizar os recursos das corporações. A realização desses programas emergenciais não se restringiria aos militares: além da utilização de técnicos civis, diversas comunidades foram mobilizadas e organizadas para auxiliar na elaboração e realização das ações. Um exemplo dessa atuação conjunta foi a construção de casas populares, onde a mão de obra da comunidade serviu tanto para reduzir custos quanto para reativar empregos (HARNECKER, 2002, p. 44).

O Plano representaria mais do que uma implicação técnico-emergencial das capacidades castrenses. O chavismo almejava uma necessária re-aproximação entre os militares, que haviam instituído cenas de terror durante o *Caracazo*, e a sociedade venezuelana, em especial os setores populares. Assim descreve o presidente a mensagem objetivada:

Vão de casa em casa a arrumar o terreno, o inimigo qual é? A fome. [...] há 10 anos saímos a massacrar esse povo; agora vamos a enchê-lo de amor, vamos preparando o terreno, vamos atrás da miséria, o inimigo é a morte. Vamos enchê-los de rajadas de vida, em vez de rajadas de morte. (HARNECKER, 2002, p. 42, tradução nossa).

Trata-se de um duplo processo de conscientização política. Com os setores civis, Chávez buscava romper a imagem de medo e desprezo com as Forças Armadas, mostrando que os militares poderiam (e deveriam) ser aliados na construção da república nascente. Com os militares, a outra face da mesma moeda: mostrar que o povo não poderia ser inimigo, que os militares deveriam se empenhar em combater a miséria que afligia não um povo em abstrato, mas as camadas sociais de quais grande parte dos combatentes eram oriundos. Além disso, o Plano seria a primeira ação a concretizar a noção de corresponsabilidade entre civis e militares, presente na Constituição de 1999, tanto na construção da pátria bolivariana quanto em sua defesa.

Ao passo que buscava avançar nas transformações e no apoio popular, Chávez enfrentava uma intensificação do movimento opositor. Os setores antichavistas se apresentam em muitos espaços, mais evidentemente nos redutos da antiga ordem oligárquica: os partidos tradicionais, a Fedecámaras, a elite petroleira, as oligarquias financeiras e latifundiárias, os grandes canais de comunicação - como *Venevisión*, *El Universal* e Rádio Caracas de Televisão (RCTV). A polarização de uma sociedade desigual, antes mascarada pela ilusão *puntofijista*, agora se evidenciava nos constantes ataques contra as medidas chavistas. Essa polarização - entre classes sociais - conta também com um elemento racial.

Uma parcela significativa das classes baixas venezuelanas é negra e/ou indígena, inclusive o próprio presidente. Apesar de esse elemento gerar maior identificação popular com o líder chavista (GOTT, 2004), setores médios e altos apoiariam-se, para além da oposição às reformas e da caracterização do governo como “ditadura”, num discurso racista contra o presidente e seus apoiadores.

O terreno mais visível dessa disputa seria a imprensa: de um lado, os meios de comunicação tradicionais criavam um quadro nacional desesperador, com ataques constantes ao governo; de outro, Chávez, figura altamente carismática, usava do programa *Aló Presidente*, transmitido pela rede estatal Canal 8, para apresentar uma contra-narrativa e defender seu projeto - e, eventualmente, atacar a oposição. O programa, de longa duração e variado em sua estrutura, se tornaria um instrumento comunicacional bastante central para o chavismo.

No final de 2001, com as Leis Habilitantes, as tensões se acirram. Em dezembro, a Fedecámaras e a CTV são bem sucedidas num locaute seguido de paralisação nacional. A atuação de setores dirigentes da PDVSA no *paro* evidencia o fato de que a administração da petroleira ainda responde ao antigo regime; portanto, a “renacionalização” da PDVSA - isso é, recuperar ela do controle transnacional - exige uma reforma administrativa, estabelecendo um quadro diretor que corresponda aos novos objetivos. Diante desse fato, Chávez decide avançar em sua “retomada” da PDVSA pelo Estado, demitindo diversos quadros ao vivo em seu programa, afirmando que “a PDVSA deixará de ser uma caixa-preta, um Estado dentro do Estado”. (CHÁVEZ apud MARINGONI, 2009, p. 125). Tal fato intensificaria as críticas ao governo.

À essa altura, a oposição sentia-se confiante com os resultados do locaute e com a recepção do antichavismo nas ruas. Contava também com apoio no plano internacional, em especial nos EUA, cujos canais da grande mídia contribuíam para criar a imagem do “ditador Hugo Chávez”. Com o ataque à cúpula da petroleira, decide agir.

No dia 11 de abril de 2002, convoca uma grande manifestação que deveria apontar para uma greve geral. Os eventos subsequentes se desenvolveriam de forma acelerada e atropelada. As redes de TV opositoras cobriam os protestos, que logo se dirigiram ao Palácio Miraflores (sede do governo), de perto; em dado momento, com confrontos sendo registrados nas ruas, exibem uma cena de um suposto bolivariano atirando contra uma multidão - a câmera fechada, contudo, não exibiu o destino desses tiros (MARINGONI, 2009, p. 128). Criava-se uma narrativa de que o governo estava protagonizando um massacre contra civis pacíficos - tal narrativa seria usada para convencer diversos setores castrenses a apoiarem o

golpe (HARNECKER, 2002); ao mesmo tempo, Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras, era apresentado como a liderança do processo de mudança.

Aos poucos, generais e outros oficiais se somavam ao intento de golpe. À noite, os opositores tomam o Canal 8 e exigem a renúncia do presidente. Com a memória do golpe contra o ex-presidente chileno Salvador Allende e sob conselho de Fidel Castro, Chávez se entrega e é levado preso ao Forte Tiuna (MARINGONI, 2009, p. 130-1).

Durante o dia 12, o golpe se declarava em rede nacional. Dizia-se que Chávez havia renunciado, o que não procedia, e o líder bolivariano buscava desesperadamente desmentir o fato (HARNECKER, 2002). Carmona, cercado de militares, anuncia que fora selecionado para comandar o retorno “à democracia” e no final da tarde realiza uma cerimônia de auto-posse, revogando de imediato as Leis Habilitantes. Evidencia-se, também, a participação do governo estadunidense - em especial do embaixador Charles Shapiro¹⁴, que teve grande centralidade na articulação do golpe - que rapidamente declara apoio ao “governo de transição”; também de forma imediata, o FMI declara um plano de ajuda ao Estado da Venezuela.

Com o desenrolar dos fatos, a resistência ao golpe começa a se articular. Liderados pelo general Baduel, diversos oficiais e tropas fiéis ao presidente iniciam a retomada de bases militares. A população, de forma difusa, inicia protestos durante a madrugada de sábado e o domingo. Saem às ruas aos milhares, exigindo saber onde estava Chávez. Ao passo que o golpe ia se desfazendo, a mídia tradicional ia reduzindo a sua cobertura (SCARTEZINI, 2013, p. 134). Com a detenção de Carmona por militares pró-Chávez e o resgate do presidente, o golpe era derrotado, “destituído unicamente pela aliança que Chávez vinha construindo, com tanto empenho, entre os soldados e o povo”. (GOTT, 2004, p. 9).

Vencido o golpe, a ofensiva opositora seguia. Manifestações seguiam, pautadas pelas 19 mortes ocorridas no 11 de abril. Em 4 de dezembro, um novo locaute, organizado pelos mesmos setores, era concebido com a paralisação do navio petroleiro Pílin León. Novamente, um dos estopins seria a substituição de quadros da PDVSA, envolvidos no golpe de abril que, segundo a oposição, desrespeitava os critérios tradicionais e meritocráticos. (SEVERO, 2009, p. 11). O *paro* petroleiro duraria 63 dias e, em seu período mais crítico, restringia a produção de 3 milhões de barris diários para 150 mil (MARINGONI, 2009, p. 141). Novamente, instaura-se um conflito midiático entre governo e oposição, com Chávez denunciando o *paro* como sabotagem internacional. Após a retomada do controle do navio petroleiro pelos militares, o governo ia aos poucos neutralizando a situação e retomando a produção.

¹⁴ A ingerência estadunidense e a participação de Shapiro no golpe serão abordados no capítulo III.

Além de serem partes de um mesmo processo de desestabilização, o golpe de 11 de abril e a sabotagem petroleira compartilham outro aspecto em comum. Após o golpe, Chávez, pela primeira vez, avançava no alto comando das Forças Armadas: segundo o próprio presidente, baseou sua ação nos ritos institucionais, buscando evitar uma “caça às bruxas”, o que gerou críticas de setores que desejavam maior severidade com os golpistas (HARNECKER, 2002, p. 55-6). Processo semelhante foi feito com a PDVSA: após o processo de sabotagem, o governo avançou ainda mais na troca de dirigentes e na reformulação da administração da estatal. (MARINGONI, 2009, p. 142-3).

Em diversos momentos, Chávez reproduziria a mesma forma de ação. Quando a oposição era derrotada em uma pauta ou tentativa de desestabilização, o chavismo se aproveitava do fortalecimento da recente vitória e dos ensinamentos dos momentos de conflito para avançar em seu projeto político.

2.4.2. Socialismo do Século XXI

No contexto da vitória no referendo de 2004¹⁵, a correlação de forças pendia favoravelmente ao chavismo. No plano internacional, a alta do preço de *commodities* (entre elas o petróleo) sustentava um sólido crescimento econômico e, mais importante, a melhora nas contas públicas. A Venezuela firmava importantes parcerias comerciais - priorizando a América Latina, o Oriente Médio e a Ásia - e pleiteava sua entrada no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Internamente, a oposição se via enfraquecida e os projetos do governo avançavam.

Em 2005, durante o V Fórum Social Mundial, Chávez anuncia incipientemente o novo projeto bolivariano: o socialismo do século XXI. A revolução assumia pela primeira vez um caráter socialista e de intento de superação do capitalismo, a partir de um projeto antineoliberal, anti-imperialista e anti-hegemônico (SCARTEZINI, 2013). Chávez reconhece que somente por meio do socialismo é possível atingir a verdadeira democracia e vai caracterizar o socialismo do século XXI a partir dos seguintes elementos¹⁶: a recuperação do sentido ético da vida; a reivindicação da democracia participativa e do poder popular; igualdade plena conjugada com a liberdade; e a promoção da economia cooperativista e do associativismo.

¹⁵ Segundo a Constituição, após cumprir metade do mandato, o presidente pode ser submetido a um referendo sobre sua permanência no cargo, desde que esse conte com 20% de assinaturas dos eleitores. A oposição logrou submeter o referendo, mas foi novamente derrotada pelo voto popular. (SCARTEZINI, 2013, p. 140). Aprofundaremos a discussão sobre o referendo de 2004 no capítulo III.

¹⁶ BENÍTEZ, Horacio. **Presidente Chávez define Socialismo del siglo XXI**. Disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a17224.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

O socialismo do século XXI é, em essência, uma expressão do aprofundamento do projeto bolivariano desde a sua concepção baseada nas “três raízes”. A elas, se associam mais duas bases. Primeiro, o cristianismo: o chavismo situa Jesus Cristo como o “primeiro socialista”, “anti-imperialista”, “inimigo da oligarquia”. Seu projeto socialista se nutre das noções “verdadeiramente cristãs” de justiça social e de luta pela igualdade e dignidade do ser humano. (R. B. de VENEZUELA, 2007a, p. 58-9). A outra base é a herança do socialismo científico, reivindicando o marxismo com destaque nas obras de Lênin, Gramsci e dos socialistas latino-americanos (R.B. de VENEZUELA, 2007b). Chávez defenderia que o socialismo poderia ser alcançado por vias democráticas e reforçaria seu compromisso após a vitória nas eleições de 2006.

Para além das declarações do líder chavista e dos documentos oficiais do governo, pouco se há formulado sobre o que consiste o socialismo do século XXI. Segundo Freddy Bernal, à época prefeito de Caracas, a construção do socialismo por “vias venezuelanas” se entrelaça com os avanços da construção da pátria bolivariana. Sem recorrer diretamente a formulações teóricas específicas, esse projeto socialista se desenvolve na prática, para depois poder ser teorizado. (ALMADA, 2007, p. 168).

Quando Chávez conceitualiza ao mundo seu novo modelo societário, o maior de seus projetos já estava em voga. Em 2003, o governo venezuelano dá início às Missões Sociais Bolivarianas. As Missões são sucessoras da mesma forma de ação do Plano Bolívar 2000, isso é: planos de ação emergenciais visando combater os principais problemas nacionais. Cada missão, a partir de um decreto presidencial, estabelece uma pauta central e cria uma estrutura administrativa e financeira autônoma de outros programas sociais tradicionais já institucionalizados, sendo primariamente financiadas por recursos da PDVSA.

As Missões foram concebidas num contexto em que o bolivarianismo necessitava assentar melhor suas bases sociais contra os ataques da oposição. Contudo, possuem dimensão e impacto muito superiores ao da consolidação de uma base político-eleitoral. O Sistema Nacional de Missões se pauta, em geral, pela realização de serviços e projetos sociais diretamente nas comunidades mais vulneráveis, os chamados *barrios*, locais onde historicamente o serviço público é precário ou inexistente.

Nesse sentido, destacam-se algumas das principais missões: a Missão *Barrio Adentro*, que leva atendimento médico de primeiros socorros; a Missão Robinson, de educação básica; a Missão *Milagro*, focada em tratamento de problemas oftalmológicos; e a Missão Mercal, que promove a agricultura sustentável e a distribuição de alimentos a partir de uma rede de supermercados com preços populares (SCARTERZINI, 2013), (ALMADA, 2007). Apesar de

apresentarem ótimos resultados, as Missões, enquanto programas emergenciais, falham em superar algumas limitações do serviço público precário: por exemplo, um cidadão venezuelano que recebe os primeiros socorros via *Barrio Adentro* e que precise de outros procedimentos médicos terá de enfrentar o sistema público tradicional e as filas nos hospitais (MARINGONI, 2009, p. 155).

As Missões estão diretamente relacionadas com o projeto socialista bolivariano. A sua estrutura supra-institucional é gerada a partir da concepção de “desmontagem formal das lógicas deformantes do Estado capitalista”, através da promoção da “organização social, política e econômica das comunidades, para construir o poder popular e garantir a efetividade de sua participação crítica nas propostas que apresenta o governo bolivariano.” (R. B. de VENEZUELA, 2006, p. 19, tradução nossa). As Missões contam muitas vezes com trabalho voluntário ou através de cooperativas de trabalhadores, buscando fomentar a participação das comunidades tanto na concepção quanto na realização de projetos. Dessa forma, promove e fortalece a organização popular, em especial dos *barrios*, em prol do objetivo de eventual transferência do protagonismo das missões para as comunas, que se configuram enquanto as formas mais desenvolvidas - na experiência bolivariana - de organização popular e que são gestadas a partir desse fortalecimento da participação e autogestão do povo via Missões. (SCARTEZINI, 2013).

As comunas passarão a ser a estrutura central do processo rumo ao socialismo do século XXI. Compreende-se que sua forma organizativa e política, pautada na autogestão popular territorialmente concebida e na promoção de novas formas produtivas a partir da economia solidária, representa ao mesmo tempo um intento de superação da estrutura burguesa do Estado e de superação da divisão social do trabalho capitalista¹⁷.

Sua origem remonta à própria Constituição de 1999, onde, a partir das experiências venezuelanas de organização popular através das assembleias de bairros, reconheceu-se a democracia participativa e protagônica como um dos pilares da V República. A partir do avanço da autoorganização e da participação popular representado pelo processo revolucionário, consolidaram-se estruturas a partir dos *barrios* venezuelanos, que dariam base para a conformação do movimento comunal¹⁸. Através da pressão das comunas, o governo Chávez assinou a Lei Orgânica de Conselhos Comunais (estruturas formadas por 150 a 400 famílias em zona urbana e por 20 famílias em zonas rurais) em 2009 e a Lei Orgânica das Comunas (que são formadas por diversos conselhos comunais e por outras organizações

¹⁷ Ibid, p. 219-22.

¹⁸ Ibid.

territoriais) em 2010. (AZZELLINI, 2018, p. 196). Desde então, o movimento atua em articulação com o Estado - preservando sua independência - no desenvolvimento de políticas sociais e da organização do povo.

Além das Missões, Chávez buscava concretizar em outras áreas os avanços de seu programa político. Em 2005, investindo na batalha midiática, promoveu nova regulação para os meios de comunicação e implementou a Televisão do Sul (TeleSUR), rede de televisão multiestatal financiada (inicialmente) por Cuba, Uruguai, Argentina e Venezuela. (MARINGONI, 2009, p. 155-6). No final de 2006, logo após sua re-eleição, Chávez propõe a criação de um novo partido político, o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), que representaria a nova identidade (socialista) do chavismo. Chávez convidaria todos os partidos aliados a se fundirem ao PSUV e aqueles que não o fizessem estariam fora do governo. (LANDER, 2008, p. 96).

Em fevereiro de 2007, o governo decreta a nacionalização da extração petrolífera do Rio Orinoco, principal reserva do país. (MARTÍNEZ, 2011, p. 107). Nesse mesmo ano, propõe um novo processo constituinte para implementar as novas diretrizes políticas de seu processo revolucionário. Todavia, a campanha “antiditatorial” da oposição e a má condução estratégica do governo fariam com que a população venezuelana não se identificasse com o novo projeto, representando a primeira derrota eleitoral do chavismo. (MARINGONI, 2009, p. 27). A derrota do projeto constituinte exigiria que algumas das mudanças centrais que pleiteava o governo tivessem de ser implementadas via decreto ou Lei Habilitante. As principais mudanças aplicadas foram a Lei de Comunas e a possibilidade de reeleição presidencial sem limitação. Além disso, introduzirá a nova Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) e estabelecerá a criação das Milícias Bolivarianas, grupos compostos por reservistas e civis que recebem treinamento militar para apoiar a defesa da Revolução.

Durante o segundo período do chavismo (2004-2013), a Venezuela passa a pleitear maior inserção e relevância no cenário internacional. Em 2004, o país assinou com Cuba a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que posteriormente passaria a incluir outros países. A assinatura da ALBA tinha duas importâncias centrais. Primeiro, aprofundava os laços de cooperação, iniciados logo no começo do mandato de Chávez: tal cooperação se expressava na entrega de petróleo venezuelano em troca do suporte cubano nas áreas de educação e saúde¹⁹. Segundo: a ALBA era uma clara declaração de rejeição ao

¹⁹ Em Missões como Barrio Adentro, os profissionais da saúde eram predominantemente cubanos

neoliberalismo e à Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), iniciativa de Washington para criar uma zona de livre comércio no continente²⁰.

Em linhas gerais, é o período em que a Venezuela mais concretamente exerce um papel de liderança. Além da ALBA, o país de Bolívar vai ser o protagonista da criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), cujo tratado constitutivo foi firmado em 2008. A consolidação da UNASUL, para além de ser um bloco mais amplo que o MERCOSUL, aponta para a cooperação militar e de segurança na América do Sul, o que o chavismo considera fundamental para mitigar a ingerência externa, em especial dos Estados Unidos, e para defender os projetos e governos nacionais. Além disso, vai firmar alianças políticas e de cooperação com diversos países politicamente distantes da Casa Branca, como Bolívia, Líbia, Irã, China e Rússia.

O aprofundamento da Revolução, em sua nova faceta declaradamente socialista, também se expressava num maior confronto político e discursivo contra os Estados Unidos. Em 2002, Chávez afirmava ter provas sobre a participação estadunidense no golpe - fato que seria exposto posteriormente (GOLINGER; LANDAU, 2006) - e, desde então, havia feito diversas críticas ao presidente George W. Bush, chamando-o de assassino e nomeando-o como “o diabo”, mais notadamente em seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006²¹. Sem cessar os ataques pessoais²², Chávez reformula seu discurso para identificar com mais clareza que o inimigo da Revolução é o imperialismo e seus organismos - a Casa Branca, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o FMI, etc. Nesse sentido, Chávez diversas vezes denunciou e criticou ações dos EUA.

Em 2008, num de seus discursos mais famosos e em solidariedade ao governo de Evo Morales na Bolívia, que sofria uma tentativa de golpe de Estado protagonizada pelas oligarquias de Santa Cruz de la Sierra com apoio da Casa Branca, deu 72 horas para que o embaixador estadunidense se retirasse do país²³. Anos depois, já durante o governo Obama, defenderia publicamente o governo Bashar al-Assad, na Síria, contra as tentativas de

²⁰ Chávez, junto com os presidentes Néstor Kirchner da Argentina e Lula da Silva do Brasil, seria um dos principais ativistas anti-ALCA, em especial durante a IV Cúpula das Américas em 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=011AfMWcdyg>. Acesso em 29 Nov, 2019.

²¹ NEW YORK TIMES. **Chávez Calls Bush ‘the Devil’ in U.N. Speech**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/09/20/world/americas/20cnd-chavez.html>. Acesso em: 13 Dez, 2019.

²² A caracterização de "diabo" tem grande peso no discurso chavista. Chávez considerava os bolivarianos os "verdadeiros católicos", fazendo ao mesmo tempo uma reivindicação dos valores cristãos quanto uma crítica à Igreja Católica. No caso de Bush, vai além: ao situá-lo como a expressão bíblica do mal, o líder venezuelano cria um discurso maniqueísta no qual os verdadeiros cristãos lutavam contra o mal personificado no presidente estadunidense. (MARINGONI, 2009).

²³ THE GUARDIAN. **Venezuela: Hugo Chávez expels US ambassador amid claims of US coup plot**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/sep/12/venezuela.usa>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

desestabilização e denunciando que os EUA usavam da mesma fórmula que usaram para promover o levante na Líbia em 2011 e o assassinato de Muammar al-Gadaffi que, assim como al-Assad, era um de seus principais aliados. Em linhas gerais, colocava os Estados Unidos como um país terrorista e o grande adversário dos governos de cunho nacionalista ou não-alinhados.

Do outro lado, a política externa estadunidense intensificava uma narrativa a fim de classificar o governo bolivariano como uma ameaça à estabilidade regional, associando-o com forças consideradas “patrocinadoras do terrorismo”^{24,25}, como Cuba e Irã. Em 2006, Bush usaria dessa narrativa para proibir a venda equipamentos militares à Venezuela, como o fez com os caças Super Tucanos da Embraer - que possuíam tecnologia estadunidense²⁶. O ponto central da acusação de o governo apoiar grupos terroristas seria a suposta associação de Chávez com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC): Chávez fez diversas críticas ao governo colombiano de Álvaro Uribe e suas ações no conflito armado no país e foi um dos principais articuladores das negociações de paz entre o governo e grupos guerrilheiros no governo de Juan Manuel Santos²⁷. Como veremos adiante, a aliança entre Colômbia e Estados Unidos é central para as atuais tensões na Venezuela.

Apesar dos diversos avanços concretizados no processo revolucionário, no plano econômico a situação seguiria essencialmente inalterada. Como mencionamos anteriormente, o bolivarianismo nunca logrou superar a estrutura extrativista-rentista da economia venezuelana, sendo incapaz de promover avanços produtivos de maior fôlego em áreas estratégicas como a agricultura.

Os governos chavistas pautam-se, desde 1999, por financiar o Estado e suas políticas públicas - inclusive aquelas via cooperação internacional - exclusivamente através dos royalties do petróleo. Além disso, apesar de exercer o controle cambial, o faz através da abertura da conta de capitais. Em termos gerais, isso fortalece a dependência na sua única pauta econômica - o petróleo - e na importação de produtos de primeira necessidade. Essa

²⁴ Tratamos o tema com maior atenção no Capítulo II.

²⁵ PUBLICO. **EUA aprovam embargo à venda de armas à Venezuela**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/05/15/mundo/noticia/eua-aprovam-embargo-a-venda-de-armas-a-venezuela-1257284>. Acesso em: 02 Dez, 2019.

²⁶ O GLOBO. **Contrários à venda a Chávez, EUA desconfiaram de Super Tucanos da Embraer, revela WikiLeaks**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/contrarios-venda-chavez-eua-desconfiaram-de-super-tucanos-da-embraer-revela-wikileaks-2836314>. Acesso em: 01 Dez, 2019.

²⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. **Hugo Chávez destravou início das negociações de paz entre Colômbia e Farc**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/hugo-chavez-destravou-inicio-das-negociacoes-de-paz-entre-colombia-e-farc.shtml>. Acesso em: 27 Nov, 2019.

dupla dependência faz com que o país seja mais vulnerável às variações comerciais internacionais e à especulação financeira²⁸.

Durante o período de ascenso da economia venezuelana (seguindo o ascenso das *commodities*), o governo possuía maior margem de manejo. Todavia, a partir de 2007 - na iminência da crise imobiliária estadunidense - a fuga de capitais - instrumento histórico das oligarquias latino-americanas em prol da acumulação de capitais especulativos e, em países como a Venezuela, da debilitação da economia nacional - se intensifica bruscamente e, com ela, inicia-se uma nova tendência inflacionária²⁹.

2.4.3. A morte de Chávez e o cerco

Em junho de 2011, Chávez anuncia, diretamente de Havana, onde fazia uma operação na região da pélvis, que possuía um tumor cancerígeno, descoberto durante a operação, e que seria submetido ao tratamento quimioterápico em Cuba. Após afirmar, em outubro do mesmo ano, que estava curado, Chávez teria de enfrentar novamente a luta contra o câncer antes das eleições presidenciais de 2012, na qual, novamente afirmando estar recuperado, consagraria seu quarto mandato. Todavia, ainda em 2012, anunciaria pela terceira vez a necessidade de passar por novas operações. Debilitado, Chávez pela primeira vez fala da possibilidade de que a doença o afaste do cargo presidencial e aponta Nicolás Maduro, ministro de Relações Exteriores e recém-indicado vice-presidente, como seu sucessor, pedindo ao povo que, caso o pior aconteça, o elejam como novo presidente³⁰. O presságio mórbido se confirmaria e Hugo Chávez Frías viria a falecer em 8 de março de 2013, aos 58 anos.

Novas eleições se realizariam em abril, conforme estabelece a constituição. Nicolás Maduro, ex-líder sindicalista dos motoristas de ônibus de Caracas e figura histórica do movimento bolivariano, seria apontado candidato pelo PSUV, conforme indicou Chávez. Em 14 de abril, Maduro derrotaria Henrique Capriles, que havia concorrido contra Chávez no ano anterior, com a margem mais apertada em eleições presidenciais pós-1998, vencendo com 50,61% contra 49,12% de Capriles³¹.

²⁸ Uma análise sobre a situação do rentismo venezuelano pode ser encontrada em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/venezuela-despues-de-la-devaluacion>. Acesso em: 28 Nov, 2019.

²⁹ Ibid.

³⁰ VEJA. **Chávez anuncia volta do câncer e fala em Maduro como sucessor**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chavez-anuncia-volta-do-cancer-e-fala-em-maduro-como-sucessor/>. Acesso em: 29 Nov, 2019.

³¹CNE. **Divulgación Presidenciales 2013**. Disponível em: www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html. Acesso em: 21 Nov, 2019.

O sucessor chavista assumiu o governo sob forte pressão oposicionista. A economia se encontrava em situação complicada: fuga intensa de capitais, aceleração da inflação, desvalorização do bolívar. A oposição, agrupada na Mesa da Unidade Democrática (MUD), havia defendido a não-participação nas eleições de 2013 (decisão à qual Capriles se opôs), denunciava que as eleições foram fraudulentas e acusava o “ditador” Maduro pelas condições da economia. Maduro, por sua vez, solicitava à Assembleia Nacional (AN) poderes habilitantes para avançar em medidas entendidas como urgentes³².

O período Maduro é marcado pela retomada do uso da violência pela oposição. No dia após sua vitória eleitoral, a partir do chamado de Capriles, protestos violentos eclodiram durante a noite, resultando em 11 mortes³³. Todavia, o primeiro grande desafio que enfrentaria seria no ano seguinte. Em novembro de 2013, um dos líderes do partido de extrema direita Vontade Popular, Leopoldo López, também convocava manifestantes a tomarem as ruas. Os protestos tomariam nova proporção em fevereiro do ano seguinte, com a consolidação das *guarimbas*.

Guarimba é um termo de origem caribenha que se refere à casa ou a um refúgio. Trata-se de uma forma de protesto violenta, inicialmente conceitualizada pelos comunistas durante a ditadura de Pérez Jiménez como atos de sabotagem e “fuga ao refúgio”. Em 2004, sob a liderança de Robert Alonso, a oposição antichavista transformou as *guarimbas* em barricadas próximas às casas dos manifestantes, buscando paralisar o país³⁴. Os *guarimberos* usam de múltiplas formas de vandalismo, incluindo a queima de lixo, uso de arames, uso de artifícios como pedras e coquetéis molotov e, ao contrário do que afirma Alonso³⁵, muitas vezes buscam o confronto com as forças policiais. Em 2004, os protestos geraram 9 mortos e mais de 190 feridos³⁶.

Dez anos depois, o movimento *guarimbero* foi mais violento. Os protestos, promovidos por López e outros líderes da oposição, iniciaram no estado de Táchira e se espalharam pelo país, principalmente na capital. O movimento se apoiava na imagem de

³² O GLOBO. **Maduro pede poderes para governar por decreto por um ano**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-pede-poderes-para-governar-por-decreto-por-um-ano-10302801>. Acesso em: 2 Dez, 2019.

³³ ROJAS, Pedro Rodríguez. **Cronología y balance de las guarimbas en Venezuela**. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a203084.html>. Acesso em: 3 Dez, 2019.

³⁴ CNN. **¿Quiénes están detrás de las guarimbas?**. Disponível em <https://cnnespanol.cnn.com/2014/04/07/guarimba/>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

³⁵ Ibid.

³⁶ TELESUR. **¿Qué pasó el 12 de febrero de 2014 en Venezuela?**. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Conozca-que-son-las-guarimbas-en-Venezuela-y-quienes-estan-detras-20140312-0050.html>. Acesso 22 Nov, 2019.

“protestos estudantis espontâneos” e exigia a renúncia de Maduro. Os *guarimberos* protagonizaram atos de destruição de prédios públicos, confrontos violentos com a polícia e a Guarda Nacional, além de diversas cenas de violência difusa. O caos de 4 meses de *guarimbas* geraria 43 mortes e mais de 800 feridos, além de milhões de dólares de prejuízo³⁷. Leopoldo López seria condenado a 13 anos de prisão, acusado de promover as 43 fatalidades, e, desde então, passaria a ser, para a oposição nacional e internacional ao bolivarianismo, um símbolo da resistência contra o “autoritarismo” e a “perseguição política” da “ditadura chavista”.

A violência *guarimbera* abre o período mais conturbado do bolivarianismo. A partir de junho, o preço do barril de petróleo despencou, incentivado pelo excesso de oferta e por práticas especulativas, de 115 dólares para 40 no final do ano, seguindo uma tendência decrescente³⁸. Os sintomas de crise se intensificam e o país entra em crise hiperinflacionária e em recessão³⁹. Apesar da absoluta dependência da renda petroleira, a atual crise econômica não se explica simplesmente pela queda do preço do barril. Nas palavras do presidente Maduro, a Venezuela enfrenta uma guerra econômica.

Washington decide, após os protestos do início do ano, estabelecer uma campanha aberta de desestabilização do governo chavista. Em dezembro de 2014, aprova a Lei 113-278: "Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela"⁴⁰. Essa lei estabelece os Direitos Humanos como justificativa para as sanções subsequentes, tanto pelo governo estadunidense quanto por seus aliados. Em março do ano seguinte, declara a Venezuela como ameaça aos EUA e passa a sancionar militares venezuelanos⁴¹. A partir daí, o que vai se estabelecer nos anos seguintes é um profundo embargo econômico e financeiro, causando um completo estrangulamento da economia venezuelana: o país sofre com o aprofundamento da desvalorização cambial e se vê impedido de renegociar a dívida pública, realizar operações financeiras, recuperar reservas em bancos estrangeiros e até mesmo importar alimentos e remédios, gerando situações de relativa escassez⁴².

³⁷ Ibid.

³⁸ MACROTRENDS. **Brent Crude Oil Prices - 10 Year Daily Chart**. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/2480/brent-crude-oil-prices-10-year-daily-chart>. Acesso em: 3 Dez, 2019.

³⁹ Sobre a crise econômica venezuelana, ver <http://www.iela.ufsc.br/noticia/venezuela-frente-emergencia-economica>. Acesso em 16 Nov, 2019.

⁴⁰ Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_publ_113_278.pdf. Acesso em: 30 Nov, 2019.

⁴¹ RT. **Obama sanciona a militares venezolanos y declara a Venezuela como una amenaza para EE.UU.** Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/168517-obama-eeuu-sanciones-venezuela-militares>. Acesso em 4 Dez, 2019.

⁴² Um quadro expondo a cronologia do embargo à Venezuela será apresentado no Capítulo III.

Essa guerra econômica também tem seu lado nacional. Além das práticas especulativas de grupos financeiros, os setores comerciais opositores vão contribuir para o caos econômico através do desvio de mercadorias, que ficam clandestinamente armazenadas ou são vendidas através de mercados ilegais (fugindo assim do controle de preços estabelecido pelo governo)⁴³. Há também o registro de destruição de alimentos, seja pelas próprias oligarquias comerciais ou pela ação de vandalismo contra armazéns⁴⁴. Para mitigar os efeitos da ofensiva contra o povo venezuelano, Maduro estabelece, em 2016, os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) que, através de ação coordenada entre o Estado e as organizações populares, garante a distribuição de cestas básicas a preços baixíssimos⁴⁵.

O chavismo e a oposição também vêm travando batalhas entre os poderes. Desde as eleições legislativas de 2015 e como outra consequência da guerra econômica, a oposição é maioria na Assembleia Nacional. Todavia, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) declarou em 2016 que a Assembleia nomeou três congressistas de MUD condenados por fraudes eleitorais - o que garantiria maioria absoluta para a oposição. Por não seguir a sentença de cassação da eleição desses congressistas, o TSJ determinou que a AN está em desacato com a Constituição e portanto suas deliberações eram inválidas⁴⁶. Em março de 2017, entre diversas tensões, o Tribunal decide por retirar poderes decisórios da Assembleia, decisão que foi rapidamente desfeita⁴⁷.

A oposição, centralmente a MUD, passaria a denunciar as ações do TSJ e do chavismo como intentos de golpe, reforçando a narrativa de ditadura. Mais uma vez, a direita venezuelana criava uma situação de instabilidade e, como resposta, convocaria atos de violência. Em abril, novas jornadas *guarimberas*, ainda mais brutais que as de 2014.

Os relatos da violência opositora são aterrorizantes. Barricadas são registradas principalmente em cidades dirigidas por antichavistas⁴⁸. Os atos de destruição escalonaram;

⁴³ REVILHA, Gustavo Borges. **Guerra não convencional contra a Venezuela**. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/guerra-nao-convencional-contra-venezuela>. Acesso em: 18 Set, 2019.

⁴⁴ TELESUR: Venezuela: **Grupos opositores queimam 50 toneladas de alimentos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYk9hTK8zoQ>. Acesso em: 2 Dez, 2019.

⁴⁵ DE MELLO, Michele. **Entenda o CLAP, programa que combate a fome com a força das comunidades venezuelanas**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/entenda-o-clap-programa-que-combate-a-fome-com-a-forca-das-comunidades-venezuelanas/>. Acesso em: 5 Dez, 2019.

⁴⁶ Uma descrição dos acontecimentos pode ser encontrada em: <http://desacato.info/venezuela-o-golpe-e-de-quem/>. Acesso em: 6 Dez, 2019.

⁴⁷ ESTADAO. **Maduro pede à Justiça que reverta a suspensão de poderes do parlamento**. <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,maduro-pede-a-justica-que-reverta-suspensao-de-poderes-do-parlamento,70001722537>. Acesso em: 6 Dez, 2019.

⁴⁸ TELESUR. **Vítimas de violência opositora em Venezuela eran ajenas a protestas**. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-guarimbas-violencia-opositora-victimas-20180205-0039.html>. Acesso em: 19 Set, 2019.

da mesma forma, os confrontos entre manifestantes e a polícia aumentam, assim como aumentam os confrontos entre opositores e chavistas. Num dos dias mais tensos, sete jovens são queimados vivos na rua por “parecerem chavistas⁴⁹”. Segundo o Venezuela Analysis⁵⁰, as *guarimbas* resultaram em 126 mortes - grande parte sem associação direta com os protestos ou com a repressão⁵¹.

Durante os meses de hostilidade, o presidente convoca uma nova Assembleia Nacional Constituinte, afirmando que o país enfrenta sérias ameaças internas e externas à democracia e à ordem constitucional⁵². Diferente de Chávez e diante de uma conjuntura de conflito, Maduro, quem tem poderes constitutivos para chamar a Assembleia Constituinte, não submete um referendo para consultar o povo sobre a convocação, fato que vai gerar críticas dentro do próprio chavismo. A oposição, assim como fez contra as decisões do TSJ, vai denunciar nacionalmente e internacionalmente a ação como golpe e vai boicotar as eleições. O chavismo ocuparia assim todas as cadeiras da ANC, que sob presidência de Delcy Rodríguez assumiria os poderes parlamentares da AN (sem dissolvê-la)⁵³. O suposto “avanço ditatorial” de Maduro, responsabilizado internacionalmente pelas mortes da *guarimba* e acusado de romper com a Constituição, seria justificativa para novas sanções e a intensificação da guerra econômica.

Desde 2014, Maduro vem reafirmando seu compromisso com a paz e com a democracia - uma democracia que o chavismo conceitua como emanada do protagonismo do povo. Diante do ascenso da violência, Nicolás tem buscado estabelecer o diálogo com a oposição, principalmente para pautar o enfrentamento da crise econômica e, mais recentemente, o entrave político entre a Assembleia Nacional e a Constituinte. Entre 2014 e 2018, foram feitos mais de 300 chamados⁵⁴, os quais a MUD reluta em encaminhar. Em 2016, o governo e a oposição iniciaram uma mesa de negociação na República Dominicana, sob

⁴⁹ TELESUR. **Siete jóvenes quemados por la oposición venezolana en protestas violentas**. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Siete-jovenes-quemados-por-la-oposicion-venezolana-en-protestas-violentas-20170703-0031.html>. Acesso em: 22 Nov, 2019.

⁵⁰ O Venezuela Analysis é um portal jornalístico independente, criado por Gregory Wilpert e Martin Sánchez, voltado a “prover uma contra-narrativa à cobertura mainstream da Revolução Bolivariana”. Disponível em <https://venezuelanalysis.com/about>. Acesso em: 05 Jun, 2020.

⁵¹ VENEZUELA ANALYSIS. **In detail: the deaths so far**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/13081>. Acesso em: 30 Nov, 2019.

⁵² Detalhes sobre a Assembleia Nacional Constituinte podem ser encontrados em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/13260>. Acesso em 30 Nov, 2019.

⁵³ MALLETT-OUTRIM, Ryan. **Venezuela’s Constituent Assembly Assumes Parliamentary Powers**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13322>. Acesso em 1 Dez, 2019.

⁵⁴ TELESUR. **Guarimbas, la "salida" de la oposición en Venezuela desde 2014**. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Guarimbas-la-salida-de-la-oposicion-en-Venezuela-desde-2014-20180212-0026.html>. Acesso em 13 Nov, 2019.

mediação do presidente dominicano Danilo Medina. Em 2018, as duas partes estiveram muito perto de firmar um acordo em que o governo aceitaria a presença de observadores das Nações Unidas nas eleições presidenciais no final do ano. Todavia, a oposição se recusou de última a assinar o acordo, alegando que o governo fez alterações ao texto e que não concordava com a liberação de presos políticos - como Leopoldo López. O presidente, por sua vez, afirma que Julio Borges, presidente da Assembleia Nacional, recebeu uma ligação do Secretário de Estado dos EUA Rex Tillerson orientando-o a recusar o acordo⁵⁵.

Diante do impasse, a ANC decide antecipar as eleições para abril. Os EUA rapidamente afirmam que não irão reconhecer o resultado do pleito e a oposição, uma vez mais, defende a não-participação e denomina a ação como “golpe”. Maduro se reelegerá com cerca de 68% dos votos, maior margem de um presidente chavista - mas também com a maior abstenção⁵⁶.

A guerra econômica e o cerco internacional seguem. Em 23 de janeiro de 2019, um novo capítulo: o novo presidente da AN Juan Guaidó, do partido Vontade Popular, se autoproclama presidente encarregado da Venezuela para “lograr o cessar da usurpação, um governo de transição e eleições livres”⁵⁷. Rapidamente reconhecido como presidente pelos EUA, pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e por diversos países europeus. Guaidó, até então um desconhecido, vai se apoiar na AN e na legitimação internacional para tentar estabelecer um governo paralelo, nomeando novos encarregados e embaixadores em países pró-mudança de regime na Venezuela.

A nomeação de Guaidó é mais uma etapa da disputa entre poderes, que em essência se trata de um processo de deslegitimação e promoção de instabilidade implementado pela oposição ao governo e às instituições venezuelanas. Em suma, é uma nova etapa do processo imperialista de derrubar a qualquer custo Maduro e o bolivarianismo. O chavismo vai reconhecer imediatamente, assim como o fez nos outros momentos críticos, qual é o projeto que sustenta Guaidó: logo após o reconhecimento do “autoproclamado presidente”, Maduro dá 72h para que os diplomatas estadunidenses saiam do país, cortando relações diplomáticas⁵⁸.

⁵⁵ ROJAS, Rachael Boothroyd. **Venezuelan Opposition Abandons Talks in Dominican Republic, Dismisses Deal with Gov't**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13647>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

⁵⁶ CNE. **Divulgación de resultado elecciones 2018**. Disponível em: <http://www.cne.gov.ve/ResultadosElecciones2018/index.php>. Acesso em: 7 Dez, 2019.

⁵⁷ BBC NEWS MUNDO. **Juan Guaidó, presidente de la Asamblea Nacional de Venezuela, se juramenta como "presidente encargado" del país**. Disponível em <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46979533>. Acesso em: 11 Jun, 2020.

⁵⁸ BBC NEWS MUNDO. **Maduro anuncia que Venezuela rompe relaciones con "el gobierno imperialista de EE.UU.", al que acusa de estar detrás de la juramentación de Guaidó como "presidente**

Mais importante, Maduro vai compreender a real significância das ações de Guaidó. Aqui, destacam-se duas táticas centrais. Logo que se definiu como “presidente encarregado”, a nova figura do antichavismo declarou que iria trazer o apoio internacional para o país, através de financiamentos e de “ajuda humanitária” financiada pela Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) e que seria entregue através das fronteiras com Brasil e Colômbia. Maduro denunciou a ajuda humanitária intervencionista, bloqueando seu acesso ao território venezuelano, e firmou apoio com outros países, como com a União Europeia e a China, em montantes muito superiores⁵⁹.

A segunda tática tem nome: Operação Liberdade. A operação se configura como “a fase de máxima pressão popular para lograr a ação das Forças Armadas e da comunidade internacional.⁶⁰” Trata-se de um plano de mobilização, primariamente digital, e de organização da oposição através dos “comandos da liberdade” para, junto da pressão internacional (lê-se sanções), fazer com que os militares - entendidos como o principal sustentáculos do governo - se voltem contra Maduro e, assim, “cessar a usurpação”.

Em 30 de abril, Guaidó dá um passo adiante, transformando a mobilização em uma tentativa de levante cívico-militar. Militares desertores liberaram Leopoldo López de sua prisão domiciliar durante a madrugada. Durante o amanhecer, o autodeclarado presidente, ao lado do líder *guarimbero*, fez uma transmissão ao vivo via Twitter convocando os militares e a população a se somarem ao intento de golpe, anunciando que haviam tomado a base militar La Carlota, em Caracas. Todavia, o vídeo foi gravado em uma ponte a alguns quilômetros de La Carlota, que nunca foi conquistada⁶¹. Apesar do discurso vitorioso desde a madrugada, a deserção de militares foi insignificante: segundo o Ministro de Defesa, apenas um grupo de cerca de 40 militares se juntaram à Guaidó, dos quais grande parte foram enganados e logo retomaram a seus postos⁶². Os protestos não foram expressivos e ocorreram focos bastante restritos de conflito. O dia terminou com Leopoldo López solicitando asilo político na embaixada do Chile e a normalidade logo foi restaurada.

encargado”. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46979316>. Acesso em: 24 Nov, 2019.

⁵⁹ VENEZUELA ANALYSIS. **Debunking Four Mistruths About Venezuela’s Humanitarian Aid Showdown**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14355>. Acesso em 1 Dez, 2019.

⁶⁰ OPERACIÓN LIBERTAD. Disponível em: <https://operacionlibertad.org/>. Acesso em: 11 Dez, 2019.

⁶¹ MARIN, Pedro. **Diosdado Cabello: Tentativa de golpe na Venezuela foi derrotada**. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/30/diosdado-cabello-tentativa-de-golpe-na-venezuela-foi-derrotada/>. Acesso em 30 Abr, 2019.

⁶² MARIN, Pedro. **Padrino López: Tentativa de golpe na Venezuela teve tamanho “mediocre” e “insignificante”**. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/30/padrino-lopez-tentativa-de-golpe-na-venezuela-teve-tamanho-mediocre-e-insignificante/>. Acesso em 30 Abr, 2019.

Desde abril, a popularidade e força política de Guaidó, originalmente assentadas em bases muito frágeis, vêm se dissolvendo. Além do fracasso da “Operação Liberdade”, Guaidó falhou em convocar “eleições livres” - sua principal bandeira - pois, mesmo com apoio externo, falhou em consolidar qualquer forma de governo paralelo. Além disso, diversos escândalos de corrupção⁶³ e a divulgação de fotos que o associam com grupos de narcotraficantes comprometeram o apoio que possuía com os grupos opositores ao chavismo e a direita venezuelana⁶⁴.

Mais recentemente, Guaidó perdeu ainda mais espaço. Segundo o acordo estabelecido pela MUD, se estabeleceu uma rotatividade de um ano para a presidência da AN - o que fez com que Guaidó assumisse em janeiro de 2019. Em janeiro de 2020, portanto, caberia a Guaidó passar o cargo a um novo presidente, perdendo assim a justificativa pela qual se auto-proclamou presidente interino do país. Guaidó tentou impedir a sessão da Assembleia e convocar uma sessão paralela, mas sem sucesso. Destarte, Luis Eduardo Parra, do Primeiro Justiça, assumiu a presidência da Assembleia, isolando assim Guaidó e apontando para um retorno à disputa em âmbito institucional⁶⁵.

Esse recente relato de tensão entre setores oposicionistas não é fato novo. O espectro do antichavismo é bastante diverso, englobando partidos ligados ao antigo regime - como a AD e Copei - como novos atores partidários (como Vontade Popular) e civis. Esses distintos setores apresentam várias divergências, seja na sua interpretação do chavismo quanto na definição de estratégias e na forma de ação. Em 2013, por exemplo, Capriles rompeu com o entendimento da MUD acerca do boicote eleitoral, concorrendo ao pleito.

Com o acirramento da ofensiva, setores mais radicais e mais violentos têm ganhado maior projeção, em especial aqueles em torno do Vontade Popular de López e Guaidó. Contudo, apesar de possuírem fortes laços com os Estados Unidos⁶⁶, sua relação com outros atores nacionais não é harmônica: López inclusive já foi caracterizado como “uma figura divisiva dentro da oposição... diversas vezes descrito como arrogante, vingativo e com fome de poder.”⁶⁷ Nesse sentido, destacam-se dois fatos. Primeiro, que apesar da tônica dominante

⁶³ DOBSON, Paul. **Venezuela’s Guaido Investigated for Aid Embezzlement**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/14548>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

⁶⁴ FLORES, Leonardo. **The Venezuelan Opposition’s Paramilitary Gambit**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14673>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

⁶⁵ BRASIL DE FATO. **Venezuela: Juan Guaidó se autoproclama presidente da Assembleia**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ndCxzU0b7fA&feature=emb_title. Acesso em 10 Jan, 2020.

⁶⁶ Ver Capítulo III.

⁶⁷ BLUMENTHAL, Max; COHEN, Dan. **La creación de Juan Guaidó: cómo los laboratorios de cambio de régimen estadounidenses crearon al líder del golpe de estado en Venezuela**. Disponível em:

na oposição ser uma forte crítica ao chavismo, caracterizando o governo de ditadura e seus apoiadores de massa manipulada, as atitudes mais extremas (como a tentativa de levante de abril) não são acordadas por todos os setores - o que ficou evidente no rápido desgaste que Guaidó sofreu até mesmo por esses atores. Segundo, o chavismo utiliza dessa divisão a seu favor, ao buscar dialogar com setores mais moderados e isolar a extrema-direita. Ambos esses fatos ficaram evidenciados nos acontecimentos da Assembleia em janeiro de 2020.

Desde a morte de Chávez, o chavismo enfrenta anos duros. Maduro se depara, hoje, com o período de maior fragilidade da Revolução. Não somente por causa de Guaidó: o deputado golpista é apenas uma cartada caricatural de uma longa guerra multidimensional contra o bolivarianismo e, principalmente, contra o povo venezuelano; guerra que, sob o governo Trump, se tornou um embargo total. Essa guerra tem consequências pesadas para a nação de Bolívar: hiperinflação, ataques constantes às empresas estatais e à infraestrutura do país, completa carência de recursos públicos, caos e violência promovidos por uma elite subserviente ao projeto imperialista⁶⁸. A Revolução enfrenta, também, os limites do próprio projeto - em especial, a incapacidade de superação do rentismo petrolífero, fato que aprofunda os efeitos do bloqueio.

Atualmente, Maduro segue a mesma postura em defesa da paz, da democracia e do diálogo, enfatizando a importância das negociações com a oposição, que aos poucos são retomadas. Contudo, como discípulo de Chávez, segue o caminho apontado pelo “eterno comandante”: fortalecer a organização popular e manter as Forças Armadas politizadas e prontas para defender a nação contra qualquer ataque - afinal, trata-se de uma revolução pacífica, porém armada.

<https://thegrayzone.com/2019/01/31/la-creacion-de-juan-gaido-como-los-laboratorios-de-cambio-de-regimen-estadounidenses-crearon-al-lider-del-golpe-de-estado-en-venezuela/>. Acesso em: 3 Mai, 2020. Tradução nossa.

⁶⁸ A evolução do embargo, bem como suas consequências, serão analisadas no Capítulo III.

3. CAPÍTULO II - DOMINAÇÃO DO ESPECTRO TOTAL

3.1. APORTES INICIAIS: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO LENINISTA

O conceito de imperialismo é a categoria fundamental para a interpretação do capitalismo contemporâneo a nível internacional. Não a reivindicamos como resposta imediata, mas enquanto contexto estrutural, o atual estágio do sistema capitalista e de suas relações de produção e reprodução do capital.

A era do imperialismo, ou, nos termos de Lenin (2011), a fase superior do capitalismo, se caracteriza pela formação dos grandes monopólios, desenvolvidos pela tendência intrínseca ao próprio capitalismo de intensificação da concentração e centralização do capital. Tais monopólios substituem a predominância da livre concorrência e passam a determinar as tendências do desenvolvimento capitalista global; todavia, como pontuam Traspadini e Bueno (2014), “isto não significa o fim da concorrência, e sim um novo teor na disputa intercapitalista pela apropriação de parte do valor produzido na totalidade da produção capitalista”. (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 190).

Tal processo de concentração (ampliação do capital constante na composição orgânica do capital) e centralização (expressa principalmente pelo processo de fusões e aquisições) do capital, que caracteriza o monopólio, se associa dialeticamente à formação do capital financeiro, que Lenin (2011) define como a fusão entre o capital bancário e industrial, ou a dominação do primeiro sobre o segundo. A fase dos monopólios se configura, assim, como a fase das oligarquias financeiras – a expressão do controle tanto do capital fictício quanto do industrial por parte dos grandes bancos, em geral localizados no centro do sistema capitalista. A expansão imperialista dessas oligarquias se desenrolará tanto sobre as empresas de menor porte quanto sobre novos territórios, onde, pelas necessidades de acumulação, tais monopólios disputarão o controle da periferia do sistema, em especial através da exportação de capitais.

Como colocado pelo líder bolchevique:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo,

militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. (LENIN, 2011, p. 198-9).

Em suma, a partilha do mundo pelos monopólios - isso é, a disputa por novos mercados, pela absorção de empreendimentos menores e pelo controle de recursos - acentua a desigualdade entre pequena e grande empresa e entre países (centro x periferia), ao passo que acentua (e não atenua, como defendiam alguns) o acirramento entre as oligarquias financeiras e, inevitavelmente, entre países. Esse acirramento, como supracitado, não se restringe ao meio econômico, mas se dá também “segundo a força”, em geral com o empenho das forças militares, seguindo o mesmo fundamento. Esse uso da força ocorre tanto pela imposição colonial do centro sobre a periferia quanto pela belicosidade entre nações imperialistas. É nesse contexto que deve ser compreendida a Primeira Guerra Mundial, como consequência das disputas interimperialistas pela divisão do mundo; também a Segunda Guerra, como consequência da primeira; e, naturalmente, a ordem que se estabelece no pós-guerra.

No contexto do pós-guerra, essa dinâmica, contudo, se atualiza em conformidade com a evolução do capitalismo. A concentração e centralização de capital avança com maior voracidade rumo ao chamado Terceiro Mundo, mantendo e avançando o controle de recursos e da produção. Os grandes conglomerados financeiros e empresas multinacionais progressivamente ampliam seu domínio sobre as economias periféricas por meio de investimentos diretos, da dívida pública, da dependência tecnológica e do monopólio dos setores primário-exportadores bem como dos setores dinâmicos das indústrias nascentes. Tal processo atualiza o caráter dependente desses países e complexifica as relações de classe, intensificando os conflitos internos ao mesmo tempo que potencializa a relevância da luta anti-imperialista.

O avanço das forças imperialistas vai desenvolver consigo novas estruturas e dinâmicas econômicas e extra-econômicas que condicionam a disputa inter-imperialista e ajudam a manter subjugados o pequeno empreendimento e as nações periféricas: as instituições internacionais (FMI, agências de risco); a consolidação das empresas monopolistas transnacionais; a propriedade intelectual e, assim, a manutenção da dependência tecnológica; além das guerras imperialistas de ocupação ou por procuração. Em tempos contemporâneos, os capitais monopolistas avançam com maior ferocidade contra o Estado - em especial o periférico - por meio de privatizações, da dívida pública e da livre remessa de lucros, apropriando-se de novos recursos, mercados e territórios que antes eram de monopólio

estatal ou eram protegidos pelo Estado - como a água de outros recursos naturais (HARVEY, 2014).

Não obstante, a dinâmica do imperialismo clássico descrita por Lenin - que não viveu a era das grandes empresas transnacionais - no início do século XX segue, grosso modo, vigente: trata-se de um processo de concentração de capital e da permanente disputa em torno do controle de recursos e mercados que todavia se atualiza conforme as atualizações do Estado e das estruturas produtivas e de acumulação, o que promove também a atualização da luta de classes. (OSORIO, 2019). Da mesma forma, como veremos adiante, atualizam-se também as formas de utilização da força, tanto econômicas quanto extra-econômicas, que seguem tão essenciais quanto no contexto colonial.

Na América Latina, a inserção no capitalismo internacional é definida a partir do processo colonial. Esse processo estabelece uma economia cujo desenvolvimento é pautado externamente, através da exportação de produtos primários e da transferência de valor. Essa estrutura promove a formação de elites regionais - sustentadas pela extração de valor dessas atividades primário-exportadoras - e de Estados oligárquicos que condicionam sociedades altamente desiguais.

Nesse sentido, as independências formais cumprem simplesmente a função de atualização da condição subalternizada - agora, em termos dependentes - mantendo seus pilares coloniais. As burguesias “nacionais”, assim, encontram-se em posição contraditória, pois o desenvolvimento interno se mostra incapaz de sustentar os seus processos de acumulação. Dessa forma, não só essas classes dominantes se mostram incapazes de conter o avanço imperialista, como progressivamente se associam a ele de forma dependente, sendo expressões locais, enquanto “sócios menores”, do mesmo projeto. (MARINI, 2017), (BAMBIRRA, 2015).

Em linhas gerais, a atualidade da categoria de imperialismo serve-nos como base estrutural para compreensão da manutenção da desigualdade centro-periferia e dos processos de ingerência e dominação das nações subalternas por parte dos centros imperialistas - processos que evoluem com o desenvolvimento das relações produtivas e políticas, mas mantém a essência da descrição leninista. Vejamos a seguir como se desenvolve tais processos em relação ao principal centro do capital financeiro - os Estados Unidos - em termos geopolíticos e como se apresentam as atuais formas de dominação.

3.2. GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO

3.2.1. O “império estadunidense não-declarado”

Com o fim da Segunda Guerra, os EUA emergiram como a grande potência capitalista numa ordem que a paz seria a principal bandeira. Paz seria a bandeira da nova ordem. Não uma paz em abstrato, mas a garantia da segurança dos investimentos estadunidenses ao redor do globo: ou seja, a garantia do livre fluxo de capitais e a neutralização dos movimentos nacionalistas e anticapitalistas no bloco ocidental. Neutralizada a ameaça nazista, a União Soviética, os processos de libertação nacional no Terceiro Mundo e a ameaça comunista internacional se tornam o inimigo e a justificativa das ações do “império não-declarado” (ENGDAHL, 2009) contra quem a “paz” do Ocidente deveria ser garantida.

Tal contexto é relevante pois é nessa conjuntura de Guerra Fria que os EUA vão assentar as bases de sua hegemonia. Uma das formas de consolidação se daria por meio das instituições internacionais (ANDERSON, 2015). Caberia à Organização das Nações Unidas (ONU), herdeira da Liga das Nações - o projeto do ex-presidente Woodrow Wilson de consolidação de uma ordem liberal no entre-guerras -, ser “um dos meios de propaganda ideológica mais enfáticos sobre a nova era da ‘paz’ sob o domínio hegemônico americano.” (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 199); uma propaganda pautada nas bandeiras de liberdade e democracia. Como instrumento de propaganda legitimado pelos demais Estados, a ONU se conformou como um órgão legitimador da ação expansionista e intervencionista estadunidense.

No plano econômico, o sistema de Bretton Woods e suas respectivas instituições - FMI e Banco Mundial - pavimentam o caminho para a hegemonia do dólar. A moeda estadunidense, inicialmente ancorada no ouro, transforma-se no câmbio prioritário para os investimentos e para o comércio internacional, bem como para a obtenção de empréstimo - nesse sentido, destacam-se o Plano Marshall, de reconstrução da Europa, e os processos de industrialização da periferia. Dessa forma, como já mencionado, promove a manutenção das assimetrias nos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico e, por consequência, a manutenção e aprofundamento da dependência dos países periféricos através da exportação de capitais e do mecanismo da dívida pública.

Em associação com a institucionalização da hegemonia do dólar, os EUA atualizaram sua política externa de forma a intensificar a inter-relação entre o pensamento geopolítico e as estratégias dos monopólios financeiros, de forma a neutralizar as ameaças. Assim, junto com o sistema ONU e o Bretton Woods, os EUA trataram de estabelecer instituições que deveriam potencializar sua posição geopolítica. A protagonista desse pilar seria a Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949. Seu propósito, como sintetizou o general Ismay, seria “manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães neutralizados” (LIND apud BANDEIRA, 2017, p. 53, tradução nossa). Ou seja: conter a expansão soviética no Atlântico, mantendo a Europa sob tutela. No caso do continente americano, pautou-se a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), dois anos antes da criação da OTAN. O TIAR preza pela responsabilidade de todos os Estados participantes de neutralizar uma ameaça externa à algum país. O que foi vendido como “assistência recíproca” tratava-se, na verdade, de referendar o continente como zona de influência exclusivamente estadunidense - princípio oriundo da Doutrina Monroe -, novamente buscando barrar a ameaça vermelha e autorizando a intervenção da Casa Branca em qualquer país ameaçado ou que representasse uma ameaça.

Em termos operacionais, as novas necessidades de inteligência e contra-inteligência da Guerra Fria resultaram na criação, em 1947, da Agência Central de Inteligência (CIA), que passou a ser responsável por promover campanhas de desestabilização, treinamento e financiamento de militares e grupos paramilitares, assassinatos de militantes e lideranças políticas e golpes de Estado contra alvos de relevância geopolítica que representassem oposição aos interesses do imperialismo estadunidense: é o caso, por exemplo do governo de Mossadegh, do Irã, deposto em 1953 após nacionalizar a indústria petrolífera.

No caso latino-americano, a atuação da CIA ao longo da Guerra Fria foi sistemática. Através da Escola das Américas, a CIA treinou milhares de militares em técnicas de tortura e táticas anti-guerrilha e de manutenção da ordem. O processo foi concebido a partir da Doutrina de Segurança Nacional que adicionava uma fronteira interna - ideológica, anticomunista - aos princípios de segurança do país. O resultado foi a realização de diversos golpes militares-empresariais durante os anos 60 e 70 que instalaram ditaduras mais favoráveis aos monopólios estrangeiros - com participação de diversos setores das burguesias locais. A atuação foi tão bem-sucedida que os mesmos processos de treinamento de técnicas de tortura seriam usados posteriormente, durante a Guerra ao Terror, em prisões como Guantánamo, em Cuba, e Abu Gharib, no Iraque (BANDEIRA, 2017, p. 80).

A constituição da CIA e de instituições internacionais está dentro de um processo de aprofundamento da dominação do capital monopolista sobre a política externa, a militarização e o Estado como um todo. Assim como as intervenções e as campanhas de desestabilização, as guerras imperialistas são conduzidas pelas necessidades de realização e acumulação desses capitais monopolistas, tanto através da exploração de novos recursos quanto pelos investimentos em produção armamentista e desenvolvimento de tecnologias militares, que se

intensificam em tempos de guerra. A expressão dessa dominação dos monopólios sob o aparato estatal-militar é denominada de “complexo industrial-militar”, complexo que engloba as grandes empresas do ramo militar, o Pentágono e diversos *think tanks* e que constantemente apresenta à Casa Branca a necessidade de expandir os recursos bélicos para se opor aos inimigos do mundo livre. (BANDEIRA, 2017).

Já nos anos 50, a imponente do complexo industrial-militar podia ser sentida. Em seu discurso de despedida da presidência, o general Dwight Eisenhower alertou sobre a necessidade de Washington se proteger “contra a aquisição de influência injustificada, seja ela buscada ou não, pelo complexo industrial-militar. O potencial para o desastroso ascenso de poder mal-situado existe e persistirá”⁶⁹. O ascenso do complexo a partir da segunda metade do século XX é parte constitutiva do que Moniz Bandeira chamou de “re-patrimonialização” do Estado estadunidense através do *lobby* e da prática de “porta giratória”, que configura

uma forma de corrupção institucional, através de contínua troca de papéis entre executivos de grandes corporações, que passavam a ocupar altos cargos na administração, e autoridades que se tornaram executivos de grandes corporações, quando deixaram as posições no governo, com influência e informações estratégicas. (BANDEIRA, 2017, p. 72).

Em suma, a consolidação dos *lobbies* nos EUA - entre eles, o Pentágono-indústria militar - aprofunda a corrupção da “democracia” estadunidense em favor dos grandes conglomerados monopolistas, que cada vez mais ditam a política do país quase sempre em direção a novos conflitos e intervenções - que muitas vezes não poderiam ser vencidos.

Além disso, a estrutura corrompida de formulação de política externa estadunidense conta também com o desenvolvimento dos *think tanks*, instituições de fomento de pesquisas, programas e intelectuais em diversas áreas. Essas instituições se formam de maneiras distintas - com ou sem financiamento governamental, com ou sem fins lucrativos, etc - e são partes centrais das portas giratórias dos *lobbies*, promovendo não só a interlocução com setores empresariais e estatais como também intensificando a relação desses setores com as grandes universidades nacionais cada vez mais instrumentalizadas pelos monopólios.

3.2.2. Novas ofensivas: a dominação do espectro total

Depois do fracasso na Guerra da Coreia (1950-53) e diante do ascenso de processos de libertação nacional - em especial na África e Ásia - Washington se virava para o Vietnã na busca por uma campanha bem-sucedida de contenção do comunismo internacional. A parcela

⁶⁹ EISENHOWER, Dwight D. **Military-industrial complex speech**. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/eisenhower001.asp. Acesso em: 13 Jan, 2020.

setentrional havia se libertado do jugo francês e estabelecido um governo comunista, ao passo em que o sul residia com ditaduras títeres dos EUA.

A Guerra do Vietnã durou 20 anos e é um ponto de inflexão na trajetória intervencionista estadunidense. Com exceção da invasão ao Iraque em 2003, foi o último conflito em que a Casa Branca lutou primariamente com uso de tropas regulares - além do uso ostensivo de bombardeios e de *napalm* (que geraram consequências ainda atuais) - e o constante aumento dos contingentes enviados se justificava sempre pelo mito criado pelo governo - e reforçado pela mídia - de que a guerra estava prestes a ser vencida - mito sustentado pelas grandes cifras de vietnamitas mortos em combate. A realidade, contudo, se apresentava como um cenário traiçoeiro onde as guerrilhas vietnamitas, amparadas pelo apoio da União Soviética e da China, por um esforço popular nacional e pelo clima e terreno hostis, representavam um obstáculo impossível de ser superado.

Para além da incapacidade de derrotar um exército majoritariamente camponês e de sua retirada humilhante do país, as duas décadas de conflito representaram fortes tensões internas. O país vivia a eclosão de diversos movimentos sociais e o crescimento da bandeira contra a guerra, que se intensificava com o prolongamento do conflito e novas gerações de militares retornando e expondo seus horrores bem como os escândalos internos - como o caso Watergate, que causou a renúncia de Nixon. Configurava-se, assim, uma das maiores manchas na história estadunidense, tanto em sua política externa quanto nacional.

É nesse contexto em que se germina a Revolução em Assuntos Militares (RMA), concebida pelo especialista Andrew Marshall, do *think tank RAND Corporation*⁷⁰ e discípulo de Kissinger, que foi instalado pela administração Nixon como um dos diretores do Departamento de Estado. Segundo o próprio Marshall, a RMA:

É uma grande mudança na natureza da guerra provocada pela aplicação inovadora de novas tecnologias que, combinada com mudanças dramáticas na doutrina militar e em conceitos operacionais e organizacionais, altera fundamentalmente o caráter e condução das operações militares. (MARSHALL apud ENGDAHL, 2009. 190, tradução nossa)

A RMA se associa a duas necessidades. Primeiro, num dos períodos mais tensos da Guerra Fria, Marshall fazia parte do grupo que, diferente da opinião de que uma guerra nuclear seria mutuamente catastrófica, acredita que era possível vencê-la. Para isso, era necessário desenvolver um poder de artilharia que possibilitasse destruir os mísseis nucleares do inimigo antes de uma possível resposta - o que exigiria um intenso desenvolvimento

⁷⁰ Pesquisa e Desenvolvimento.

tecnológico. (ENGDAHL, 2009). Esse princípio, chamado de *counterforce* (contra-força), seria aplicado também à artilharia não-nuclear ao passo em que a iminência de conflito nuclear diluía e o uso de satélites e armamentos tele-guiados ganhava protagonismo.

Por outro lado, esse desenvolvimento tecnológico e operacional tem o objetivo de alterar o teatro da guerra de forma a substituir a utilização de tropas regulares por tropas especiais amparadas por artefatos bélicos operados à distância. O alto contingente de militares estadunidenses mortos ou permanentemente debilitados no Vietnã (ainda que muito menores que o de militares e civis vietnamitas) fora um dos principais pontos de desaprovação da guerra pela população. Isso demonstrava que as novas narrativas pró-intervenção necessitavam ser sustentadas pelo menor número possível (real ou não) de casualidades estadunidenses - as outras cifras não importavam.

Além disso, essa nova doutrina militar - de alta precisão - buscava superar os reveses que tropas regulares sofreram contra forças irregulares (guerrilhas, principalmente), isso é, responder aos avanços das lutas de resistência e situar as intervenções em novos parâmetros. (LOSURDO, 2010). Nesse sentido, o desenvolvimento da RMA nas décadas seguintes apontou também para a utilização cada vez maior de forças paramilitares por meio de financiamento, treinamento e apoio logístico. Os governos Carter e Reagan estabeleceram o novo patamar para essa prática: no Afeganistão, sob liderança do Conselheiro de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski, os EUA treinaram e financiaram os *mujahideen* - combatentes jihadistas - para lutarem contra a União Soviética; de forma similar, Reagan promoveu os *contra* na Nicarágua para desestabilizar a Revolução Sandinista. Nos anos posteriores, com destaque à Guerra do Iraque, desenvolveria-se também o uso de mercenários que, além de não serem tropas das Forças Armadas, encontram-se em situação jurídica ambígua que, em geral, favorece a impunidade; dessa forma, tendem a serem encarregados da parte “suja” da guerra: tortura, contato com forças paramilitares (muitas vezes fundamentalistas), genocídios, etc (LOSURDO, 2010, p. 48).

Após o colapso do bloco soviético, a política externa estadunidense vai pautar-se centralmente em dois princípios. O fim da bipolaridade representa, para muitos analistas, a possibilidade de assentar-se como a nação hegemônica mundial. Esse objetivo ganhou forma e nomenclatura a partir da divulgação do documento Joint Vision: 2020 (Visão Conjunta: 2020) pelo Pentágono em 2001, onde se define a dominação do espectro total (KORYBKO, 2018, p. 38).

Trata-se, em suma, de uma síntese das visões e estratégias desenvolvidas nas décadas anteriores, agora adaptadas para uma nova conjuntura. Como colocado por Ceceña:

A maior novidade desta concepção estava em sua virtude para articular e dar sentido geral único às estratégias setoriais, parciais, específicas, temporais e mais limitadas que surgiram desde diferentes emissores ou agentes da política de segurança e da busca pela supremacia dos Estados Unidos em todos os campos. Não se inventou nada novo, porém se pensou o problema de maneira integral e isso mudou os termos e as prioridades. (CECEÑA, 2014, p. 127, tradução nossa).

A dominação do espectro total traz no próprio nome sua definição. A busca por consolidar-se como hegemonia global exige o domínio de todas as esferas: políticas, econômicas, militares, sociológicas e até mesmo psicológicas. Isso é, não só manter-se enquanto polo gravitacional da economia capitalista e como centro decisório da geopolítica mundial, mas estabelecer um predomínio militar incontestável e também ter a capacidade de influir nas mais distintas sociedades.

Em termos militares, o objetivo é dominar as modalidades contemporâneas de conflito, aquilo que autores como Lind (2005) definem como guerra de quarta geração. A atual dimensão da guerra se expressa de forma não-delimitada e complexa, onde os conflitos regulares perdem espaço para conflitos assimétricos, irregulares e indiretos. Conflitos assimétricos são definidos por expressarem grande disparidade de força entre os beligerantes e tendem a incluir novos atores como grupos paramilitares e forças de resistência. (KORYBKO, 2018, p. 74). Guerra irregular, por sua vez, diz respeito às modalidades não regulares de conflito (sabotagem, terrorismo, guerrilha⁷¹)⁷². Nesse sentido, destacam-se as guerras por procuração (*proxy warfare*), modalidade de guerra indireta em que a ação militar é protagonizada por forças irregulares sob coordenação política do Estado promotor do conflito. Essas *proxy wars* rompem o formalismo de uma guerra regular declarada e aprofundam a internacionalização do conflito moderno.

Por outro lado, a busca por capacidade de influir em outras sociedades significa poder efetivamente exportar princípios e valores e moldar expectativas e percepções sócio-políticas, de forma a pautar formas de ação - individuais e coletivas - que sirvam para seus objetivos. Essas dimensões da dominação do espectro total - a militar e a sociológica/psicológica - estão diretamente associadas ao desenvolvimento da Guerra Híbrida, como veremos adiante.

Segundo, a região da Eurásia ganha ainda maior protagonismo sob influência do “tabuleiro de xadrez” de Brzezinski. Brzezinski atualizou a interpretação de Halford Mackinder acerca da centralidade geopolítica da Eurásia enquanto *heartland* (coração da terra)

⁷¹ Ibid, p. 72.

⁷² Os dois termos são convergentes e muitas vezes usados como sinônimos.

ao aplicá-la conjuntamente à noção de controle das áreas periféricas. Em seu tabuleiro, a contenção da Rússia - como nação descendente da grandeza da União Soviética - e da China - em franco crescimento - passava pela desestabilização de seu entorno, promovendo a balcanização das ex-nações soviéticas e estabelecendo governos subordinados à agenda imperialista de busca pela supremacia (KORYBKO, 2018).

A implementação desse “caos periférico” em prol da contenção e isolamento das duas nações que poderiam contestar a posição hegemônica estadunidense teve como uma das pautas principais o domínio dos recursos energéticos. Não por acaso, os países eurasiáticos que sofreram políticas intervencionistas dos EUA na virada do século (como Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão, etc) estão ligados diretamente à busca pelo controle das fontes energéticas e a tentativa de estrangulamento do suprimento e do comércio energético de Rússia e China (ENGDAHL, 2009). Assim, os principais agentes da política externa nesse período estavam diretamente ligados a grandes empresas energéticas, como Brzezinski (consultor da British Petroleum) e o vice-presidente (durante o governo de George W. Bush) Dick Cheney, dirigente da Halliburton - “nada novo” para a Casa Branca (BANDEIRA, 2017).

Foi em consonância com esses princípios que o governo Bush desenvolveu sua Guerra ao Terror. No crepúsculo do século XX, os discípulos de Andrew Marshall se consolidavam em posições-chave para a política externa estadunidense. Um deles foi Paul Wolfowitz, que durante o governo Bush era o número 2 do departamento de Estado e foi principal idealizador da Guerra ao Terror - comumente conhecida como a “doutrina Wolfowitz”.

Tal doutrina vinha sendo desde os anos 90, diante do fim da Guerra Fria e a necessidade de criação de novos inimigos, em especial no âmbito do *think tank Project for the New American Century* (Projeto para o Novo Século Americano) (PNAC), do qual faziam parte Cheney, Wolfowitz e o Secretário de Estado de Bush, Donald Rumsfeld. Como continuação do projeto da RMA, a doutrina previa centralmente dois objetivos: a consolidação de um poderio militar incontestável que servisse para desencorajar outras nações a desafiar a hegemonia estadunidense; e a internalização dos “ataques preventivos” enquanto princípio de defesa - algo que Wolfowitz já defendia desde 1992 - contra qualquer um que pudesse representar uma ameaça, mesmo que isso exigisse atuar sozinhos. (ENGDAHL, 2009) (WOOD, 2005). O PNAC também previa a necessidade de consolidar uma nova onda revolucionária em termos bélicos, que “provavelmente será longa, salvo algum evento catastrófico e catalisador - como um novo Pearl Harbor”. (PNAC, 2000, p. 51, tradução nossa), como seria o atentado de 11 de setembro de 2001.

Trata-se, assim, de uma perspectiva de superação dos padrões convencionais de “guerra justa” em prol de uma atuação bélica que melhor corresponde ao pensamento geopolítico estadunidense atual. Agindo como “polícia global” e reservando-se o direito de ataques preventivos, a evolução da Guerra ao Terror consolida cada vez mais situações de “guerra infinita” - que não se submetem aos princípios convencionais (objetivos claros e justos, possibilidade de vitória *de facto* -, seja pela agressão permanente ou pelas consequências das ações militares dos EUA em países como o Afeganistão, onde a situação de caos permanece, a reconstrução do Estado parece impraticável e a retirada das tropas e o encerramento do conflito não estão no horizonte (WOOD, 2005).

A Guerra ao Terror é a porta de entrada do imperialismo estadunidense para o século XXI. Com a ausência do bloco soviético, as novas ameaças, para além das potências eurasiáticas, passaram a se conformar como o terrorismo (principalmente o islâmico) e os países componentes do “eixo do mal”, supostos promotores do terrorismo: Iraque, Irã e Coreia do Norte como centrais, Líbia, Síria e Cuba como secundários - em outras palavras, países que de alguma forma representavam uma oposição. O primeiro da lista, governado por Saddam Hussein - que havia sido apoiado pelos EUA no conflito com o Irã - seria militarmente ocupado sob a falsa justificativa de utilização de armas químicas. O Iraque possui uma das maiores reservas de petróleo e a Halliburton, de Cheney, receberia mais de 1,7 bilhão de dólares da Casa Branca - seus serviços incluíam, entre outros, a construção de novas bases militares na região⁷³. Entre sanções, embargos, ameaças e conflitos *de facto*, todos os demais países veriam o recrudescimento da ação intervencionista nos anos posteriores.

Uma das características centrais da Guerra ao Terror é que ela estabelece um inimigo difuso. Sob a bandeira do “combate ao terrorismo”, Washington busca legitimar suas ações, de forma mais intensa do que vinha fazendo sob as bandeiras de “democracia”, “liberdade”, “direitos humanos” e “anticomunismo”. Contra esse inimigo difuso, justifica-se, por exemplo, a espionagem, a tortura e a ação militar contra civis e em outras nações soberanas. O *US Patriot Act*, de Bush, vai inclusive acrescentar uma dimensão interna, passando a caracterizar o “terrorismo doméstico”. (BANDEIRA, 2017, p. 74). Esses novos parâmetros vão contribuir

⁷³ DOBBS, Michael. **Halliburton's Iraq contracts exceed \$1.7 billion / Company was formerly headed by Dick Cheney**. Disponível em: <https://www.sfgate.com/news/article/Halliburton-s-Iraq-contracts-exceed-1-7-billion-2574101.php>. Acesso em 15 Jan, 2020.

também na guerra contra o narcotráfico: além das práticas compartilhadas, o governo Trump vai, por exemplo, buscar caracterizar os cartéis mexicanos como organizações terroristas.⁷⁴

Outra dimensão importante é a própria definição de terrorismo. Losurdo aponta que o “terrorismo”, enquanto conceito bastante vago, é historicamente visto como “arma dos fracos”; isso se aplica não só aos fundamentalistas e guerrilheiros, mas a todos os povos marginalizados - os “cães raivosos” contra quem “todo meio é lícito” (LOSURDO, 2010, p. 16). Isso implica que não se faz necessário preocupar-se com a sustentação das provas que justificam as ações nem com os danos colaterais - que, no âmbito do terror, são inclusive almejados. Mais importante, essa definição exclui os EUA da categorização de promotor de terrorismo. O imperialismo estadunidense, que promoveu a explosão de duas bombas atômicas no Japão; o uso extensivo de *napalm* destruindo milhões de vidas e danificando permanentemente a biosfera vietnamita; que protagonizou e apoiou diversos golpes e intervenções ao redor do globo; que nos dias atuais vem substituindo os bombardeios pelos embargos econômicos, a “arma de destruição em massa por excelência” (LOSURDO, 2010, p. 26); e que promoveu todas essas ações fortemente amparado pelo terrorismo midiático - ou seja, o Estado terrorista maior - passa a definir quem se configura ou não enquanto terrorista⁷⁵.

Dentro dessa evolução contemporânea da busca pela dominação do espectro total, o imperialismo estadunidense também atualizou outra modalidade de intervenção: isso é, a intervenção humanitária. Como descrito, o imperialismo sempre se usou de políticas de desestabilização para promover a decomposição de regimes que reivindicam maior autonomia e, em últimos casos, justificar uma intervenção militar. Nesse sentido, o embargo econômico consolidou-se como uma forma padrão de ação que evoluiu dos bloqueios marítimos às sanções e atividades especulativas. Ao forçar situações de crise em países dependentes, os EUA almejam dois objetivos: primeiro, potencializar a oposição e a instabilidade interna; segundo, transformar o país-alvo em um “Estado falido” onde faz-se necessário intervir em caráter humanitário. (RAMÍREZ, 2017).

Nesse sentido, as missões humanitárias evoluíram *pari passu* com a evolução das geopolítica estadunidense. No período pós-Guerra Fria, as missões humanitárias no âmbito da ONU intensificaram-se. Sob o princípio de responsabilidade para proteger (R2P), o

⁷⁴ PHILLIPS, Brian J. **Would Trump label Mexican cartels terrorist organizations?**. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/03/26/would-trump-label-mexican-cartels-terrorist-organizations/>. Acesso em 17 Jan, 2020.

⁷⁵ Não à toa, Chávez, junto com Gaddafi, propunha uma nova convenção acerca do conceito de terrorismo. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/chavez-e-kadafi-propoem-nova-definicao-de-terrorismo,000c803f3f40b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.htm>. Acesso em: 17 Dez, 2019.

imperialismo reivindica a bandeira humanitária para pressionar uma ação internacional contra um governo que ameace seus interesses, legitimando assim uma ação intervencionista.

Nessas intervenções, Ramírez (2017) aponta que houve uma intensificação da militarização das operações, inclusive em termos da RMA (como uso de drones), de forma que o *modus operandi* visa a manutenção da ordem e o combate ao crime ao passo em que carece de políticas de longo prazo. Ou seja, age para manter uma população sob controle e abdica da suposta responsabilidade de reconstrução do país, implementando efetivamente uma política de terra arrasada.

Apesar de o princípio de dominação do espectro total ser o norteador contemporâneo da política externa estadunidense, é preciso compreendê-lo dentro de suas contradições. Em termos militares, Wood aponta que é “impossível para um único poder estatal, mesmo para a força militar massiva dos EUA, se impor todos os dias, em todos os lugares, através do sistema global” (WOOD, 2005, p. 165, tradução nossa). Nesse sentido, o enfoque estadunidense é fazer sua presença ser sentida através de bases militares aliadas e da alta capacidade de mobilidade. Além disso, é importante ressaltar que o objetivo de consolidar-se enquanto uma única hegemonia global defronta-se com a ascensão de outras potências (ocidentais e euroasiáticas) em termos econômicos e geopolíticos, dentro de um complexo e contraditório processo de evolução da multipolaridade e do capitalismo. Trata-se, assim, de um princípio ao mesmo tempo totalizante e que não pode realizar-se em sua totalidade.

3.2.3. Guerra híbrida: conceito em desenvolvimento

A partir da evolução em termos geopolíticos, tecnológicos, militares e operacionais, os EUA vêm desenvolvendo uma nova forma de ação de sua geopolítica imperialista e intervencionista, isso é: a edificação do que analistas contemporâneos denominam “guerra híbrida”. Trata-se de um conceito em fases primárias de desenvolvimento e com utilização ainda bastante difusa - sendo o mesmo termo usado em sentidos distintos. Para fins desse trabalho, nos apoiaremos na obra do russo Andrew Korybko⁷⁶, possivelmente o principal teórico no tema.

Essa nova abordagem centra-se nos princípios fundantes da noção de dominação de espectro total; isso é, uma busca pela hegemonia legitimada pela narrativa de defensores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. Korybko, amparado num profundo estudo sobre teoria geopolítica e ciência militar, define, em sua obra central “Guerra Híbridas: Das

⁷⁶ Analista geopolítico, jornalista e conselheiro do Instituto de Estudos Estratégicos e Predições da Universidade Russa da Amizade dos Povos. Atualmente escreve para meios como o Sputnik e o Oriental Review.

Revoluções Coloridas aos Golpes”⁷⁷, a guerra híbrida enquanto a inter-relação entre a promoção das chamadas revoluções coloridas e do estabelecimento das guerras não convencionais. (KORYBKO, 2018). Ambos conceitos exigem melhores definições.

As revoluções coloridas podem ser compreendidas como a “contraparte civil da RMA” e como a modalidade mais efetiva de intervenção externa. (ENGDAHL, 2009, p. 34). Elas se configuram como processos de manifestações políticas, muitas vezes de caráter insurrecional, que visam desestabilizar ou até derrubar governos nacionais. Seu caráter diferenciador é que em geral são processos de levantes contra governos não-alinhados aos EUA, que por sua vez tem participação direta ou indireta nas revoluções, seja em sua origem ou sua catalisação. Essas revoltas costumam centrar-se em pautas morais e/ou pró-ocidentais - contra governos autoritários, contra a corrupção, em prol dos direitos humanos - e apresentam-se como um processo de origem popular e descentralizada, muitas vezes com forte caráter *anti-establishment*.

Em sua essência, as revoluções coloridas são uma forma de promover a derrubada de governos de cunho nacionalista/autônomo ou anti-ocidente que vem sendo desenvolvida desde a Guerra Fria. Desde os primórdios do desenvolvimento da RMA⁷⁸, o complexo industrial-militar e seus *think tanks* promovem estudos sobre sociologia e psicologia de massas e sobre como instrumentalizá-las. Um dos principais marcos de tais estudos é o desenvolvimento do “efeito enxame” pelo RAND: a partir da análise tanto de shows de rock quanto dos protestos estudantis em maio de 1968, visualizou-se o impacto de uma “histeria rebelde” descentralizada, porém conectada. (ENGDAHL, 2009).

Além de investigações sobre comportamento de massa, as revoluções coloridas, assim como a RMA, associam-se ao desenvolvimento tecnológico e a novas formas logísticas e operacionais de combate: nesse caso, o desenvolvimento das tecnologias em informação e das redes sociais de um lado; e o fomento dos conflitos em rede (conflitos amorfos de baixa-intensidade e sem lideranças identificáveis), do outro. A partir desses pilares, os EUA desenvolveram uma forma de atuação que, em suma, pauta-se pela difusão de informação de maneira descentralizada (através de redes difusas cuja origem não pode ser rastreada) de forma a criar um imaginário coletivo e não-linear na população-alvo que altera a percepção da realidade e cria inimigos - comumente, o governo. (KORYBKO, 2018, p. 45).

⁷⁷ Título original: “*Hybrid Wars: the indirect approach to regime change*”.

⁷⁸ Alfred Marshall, a principal mente do desenvolvimento original da RMA, também teve participação no desenvolvimento das revoluções coloridas.

Analisemos essa conceituação com mais detalhes. O objetivo de uma revolução colorida é difundir uma mensagem que sirva para promover a ação política contra um alvo em específico. Para tal, essa mensagem deve possuir uma natureza legítima - isto é, deve aparentar uma origem popular - e ser facilmente reconhecida e reproduzida. Assim, utiliza-se das recentes tecnologias de informação para reproduzir essa mensagem de forma descentralizada, em especial através de mídias sociais - em que a utilização de grande volume de dados pessoais (*Big Data*) é feita em parceria com as grandes empresas, como Google e Facebook -, onde o cidadão a recebe por redes de transmissão invisíveis e cujo transmissor mais imediato é (ou aparenta ser) um cidadão comum, muitas vezes um conhecido. Tal mensagem (real ou distorcida, mas sempre instrumentalizada) guia-se pelas pautas descritas acima, utilizando técnicas neurolinguísticas e forte caráter apelativo, e muitas vezes se dilui de forma a romper com a linearidade dos fatos e eventos - distorcendo ainda mais a realidade, o que contribui para a promoção de uma sensação ampla de rejeição ao governo. O objetivo é assentar um imaginário comum - uma mente de colmeia (KORYBKO, 2018, p. 58) - que pode vir a ser usado na promoção de ações políticas contra tal inimigo - uma ofensiva em forma de enxame.

Essa campanha vai para além da difusão de informação virtual. Assim como a RMA utiliza de forças irregulares, as revoluções coloridas aparelham organismos da sociedade civil, mantendo seu caráter “legítimo”. Destaca-se aqui a ação de institutos, organizações não governamentais (ONGs), associações estudantis e outras entidades que, através do apoio fornecido pela Casa Branca e suas instituições privadas, vão, além de colaborar com a campanha midiática, desenvolver ações que contribuem com essa guerra psicológica. Dois dos principais *think tanks* estadunidenses a darem apoio e treinamento a esses “agentes da liberdade” são: a Fundação Nacional pela Democracia (NED), fundada no governo Reagan como um braço privado da CIA; e a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID). Ambos têm participação em inúmeros cenários de promoção de desestabilização de governos (ENGDAHL, 2009) - entre eles, a Venezuela.

A forma de atuação mais conhecida é a figura do protestante: promove-se ações de protestos “pacíficos”, muitas vezes de caráter relâmpago e aparentemente espontâneo, que, através de ações coordenadas e performáticas e do uso de perspectiva, criam a imagem de um povo lutando pela liberdade contra um regime autoritário e repressivo. Cenas desses atos são, então, compartilhadas de forma viral, tanto através de civis quanto por meio de perfis falsos (*bots*) administrados por robustos softwares de forma a colocar o ato em evidência nacional para mostrar sua “força” e a “repressão” sofrida. Esses protestos servem também para

impulsionar lideranças, fabricadas ou promovidas em geral no mesmo processo de apoio dado às entidades civis, que se tornam o rosto dessa “revolução em curso” e que em muitos casos são projetados para assumir o governo nacional numa “transição democrática”. (LOSURDO, 2015).

Em seu desenvolvimento, as revoluções coloridas foram pensadas de forma a seguir uma atuação manualesca - que pudesse ser facilmente reproduzível em outros espaços - e essa forma de ação supostamente pacífica se tornou a faceta mais reconhecível. O principal promotor desse princípio é Gene Sharp, fundador do Instituto Albert Einstein, criado justamente com esse propósito. O “Maquiavel da não-violência” publicou, em 1993, a obra “Da Ditadura à Democracia: uma Estrutura Conceitual para a Libertação”, o principal guia para promoção de protestos dito não-violentos. O livro, reproduzido digitalmente pelo instituto, assenta as bases para o desenvolvimento de células de atuação não-violenta. (KORYBKO, 2018, p. 63). Ele é citado, por exemplo, como o grande mentor das *guarimbas* pelo próprio Robert Alonso⁷⁹. Contudo, sua influência não se restringe à elaboração de manuais: Sharp, por exemplo, trabalhou como o coronel dos EUA Robert Helvey (KORYBKO, 2018), figura central na “Revolução Laranja” ocorrida na Ucrânia em 2004, e teria visitado Pequim poucos dias antes dos protestos na praça Tiananmen em 1989. (ENGDAHL, 2009, p. 43)

Os casos de China e Venezuela evidenciam outro aspecto das revoluções coloridas: apesar de reivindicarem uma imagem de protestantes pacíficos, muitas de suas ações não são. O próprio Sharp afirma que, em alguns casos, a violência “pode ser inevitável” (SHARP, 2010, p. 33, tradução nossa). Todavia, não se trata de uma consequência negativa causada pela repressão de “ditaduras”: a ação violenta (seja ela depredação, uso de artifícios como coquetéis molotov ou mesmo agressão direta a civis ou agentes do Estado) é, em geral, planejada desde o princípio como artifício para promover o caos e provocar ação mais enfática dos órgãos de repressão, reforçando a imagem criada de que se trata de uma ditadura. Nesse sentido, os acontecimentos em Tiananmen são emblemáticos. Apoiados por uma narrativa da mídia ocidental, os protestos por maior liberdade na república chinesa são conhecidos por terem resultado em um massacre por parte do governo comunista. Os protestantes “pacíficos”, todavia, não só utilizaram de molotov e armas de fogo, como

⁷⁹ CNN. ¿Quiénes están detrás de las *guarimbas*?. Disponível em <https://cnnespanol.cnn.com/2014/04/07/guarimba/>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

protagonizaram cenas de terror contra a polícia - há registros inclusive de agentes queimados vivos⁸⁰ - sendo assim promotores da violência registrada. (LOSURDO, 2015).

O objetivo das revoluções coloridas é promover um conflito na sociedade-alvo de forma a desestabilizar uma força política ou governo, tendo como objetivo final a tomada do poder político⁸¹. Esse conflito pode já ser existente ou ser integralmente fabricado. Todavia, a revolução colorida, em sua forma restrita, muitas vezes se mostra insuficiente e novas formas de ação são utilizadas. É nesse sentido que se aplica o conceito de guerra híbrida, isto é, a partir do hibridismo de formas de ação em prol da desestabilização de inimigos e derrubada de governos. Como mencionado acima, Korybko visualiza a guerra híbrida enquanto a inter-relação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais, que seriam “diferentes lados da mesma moeda para a troca de regime” (KORYBKO, 2018, p. 94).

A guerra não convencional se define, segundo o tenente-coronel Brian Petit, como:

Atividades conduzidas para viabilizar um movimento de resistência ou insurgência a coagir, abalar ou derrubar um governo ou poder ocupante por operação por meio de ou com uma força clandestina, auxiliar e guerrilheira em uma área renegada. [...] [a guerra não convencional] apodera-se de uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas baseadas em ganho político calculado e nos interesses nacionais dos EUA. (PETIT apud KORYBKO, 2018, p. 71).

Essa forma de confronto refere-se, em suma, a uma guerra indireta que se desenvolve a partir de um conflito já existente na sociedade - como uma revolução colorida. Trata-se de uma implementação não linear e caótica que se molda como um *continuum* do processo de destabilização em curso. Como uma guerra de baixa intensidade conduzida primariamente por setores irregulares, essa dimensão da guerra híbrida apoia-se na estrutura já existente (recursos, organização civil, estruturação de redes) para recrutamento e propaganda, combinando os movimentos de destabilização novos com os já-existentes e assim rompendo com a linha divisória entre o civil e o militar. Nesse sentido, os grupos paramilitares de extrema-direita, como o *Pravy Sektor* (Setor Direito) na Ucrânia, cumprem muitas vezes papel protagônico por convergirem funções de vanguarda política, agitação e propaganda, recrutamento de indivíduos e condução de operações bélicas. (KORYBKO, 2018).

⁸⁰ Para uma análise sobre os acontecimentos em Tiananmen, ver o texto de Brian Becker. Disponível em <https://revistaopera.com.br/2019/06/04/tiananmen-30-anos-depois-o-massacre-que-nao-foi/>. Acesso em: 23 Jun, 2019.

⁸¹ Nem todo processo de revolução colorida exige a derrubada ou renúncia de um governo. Na Iugoslávia, por exemplo, o processo se deu de forma a minar a figura do presidente Slobodan Milošević e garantir a eleição de um governo pró-Occidente. (ENGD AHL, 2009).

Diferente de uma guerra tradicional, a guerra não convencional compartilha dos objetivos da revolução colorida: em suma, atacar as bases e socio-políticas e a infraestrutura da sociedade-alvo para promover o caos e desarmar a resistência. Assim, utiliza-se de ataques coordenados, comumente atos de sabotagem ou terrorismo, apoiando-se em alta mobilidade e capacidades de dispersão e evitando combates abertos contra forças regulares. Aqui, entram em jogo os desenvolvimentos da RMA através da realização de operações psicológicas, do uso de tecnologias de comunicação, etc.

Não obstante, é preciso destacar que seu desenvolvimento a partir de um conflito civil não se dá de forma etapista (falha-se a revolução colorida, instaura-se a guerra não convencional): sua implementação, como mencionado, é não linear e caótica e pode ocorrer de diversas formas, inclusive nos primórdios da campanha de informação. De fato, a guerra híbrida se expressa na utilização híbrida de diferentes formas de ação - como, por exemplo, a utilização de sabotagem como suporte a uma revolução colorida - e a forma evolutiva que ela desenvolverá é particular: uma campanha de desestabilização não necessariamente vai desembocar em conflito aberto assimétrico, assim como o escalonamento das táticas não se dará necessariamente de forma progressiva.

É a partir dessa definição que aplicamos o conceito de guerra híbrida. A conceitualização de Korybko permite-nos pensá-la enquanto uma nova modalidade híbrida de ação interventora, que engloba os diversos acúmulos em termos geopolíticos, bélicos, tecnológicos e operacionais de forma a corresponder ao atual estágio da política externa estadunidense: a dominação de espectro total. Por isso, se pauta pela promoção de uma espécie de caos administrado direcionado às sociedades que representam ameaça ou resistência à consolidação dessa hegemonia global. Nesse sentido, a guerra híbrida deve ser compreendida como um novo parâmetro de atuação imperialista, e não como um exercício de categorização que tente estabelecer quais processos podem ser assim definidos, e quais não.

Esse entendimento também nos permite situar a guerra híbrida dentro de um aspecto geopolítico e socioeconômico mais amplo. Tais processos de desestabilização e promoção de caos associam-se a outras formas de atuação historicamente consolidadas, como as campanhas midiáticas internacionais e o terrorismo econômico, que nas últimas décadas cresceram em dimensão e andam *pari passu* com as revoluções coloridas e a promoção de conflitos assimétricos - afinal, cumprem a mesma função. A Venezuela é, como veremos adiante, um quadro evidente da intersecção dessas formas múltiplas de ação.

Desde Tiananmen, são diversos os exemplos de implementação desses processos. Um dos casos mais notórios é a deposição de Muammar al-Gaddafi, na Líbia. Gaddafi chegou ao

poder em 1969 com a deposição de um governo títere dos EUA e estabeleceu reformas modernizantes em seu país. Em 2010, iniciou-se na Tunísia uma série de protestos que se espalharam por outros países do mundo árabe (como Líbia e Egito). A “Primavera Árabe” foi, em grande parte, uma série de revoluções coloridas que catalisaram conflitos já existentes - as pautas mais comuns eram o combate à corrupção e em favor da democracia - e causou a derrubada de diversos chefes de Estado⁸².

Nesse contexto, a Líbia, país produtor de petróleo e historicamente marcado por tensões tribais, adentrou uma guerra civil em 2011 e Gaddafi, aliado histórico de Chávez por sua posição anti-imperialista, foi abertamente atacado pela Casa Branca, sendo definido como ditador e violador dos direitos humanos. Os EUA viriam a apoiar os rebeldes - entre os quais, situavam-se grupos jihadistas - financiando-se, por exemplo, por meio do envio de armamentos via Qatar e Emirados Árabes Unidos⁸³ e, a partir da pressão da Secretária de Estado Hillary Clinton, estabeleceram bombardeios contra o governo nacional (BANDEIRA, 2017). A execução de Gaddafi por rebeldes seria reproduzida de forma viral e celebrada por Washington.

Desde então, o país vive o caos da guerra civil. A Líbia, que até 2010 possuía o maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do continente africano⁸⁴, hoje enfrenta o tráfico de seres humanos.⁸⁵ Posteriormente, a partir da divulgação de e-mails da secretária Clinton, provou-se que o objetivo central da deposição de Gaddafi foi impedir o estabelecimento de uma moeda africana ancorada no ouro que pudesse ser usada em oposição ao dólar para o comércio internacional no continente.⁸⁶

Entendemos que os acontecimentos na Líbia são relevantes em dois sentidos. Primeiro, demonstram a forma contemporânea da ofensiva imperialista que, pautada por interesses geopolíticos, potencializa um conflito local para agredir um adversário, legitimando sua ação através de uma narrativa pró-democracia. Segundo, a tragédia humanitária imposta ao país,

⁸² MUHHO, Sam. **Color Revolutions. Getting Our Facts Straight on the “Arab Spring”**. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/color-revolutions-getting-our-facts-straight-on-the-arab-spring/5379479>. Acesso em: 15 Jan, 2020.

⁸³ NEW YORK TIMES. **U.S.-Approved Arms for Libya Rebels Fell Into Jihadis’ Hands**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/12/06/world/africa/weapons-sent-to-libyan-rebels-with-us-approval-fell-into-islamist-hands.html>. Acesso em: 20 Jan, 2020.

⁸⁴ UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506>. Acesso em: 22 Jan, 2020.

⁸⁵ NARANJO, José. **Leilão de escravos na Líbia causa indignação em toda a África**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511352092_226137.html. Acesso em: 5 Jun, 2020.

⁸⁶ GLOBAL RESEARCH. **Hillary Emails Reveal NATO Killed Gaddafi to Stop Libyan Creation of Gold-Backed Currency**. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/hillary-emails-reveal-nato-killed-gaddafi-to-stop-libyan-creation-of-gold-backed-currency/5594742>. Acesso em: 27 Jan, 2020

que segue sob guerra civil e sem um Estado *de facto*, evidencia as consequências dessa política intervencionista, onde populações inteiras são condenadas à violência e em muitos casos à miséria.

No próximo capítulo, analisaremos como se estruturou a ofensiva imperialista contra a Venezuela e a Revolução Bolivariana.

4. CAPÍTULO III - O IMPERIALISMO CONTRA A PÁTRIA DE BOLÍVAR

4.1. VENEZUELA SITIADA: A ATUAÇÃO HEGEMÔNICA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

Desde o século XIX, os Estados Unidos compreendem a América Latina como um espaço de seu domínio hegemônico. O estabelecimento da Doutrina Monroe em 1823 materializava uma visão sobre o continente americano onde a autonomia dos povos e sua influência externa deveriam ser subordinados aos objetivos divinos desse país com pretensões de dominação regional e global. Desde então, a política estadunidense para a região latino-americana e caribenha sempre representou uma atualização desse princípio, atualizando-se através de novas doutrinas como a do Divino Manifesto e do Panamericanismo.

Como vimos, o estabelecimento da ordem do pós-guerra se pautou pela consolidação da hegemonia do capital imperialista estadunidense e pela segurança do bloco ocidental contra a ameaça soviética e contra os processos revolucionários na periferia global.⁸⁷ Na América Latina, isso significou a criação de organismos como a OEA e o TIAR, bem como a participação da CIA e das forças armadas estadunidenses no estabelecimento das ditaduras de segurança nacional e em ações contra-revolucionárias, como na promoção dos Contra na Nicarágua. Nesse contexto, os EUA financiaram, treinaram e forneceram suporte não só para os setores castrenses, mas também para novas classes tecnocráticas ligadas ao grande capital internacional.

Essas classes estarão associadas tanto aos processos de industrialização dependente quanto à implementação das medidas de caráter neoliberal (livre circulação de capitais, decomposição da seguridade social, privatizações, etc), responsáveis por intensificar bruscamente a desigualdade socioeconômica. Tal quadro representou o ascenso de conflitos de classe e de movimentos populares que, em casos como o da Revolução Bolivariana, chegaram ao governo por via eleitoral.

A partir dos anos 2000, a conjuntura política do subcontinente é marcada por três fatores: o crescimento econômico pautado pelo preço conjuntural dos produtos primários, a instauração de governos nacionais progressistas a partir da ascensão de movimentos populares e a ascensão da Rússia e principalmente de China enquanto parceiros estratégicos dos países da região. Esse contexto apresentou distintos momentos e formas de relação entre os países latinos e os EUA - narrativas em prol do protagonismo do Sul Global, políticas que visavam restringir a influência externa e a atuação do capital transnacional, até situações de confronto

⁸⁷ Ver Capítulo II.

aberto - e a Revolução Bolivariana se conformou como liderança política do eixo mais radical da região, representado pela iniciativa da ALBA.

Nos últimos anos, todavia, a conjuntura mudou drasticamente, impulsionada pela crise econômica estrutural (da qual uma das marcas centrais para a América do Sul é a queda dos preços de produtos exportados, como o petróleo) e pelos próprios limites dos projetos progressistas. A América Latina, assim, vem presenciando o ascenso de grupos políticos de extrema-direita (alguns dos quais venceram as eleições presidenciais, como Bolsonaro no Brasil) e a consolidação de golpes de Estado - entre eles, no Brasil, em Honduras e mais recentemente na Bolívia⁸⁸ (principal aliado do chavismo na América do Sul). Essa virada representou, para a Venezuela, uma mudança brusca de cenário: de exemplo radical, o país caribenho se vê, cada vez mais, em situação de isolamento. Os novos governos, mais do que descontinuar alianças, passaram a se estabelecer enquanto oposição à Venezuela e à “ditadura bolivariana”.

Essa nova conjuntura não se explica simplesmente por um contexto de crise: trata-se de um rearranjo internacional do grande capital, em função de suas necessidades de acumulação, diante de recorrentes momentos de crise que, cada vez mais, se desenham enquanto uma crise de caráter estrutural.⁸⁹ Esse rearranjo se manifesta de diversas formas e, na região, tem sido caracterizado pela intensificação da desindustrialização e da dívida pública, por medidas de desmonte da economia nacional (privatizações, aberturas econômicas, etc) e pelo aumento do autoritarismo e da repressão (com crescente protagonismo das Forças Armadas) como resposta às revoltas populares contra tais medidas. Trata-se de um aprofundamento da luta de classes e da dependência que se expressa pela neo-oligarquização do Estado latino-americano (OSORIO, 2019, p. 196), concretizada tanto por dentro da institucionalidade - como a eleição de Bolsonaro - quanto por fora dela, através das distintas formas de desestabilização e golpes de Estado.⁹⁰

Para o imperialismo estadunidense, a América Latina nunca deixou de ser zona prioritária. Durante o auge dos governos progressistas e numa situação de crescimento e estabilidade macroeconômica, a ingerência da Casa Branca na região seguiu vigente e guiada

⁸⁸ TRICONTINENTAL. **Bolivia. What Is Happening in Bolivia Regarding the 3 May Elections?**. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/bolivia/>. Acesso em 14 Mai, 2020.

⁸⁹ Essa crise, para os EUA, se expressa também na ascensão da China e no aumento da concorrência entre os dois países, seja de forma direta ou através da disputa de mercados e influência - como ocorre na América Latina. Sobre a disputa, ver: <https://www.celag.org/los-recursos-estrategicos-de-latinoamerica-en-la-guerra-china-eeuu/>. Acesso em: 15 Mai, 2020.

⁹⁰ Dentro desse rearranjo, a pauta do combate à corrupção, que como vimos é uma narrativa comum nos processos de desestabilização contemporâneos, teve protagonismo tanto em processos de “golpe branco”, como no Brasil, quanto em golpes de cunho tradicional, como na Bolívia.

pelos mesmos objetivos históricos. Não obstante, o contexto exigia, em certa medida, aos EUA adaptar suas formas de atuação, o que não significa abdicar de seus interesses ou do uso da força - como é possível constatar na tentativa de golpe na Venezuela em 2002. A recente radicalização das formas de ação do grande capital e de seus súditos regionais responde, assim, às necessidades conjunturais do capitalismo em nível global, estando elas inseridas numa mesma estrutura de busca pela hegemonia na região.⁹¹ Analisemos como se conforma, atualmente, essa estrutura.

Segundo Ceceña, a atuação estadunidense na América Latina se centra em 3 eixos: econômico - abertura comercial, bem como a privatização e financeirização das economias nacionais; territorial - pautado pela implementação de megaprojetos⁹² que servem à conformação de uma geografia (em termos logísticos, comunicacionais e energéticos) em conformidade com as necessidades imperialistas; e militar. (CECEÑA, 2014, p. 128-30).

A atuação militar dos EUA no subcontinente é pensada atualmente a partir do Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM), fundado em 1963 como uma das divisões militares regionais que representam sua presença geopolítica global e que passou por períodos de maior inatividade. É através do SOUTHCOM que os EUA mantêm uma constante e ostensiva presença militar na região, atuando essencialmente em três linhas: aprofundando alianças com governos locais, combatendo redes criminosas transnacionais (principalmente narcotráfico) e, no terreno operativo, preparando formas de resposta rápida e homogêneas a qualquer ameaça. (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 57).

Em outras palavras, a estratégia militar estadunidense, dentro do princípio de dominação do espectro total, se pauta por ampliar seu poder na região a partir de uma narrativa de segurança e combate ao crime internacional. Busca-se, assim, a expansão de sua presença e também de suas alianças: através do apoio logístico e financeiro e de treinamentos conjuntos, os EUA almejam consolidar uma homogeneização operativa das Forças Armadas latino-americanas. Essa empenho por uma operacionalização coesa serve para moldar um consenso regional em termos de segurança (a partir dos parâmetros estabelecidos pela Casa Branca) (TRICONTINENTAL, 2019, p. 21) e desenvolver formas homogêneas de resposta, seja no combate ao crime, questões humanitárias ou crises políticas - ou seja, em processos

⁹¹ Tal constatação não significa ignorar que exista diferenças entre grupos políticos e setores burgueses, mas evidenciar que servem ao mesmo projeto imperialista.

⁹² Entre eles, está a Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Esses projetos de infraestrutura estão diretamente associados a grandes empresas de construção civil e de exploração de recursos naturais, como a Odebrecht e a Vale. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/09/ana-esther-cecena-amazonia-e-fundamental-para-hegemonia-dos-eua-na-america-latina/>. Acesso em: 11 Mai, 2020.

em que a ordem esteja ameaçada. (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2018). Assim, os EUA tentam criar, na América Latina, uma zona de segurança em que, junto com seus aliados, possa controlar os processos de rebeldia popular e sitiar iniciativas nacionais autônomas como o bolivarianismo.

Tal perspectiva já foi exposta pelas próprias Forças Armadas dos EUA. Em 2004, o general James T. Hill, então comandante do SOUTHCOM, afirmou que a conjuntura latino-americana representava uma ameaça crescente aos interesses estadunidenses, onde as “ameaças tradicionais”, como terrorismo e narcotráfico, “são agora complementadas por uma ameaça emergente melhor descrita como ‘populismo radical⁹³’”. Referia-se principalmente aos movimentos populares na Bolívia e a Revolução Bolivariana na Venezuela.

Dentro dessa estrutura, destacam-se dois elementos que evidenciam seu caráter de cerco. A primeira delas é a utilização de uma grande quantidade de bases militares. Essa cifra está crescente expansão mesmo após o fim da Guerra Fria e a localização dessas instalações se guia pelos objetivos geopolíticos da Casa Branca. Assim, nota-se o estabelecimento de bases de forma a cercar países como Irã, China, Rússia e Coreia do Norte. Essa presença mundial permite, além do controle das rotas e dos fluxos terrestres, aéreos e marítimos, estabelecer sistemas de defesa e de resposta imediata a possíveis ataques, consolidando também capacidades operativas como o uso de tecnologias cibernéticas e o lançamento de foguetes e satélites de todos os cantos do planeta. Garantem, assim, uma posição geoestratégica global.

Na América Latina, as forças estadunidenses localizam-se de forma mais intensiva entre o norte da América do Sul e a região caribenha. Esse posicionamento reflete a importância estratégica da região: em primeiro lugar, pela centralidade do Canal do Panamá para o comércio mundial; segundo, pela importância da Amazônia; terceiro, devido à produção de petróleo (como na Bacia do Orinoco e no Golfo do México); por fim, pelo cerco imposto historicamente à Cuba - e, mais recentemente, à Venezuela.

O segundo aspecto da política de cerco continental é a realização de exercícios militares em conjunto com outros países. Esses treinamentos são coordenados pelo SOUTHCOM e realizados em parceria com as Forças Armadas aliadas, visando ampliar as capacidades de responsividade (cooperada e homogênea) aos diversos cenários emergenciais. O maior desses exercícios é o UNITAS, treinamento marítimo vigente desde 1959 e que em

⁹³ DEPARTMENT OF DEFENSE. **SOUTHCOM Faces Threats to Peace in Latin America, Caribbean.** Disponível em: <https://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=26972>. Acesso em 30 Abr, 2020. Tradução nossa.

2019 foi realizado no Brasil com participação de 13 países.⁹⁴ A projeção desse cenários visa seu potencial de adaptação: ou seja, ao simular uma crise humanitária em teatro urbano, por exemplo, se estabelece conjuntamente os parâmetros de ação militar para controle social em casos de disrupção da ordem.

Tais operativos, assim, não são aleatórios: são pensados dentro de uma estrutura de dominação maior. Um exemplo evidente dessa relação aconteceu em Honduras em 2009: aos exercícios já previstos para acontecer em território hondurenho naquele ano, somaram-se treinamentos de controle e dissuasão de multidões e de uso de táticas não-letais. O contexto era o golpe de Estado promovido pelos EUA que derrubou o governo de Manuel Zelaya. (CECENÑA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 61).

Nessa estrutura de dominação regional, a Colômbia se destaca enquanto peça central. O país, que possui historicamente uma classe dominante estreitamente associada com os EUA, convive há décadas com conflitos armados entre grupos guerrilheiros, setores paramilitares e um Estado altamente militarizado e repressor. (TRICONTINENTAL, 2019). Em 1999, os EUA estabelecem o *Plan Colombia*, um programa de apoio militar, financeiro e diplomático ao país sul-americano - tratado como “Estado falido” - para apoiar as negociações de paz com as FARC iniciadas pelo governo Andrés Pastrana e estabelecer a “guerra contra as drogas”, especialmente no combate à produção de cocaína (CANTOR, 2015).

O plano trata-se, objetivamente, de consolidar a Colômbia como centro de sua presença militar na América do Sul. Utilizando-se da guerra ao narcotráfico - à qual logo acrescentou-se a “guerra ao terror” (CANTOR, 2015, p. 41) - os EUA vêm progressivamente estabelecendo sua presença militar no país, bem como instrumentalizando as Forças Armadas colombianas - e outros grupos paramilitares - em prol de sua política de segurança para a região. A Colômbia logo se tornou o principal receptor de apoio financeiro e militar dos EUA: só em 2019, o valor destinado por Washington passa dos 230 milhões de dólares.⁹⁵ Essa cifra, todavia, não inclui as inversões feitas por agências como a USAID⁹⁶ nem outros fundos omitidos do orçamento nacional cuja destinação é incerta. (CANTOR, 2015, p. 44).

Importante, também, é a posição geoestratégica da Colômbia. A presença militar ostensiva no país permite aos EUA consolidar um corredor de segurança no Pacífico - região de grande importância para o comércio internacional - ao mesmo tempo em que permite

⁹⁴ SOUTHCOM. UNITAS 2019. Disponível em: <https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/UNITAS-2019/>. Acesso em 18 Mai, 2020.

⁹⁵ LAJTMAN, T; BARONA, C. A. **Guerra infinita: EE. UU. y las drogas en Colombia**. Disponível em: <https://www.celag.org/guerra-infinita-eeuu-y-las-drogas-en-colombia/>. Acesso em: 7 Mai, 2020.

⁹⁶ Ibid.

respostas rápidas à qualquer ameaça no sub-continente, principalmente na região amazônica. Segundo as próprias Forças Armadas estadunidenses, as bases militares localizadas na Colômbia, como a de Palanquero, garantem “a oportunidade de conduzir operações dentro de um espectro total por toda América do Sul” (CANTOR, 2015, p. 47, tradução nossa). Dessa forma, como veremos, essa estrutura de dominação sitiada na Colômbia, país fronteiro à Venezuela, é utilizada como centro promotor de desestabilização da Revolução Bolivariana.

Na atual conjuntura, em que o capital internacional avança com maior ferocidade contra o sub-continente, a Casa Branca vem pautando com maior intensidade a expansão de sua presença militar - como tem feito na Colômbia desde 1999. A virada política possibilita aos EUA negociar em melhores termos as parcerias com os países da região (principalmente naqueles agora presididos por governos mais alinhados). Isso representa o retorno ou ingresso de países em treinamentos conjuntos bem como a ampliação o número de bases disponíveis.

O Brasil, nesse sentido, é um caso emblemático. Após o golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff em 2016, o país intensificou sua relação político-militar com Washington. Em 2017, sob governo de Michel Temer, o Brasil realizou o Amazonlog, um exercício militar em conjunto com Peru, Colômbia e EUA em Tabatinga, no Amapá, no interior da floresta amazônica.⁹⁷ Em 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, Brasília e Washington fecharam acordo de uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão.⁹⁸ Tal acordo era buscado há décadas pelo EUA e a base possui localização estratégica para o Atlântico e especialmente para o controle da região Amazônica. (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2017).

Em suma, sob coordenação de Washington, a América Latina passa, hoje, por uma reestruturação dos parâmetros de segurança da região, processo que aponta para um crescente militarização das sociedades. Esse ascenso se expressa com maior evidência na consolidação de novas políticas de segurança que refletem diretamente nos espectros sócio-políticos nacionais - como as leis antiterrorismo e as novas diretrizes de cibersegurança (CECEÑA, 2014) - mas, também, na intensificação do protagonismo político de setores castrenses e paramilitares em toda a região. Trata-se de uma “guerra sem quartel”, na qual “os dispositivos

⁹⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. **AmazonLog-17: informativo nº 1**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/8273438/Informativo%20N%C2%BA%201%20AMAZONLOG17%20-%20PORTUGU%C3%8AS>. Acesso em 23 Mai, 2020.

⁹⁸ MRE. **Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos**: Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21172-entrada-em-vigor-do-acordo-de-salvaguardas-tecnologicas-brasil-estados-unidos-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-ministerio-da-ciencia-tecnologia-inovacoes-e-comunicacoes-e-do-ministerio-da-defesa>. Acesso 22 Mai, 2020.

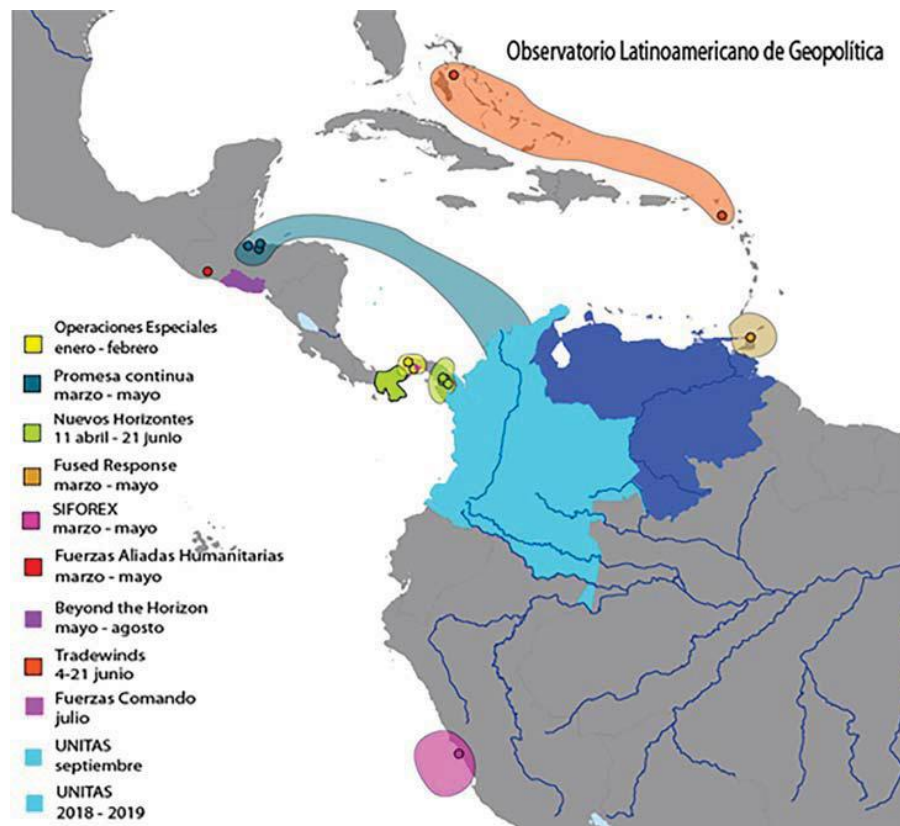
de segurança, às vezes precedidos, às vezes acompanhados por paramilitares, mercenários, guardas privadas, ou seja, por forças armadas ilegais ou irregulares, [...] combatem a população que defende seus direitos.” (CECEÑA, 2014, p. 131, tradução nossa).

Nesse cenário, a Venezuela se encontra plenamente sitiada. Como vimos, o país tem grande relevância na geopolítica sul-americana por sua produção de petróleo, sua localização entre a região amazônica e o Caribe e por seu processo revolucionário, que se configura como maior foco de oposição ao imperialismo na região. Assim, a evolução dessa estrutura de dominação está diretamente relacionada com o objetivo de neutralizar a ameaça bolivariana.

A Venezuela representa, portanto, um “pequeno teatro de operações” (CECEÑA, 2018, p. 54, tradução nossa) dentro de um contexto de guerra de espectro total de caráter continental e mundial. É, hoje, um país em guerra, travada em múltiplas frentes e de dimensão continental. Nesse conflito, a ofensiva estadunidense militar direta é precedida por uma intervenção terceirizada (CECEÑA; RODRÍGUEZ, 2017, p. 5) através de uma estrutura de segurança que conta com a atuação protagônica dos países aliados, centralmente a Colômbia. Somado ao embargo econômico e a guerra midiática, esse sistema estabelece um sítio completo do país e de seu povo.

A figura abaixo evidencia o cerco. Trata-se dos exercícios militares conjuntos realizados em 2018, quando aconteceram as últimas eleições presidenciais na Venezuela (azul escuro). A eles, soma-se também o AmazonLog, realizado no final de 2017 no interior da Amazônia, próximo à fronteira do Brasil com a Colômbia e, naturalmente, do território venezuelano.

Figura 1 - Exercícios militares das Forças Armadas estadunidenses na região amazônica-caribenha em 2018.



Fonte: Ceceña; Rodríguez, 2018.

Temos assim um quadro estruturado dentro de uma perspectiva regional e internacional - de dominação do espectro total - que expressa o estabelecimento de um conflito do imperialismo estadunidense contra a Venezuela e seu povo. A partir de Ceceña e Rodríguez (2018) e Tricontinental (2019), definimos essa ofensiva como uma guerra de caráter multidimensional. Veremos a seguir como se desenvolveu essa guerra desde a ascensão do bolivarianismo e quais suas consequências para o povo venezuelano.

4.2. GUERRA MULTIDIMENSIONAL CONTRA O POVO VENEZUELANO

4.2.1. Estruturação da oposição nacional ao chavismo

Como vimos anteriormente, a Venezuela possui grande centralidade para a geopolítica dos EUA, principalmente por suas reservas de petróleo que colocavam o país como um dos principais focos de investimento estadunidense na região⁹⁹. Dessa forma, é natural que a Casa Branca tenha acompanhado com atenção a decomposição do regime *puntofijista* e a ascensão do processo de câmbio encabeçado por Chávez. Tal fato fica evidente pela atenção dada pela

⁹⁹ Ver Capítulo I.

mídia ocidental à Hugo Chávez desde sua campanha presidencial em 1998. Porém, mais do que atenção, a Casa Branca buscou desgastar o processo revolucionário desde o princípio a partir dos novos moldes de ação externa.

A atuação dos EUA na Venezuela se deu, desde o início, em associação com os setores oposicionistas locais. Ao passo em que o governo avançava nas medidas de reforma e na cooperação com Cuba e as tensões nacionais aumentavam¹⁰⁰, os EUA passaram a investir com mais peso em uma campanha política que colocava Chávez como uma ameaça à democracia.

A partir de 2001, o NED, que já financiava a oposição venezuelana desde pelo menos o ano anterior, aumenta substancialmente seu investimento no país, principalmente através do Instituto Republicano Internacional (IRI)¹⁰¹, braço do Partido Republicano de Bush. O objetivo central desse novo montante, mais de seis vezes o valor do ano anterior, era reorganizar e unificar a oposição a nível partidário - por meio dos partidos tradicionais como COPEI e AD e com centralidade ao partido de Capriles, Primeiro Justiça; a nível civil - por meio de ONGs como o “*Movimiento de la Gente*” (Movimento da Gente); e a nível laboral - por meio da CTV. A estratégia se inspirava na unificação da oposição nicaraguense contra o movimento sandinista nas eleições de 1990 e estabelecia uma tentativa de união inclusive entre setores tradicionalmente antagônicos, como a Fedecámaras (entidade patronal) e a CTV (central sindical). (GOLINGER; LANDAU, 2006).

A principal tática consistia em fornecer treinamentos na área de comunicação, que permitissem criar e propagar uma mensagem que visasse desgastar o governo chavista. Mike Collins, ex-secretário de imprensa do Partido Republicano, foi responsável por realizar tais treinamentos que, com enfoque na cobertura midiática política, foram presenciados por partidos, *think tanks*, jornalistas e outras entidades (GOLINGER; LANDAU, 2006, p. 41). Os princípios ensinados por Collins auxiliariam os grandes grupos midiáticos em sua cobertura pró-golpe no ano seguinte.

É nesse contexto, em que as tensões nacionais estão em evidência, que o golpe de abril é gestado. Ao passo em que as instituições de troca de regime ampliam seu suporte aos antichavistas, a então embaixadora estadunidense em Caracas, Donna Hrinak, estabelece em setembro contato com Pedro Carmona, a aposta da transição democrática, promovendo o diálogo entre a Casa Branca, Carmona e outros setores empresariais de ambos os países. Seria todavia Charles Shapiro quem teria o protagonismo: veterano da política externa

¹⁰⁰ Entre elas, a disputa acerca do controle da PDVSA.

¹⁰¹ Fundado em 1983 durante o governo Reagan para atuar na “promoção de democracia e liberdade” no Terceiro Mundo. Essencialmente, enquanto órgão ligado ao Partido Republicano, atua de forma similar à USAID e o NED. Disponível em: <https://www.iri.org/who-we-are>. Acesso em 12 Mai, 2020.

estadunidense para a América Latina, Shapiro assumiria o posto de Hrinak em fevereiro de 2002¹⁰² e atuaria diretamente na promoção do golpe e na condução de Carmona à presidência por pouco mais de 24 horas.

O desenrolar do processo de golpe, portanto, se deu por meio da organização de uma oposição até então desarticulada e pelo estabelecimento de uma narrativa anti-Chávez. Essa narrativa, para além das críticas às Leis Habilitantes e à aproximação com Fidel Castro, contava também com acusações de uma suposta associação entre o governo venezuelano e as FARC¹⁰³, numa tentativa de associar o processo revolucionário ao narcoterrorismo. Além disso, Chávez seria responsabilizado pelas situações de violência¹⁰⁴ registradas durante os protestos que preconizavam o golpe de 11 de abril. Criava-se, assim, uma imagem de um governo autoritário com tendências comunistas e violador dos direitos humanos que deveria ser destituído para preservar a democracia nacional, imagem que seria usada internacionalmente para apoiar o intento golpista.

O fracasso do golpe confirmou a força política que o chavismo havia adquirido em três anos de governo por meio da capilarização social de seu projeto político e da conformação de uma aliança cívico-militar. Para os EUA e para a oposição, que sentiu com o insucesso do levante mas não se encontrava plenamente derrotada, a vitória chavista em 12 de abril expressava a necessidade de ampliar os esforços de desgaste do processo revolucionário e de promoção de uma oposição organizada e com respaldo popular. Nesse sentido, buscou-se avançar na organização partidária e civil, onde os distintos organismos de troca de regime seguiram atuando. Todavia, os setores militares, que após 2002 passam a serem vistos como o principal eixo de sustentação do bolivarianismo, não foram excluídos do projeto antichavista; nesse sentido, ganhou destaque, principalmente após a morte de Chávez, a narrativa opositora destinada aos militares para que abandonassem o chavismo e se somassem à oposição.

Após derrotar o golpe militar e o locaute petrolero de 2003, o chavismo encarava um novo desafio político com o referendo de 2004: segundo a nova Constituição, a continuidade do mandato presidencial poderia ser submetida a um referendo desde que esse fosse apresentado com o número mínimo de assinaturas. O referendo teve origem por meio da ONG

¹⁰² Ibid, p. 57.

¹⁰³ Ibid, p. 59. Tais acusações, feitas por jornais colombianos e venezuelanos, foram citadas em relatório emitido pelo Comando Sul em março.

¹⁰⁴ Tanto a Casa Branca quanto o Departamento de Estado emitiram declarações no dia 12 apontando que Chávez era responsável pela crise que o derrubara. Ambos afirmam que grupos chavistas, apoiados pelo governo, foram responsáveis por reprimir violentamente os protestos "pacíficos", causando 10 mortos. Posteriormente, se comprovaria que os snipers acusados de promover a violência contra os protestantes não eram associados ao governo. Disponível em <https://venezuelanalysis.com/analysis/800>. Acesso em: 7 Mai, 2020.

Súmate (Junte-se), criada em 2002 por Maria Corina Machado como uma entidade “pró-democracia”. O processo iniciou-se no final de 2003; em setembro, o NED emitiu um financiamento de 53,4 mil dólares para a *Súmate* que seria usado para estabelecer uma campanha educacional acerca do processo de referendo.¹⁰⁵

Ao longo de 2004, ano em que acontecem as primeiras grandes jornadas *guarimberas* contra o chavismo¹⁰⁶, o referendo serviria de contexto para a articulação da oposição. Peter Deshazo, à época membro do corpo diplomático dos EUA, organizou encontros com os principais partidos da oposição para estabelecer meios de “alcançar a opinião pública com uma mensagem pública coordenada, coerente e positiva” (SALGADO, 2019, p. 325); da mesma forma, a diplomacia estadunidense preocupava-se com as denúncias por parte de Chávez de financiamento dos organismos estadunidenses à oposição, especialmente à *Súmate*.

Outras iniciativas, segundo os documentos divulgados pelo WikiLeaks, também se somaram à campanha do referendo. Em fevereiro, o NED lançou um documento intitulado “Estratégias de Direitos Humanos para a Venezuela”, focado no treinamento de partidos políticos em estratégias de comunicação e no acompanhamento de processos eleitorais¹⁰⁷; em consonância, outra entidade, o Centro para Disseminação de Informações Econômicas (CEDICE), foi financiada pelo Escritório de Iniciativas de Transição da USAID (USAID/OTI) para apoiar os partidos da oposição e moldar um plano de “transição democrática” para a Venezuela¹⁰⁸. Trata-se, portanto, de uma atuação sistemática voltada para munir a oposição local de meios para destituir a Revolução Bolivariana.

Após nova derrota, desta vez no referendo, os organismos interventores passaram a dar maior enfoque à organização da juventude universitária venezuelana. Entre 2006 e 2010, cerca de 34% do orçamento do USAID/OTI - em torno de 15 milhões de dólares anuais - foi destinado para financiar programas, *workshops* e outros eventos universitários¹⁰⁹. Da mesma forma, o NED seguiria financiando organismos locais de cunho civil, universitário e partidário.

O movimento estudantil, espaço que reflete a polarização do país e que esteve presente nos principais momentos políticos mesmo durante o *puntofijismo*, passa a ganhar maior

¹⁰⁵ NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **Grant Agreement No. 2003-548.0 between National Endowment for Democracy, Súmate, A.C.** Disponível em: http://www.sumate.org/documentos/Varios/NED_Grant_Agreement_25septiembre2003.pdf. Acesso em 9 Mai, 2020.

¹⁰⁶ As guarimbas de 2004 foram centralmente motivadas pela rejeição do governo às primeiras listagens apresentadas pela oposição.

¹⁰⁷ Ibid, p. 331.

¹⁰⁸ Ibid, p. 333.

¹⁰⁹ O escritório eventualmente se realocaria para Miami após ser considerado ilegal, o que não parou suas atividades. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/5995>. Acesso em 17 Mai, 2020.

destaque enquanto pólo articulador do antichavismo a partir de 2007: em oposição à não-renovação do contrato da RCTV e à proposta de reforma constitucional proposta por Chávez, estudantes aglutinados sob o nome “estudantes pela liberdade” tiveram peso no que viria a ser a primeira derrota eleitoral do chavismo - o “não” ao referendo constitucional. Algumas lideranças desse processo se tornaram deputados nos anos seguinte por partidos opositores¹¹⁰. Nesse mesmo ano investigações jornalísticas revelaram através de documentos obtidos na Universidade George Washington que a USAID havia destinado mais de 200 mil dólares desde 2003 à “grupos estudiantis anônimos”.¹¹¹

Investigações a partir de documentos vazados pelo WikiLeaks apontam para outra relação entre os organismos de intervenção e os manifestantes universitários. Em 2005, um grupo de cinco líderes estudiantis viajou à Sérvia para receber treinamento insurrecional com o Centro de Ação Não-Violenta Aplicada (CANVAS). O CANVAS foi criado a partir do grupo *Otpor* (resistência), que foi fundado em 1998 para combater o governo de Milošević, presidente da então Iugoslávia, e protagonizou, graças ao apoio do NED, um dos primeiros processos bem-sucedidos de revolução colorida.¹¹² Dois anos depois, a chamada “geração de 2007” utilizaria dessa formação para liderar os protestos antichavistas.

Essa mesma estrutura de promoção de protestos foi usada nas jornadas *guarimberas*. Em primeiro lugar, as principais lideranças são figuras associadas a partidos de oposição (como Leopoldo López, do Vontade Popular) e entidades civis (como Maria Machado, do *Súmame*) e estudiantis (como Juan Requesens, que em 2014 era presidente estudantil na UCV); ou seja, espaços organizados da oposição que historicamente são financiados pelos organismos estadunidenses de ingerência externa. Segundo, o caráter que os protestantes assumiram, principalmente em 2014, era de “protestos estudiantis”¹¹³, buscando maior legitimidade e colocando as iniciativas violentas em segundo plano.¹¹⁴ Além disso, a mesma tática de alavancagem de carreira política (de líder estudantil a parlamentar) seria aqui

¹¹⁰ NUEVA SOCIEDAD. **Movilizaciones estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes**. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/movilizaciones-estudiantiles-en-venezuela-del-carisma-de-chavez-al-conflicto-en-redes/>. Acesso em 14 Mai, 2020.

¹¹¹ ELIZALDE, Rosa Miriam. **Nuevos documentos revelan financiamiento de EE.UU. a estudiantes en Venezuela**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2007/12/02/nuevos-documentos-revelan-financiamiento-de-eeuu-a-estudiantes-en-venezuela/>. Acesso em: 17 Mai, 2020.

¹¹² BLUMENTHAL, Max; COHEN, Dan. **La creación de Juan Guaidó: cómo los laboratorios de cambio de régimen estadounidenses crearon al líder del golpe de estado en Venezuela**. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/01/31/la-creacion-de-juan-gaido-como-los-laboratorios-de-cambio-de-regimen-estadounidenses-crearon-al-lider-del-golpe-de-estado-en-venezuela/>. Acesso em: 3 Mai, 2020.

¹¹³ ROJAS, Rachael Boothroyd. **From Violent Barricades in 2014 to Official Right-Wing: Venezuela's Opposition**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/11853>. Acesso 18 Jul, 2019.

¹¹⁴ Analisaremos adiante a conformação dessa operacionalização híbrida.

novamente usada, como é o caso de Requesens, eleito deputado pelo Primeiro Justiça em 2016.

Tal estrutura de atuação desses organismos de mudança de regime estadunidenses, mais evidente durante os processos de protestos e tensões políticas, representa, em síntese, a operacionalização de uma oposição regional a nível civil e partidário para derrubar o bolivarianismo do poder. Essa mesma forma de financiamento segue vigente até os dias atuais: somente em 2019, o NED afirma ter investido 2.613.133 dólares no país, orçamento destinado a distintas iniciativas.¹¹⁵

Essa estrutura organizativa, como visto, conta também com atuação direta de agentes estatais e diplomáticos. Após a morte de Chávez e com o início da crise petroleira, momento em que os EUA aprofundam sua ofensiva, aprofunda-se também a atuação desses agentes. Nesse sentido, o fato mais evidente desse novo escalonamento é a nomeação, em janeiro de 2019, de Elliott Abrams como representante especial na Venezuela pelo secretário de Estado Mike Pompeo. Abrams é um veterano da política intervencionista dos EUA na América Latina: durante os governos Reagan e George W. Bush, desempenhou diversas funções, atuando centralmente nos diversos ataques a grupos e governos nacionalistas e no encobrimento do envolvimento da Casa Branca em diversos atos de violação de direitos humanos em países como El Salvador e Nicarágua - onde organizou os paramilitares conhecidos como “contras”.¹¹⁶ Além disso, Abrams teria sido um dos organizadores do golpe de abril contra Chávez (GOLINGER; LAUDAU, 2006). Assim, sua nomeação estabelece uma mensagem clara de intensificação da guerra imperialista contra a Venezuela.

Em suma, é possível identificar uma estrutura complexa e descentralizada de organização do antichavismo em âmbito nacional que se estabelece desde o princípio da Revolução e se aprofunda *pari passu* com o aprofundamento de um cerco político e econômico a nível internacional. A atuação desses organismos configura-se, assim, como uma dimensão de uma ofensiva mais ampla, caracterizada pela utilização de formas híbridas e complementares de pressão e desestabilização contra o bolivarianismo. A seguir, analisaremos as demais dimensões dessa ofensiva.

¹¹⁵ NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **Venezuela 2019**. Disponível em: <https://www.ned.org/region/latin-america-and-caribbean/venezuela-2019/>. Acesso em: 19 Mai, 2020.

¹¹⁶ SCHARZ, Jon. **Elliott Abrams, Trump's pick to bring "democracy" to Venezuela, has spent his life crushing democracy**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/30/elliott-abrams-venezuela-coup/>. Acesso em: 18 Mai, 2020.

4.2.2. Pressão internacional e guerra econômica: embargo e a “crise humanitária”

A dimensão internacional da guerra contra a Venezuela é, talvez, a mais evidente. Ela engloba as sanções econômicas e medidas legais, os discursos oficiais dos EUA e de outros países, bem como outras táticas menos visíveis. Não obstante, trata-se de uma guerra multidimensional, onde todas as formas de ação representam o mesmo objetivo estratégico. Para fins expositivos, podemos dividir essa esfera internacional em três âmbitos: a guerra econômica, a guerra midiática e a pressão diplomática.

Em linhas gerais, a guerra econômica já se apresenta nos primeiros anos do chavismo, especialmente ao longo da crise de 2007, caracterizada pela fuga de capitais e atividades financeiras especulativas (TRICONTINENTAL, 2019). É, todavia, a partir de dezembro de 2014, com a assinatura da Lei 113-278 - "Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela"¹¹⁷ - pelo governo Obama, que a ofensiva econômica ganha delimitação de política nacional, pavimentando o caminho para sanções econômicas e incentivando países aliados a fazerem o mesmo. A lei autoriza o estabelecimento de sanções contra autoridades governamentais envolvidas em supostas violações de direitos humanos durante os protestos *guarimberos* que ocorreram em fevereiro e março¹¹⁸ - ou seja, responsabiliza o governo venezuelano pela violência registrada nos protestos, legitimando, a partir disso, medidas punitivas contra o chavismo.

Assim, em março de 2015, Washington publicou a Ordem Executiva 13.692 declarando a Venezuela uma "ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos"¹¹⁹. A ordem estabelece sanções contra sete autoridades do governo culpadas pela violência e, a partir dela, os EUA passam oficialmente a tratar a Venezuela como uma ameaça. Essas duas medidas - a lei de defesa dos Direitos Humanos e a Ordem Executiva - estabelecem, portanto, os parâmetros iniciais do cerco econômico à Venezuela.

Podemos definir a guerra econômica em três dimensões: produtivo-distributiva, comercial e financeira. (TRICONTINENTAL, 2019, p. 16-18). A primeira dimensão reflete a fragilidade econômica venezuelana: nação dependente cuja economia é totalmente centrada

¹¹⁷ US GOVERNMENT. **Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014**. Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_publ_113_278.pdf. Acesso em: 30 Nov, 2019.

¹¹⁸ THE GUARDIAN. **President Obama signs bill authorizing sanctions against Venezuela**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/18/obama-bill-sanctions-against-venezuela>. Acesso em 20 Mai, 2020.

¹¹⁹ US GOVERNMENT. **Executive Order 13692 of March 8, 2015**. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13692.pdf>. Acesso em 12 Mai, 2020.

no petróleo, o país depende da importação tanto de produtos básicos (bens não-duráveis, medicamentos, etc) como de insumos e químicos essenciais para a indústria petrolífera. Essa realidade faz com que o país fique altamente vulnerável à ação de capitais monopolistas que, por controlarem a oferta, podem agir de forma predatória - desde o estabelecimento de preços até o bloqueio de envio de produtos à Venezuela -, promovendo escassez e intensificando tendências hiperinflacionárias.

Nessa lógica, houve diversas medidas dos EUA e dos países aliados focadas principalmente em impedir o acesso a recursos de primeira necessidade. Em novembro de 2017, a Colômbia bloqueou o envio do tratamento antimalárico solicitado ao laboratório da BSN Medical nesse país; nesse mesmo mês, o governo dos EUA sancionou autoridades que administravam a distribuição de alimentos via CLAPs.¹²⁰ Da mesma forma, em maio de 2018 os EUA bloqueiam o pagamento de 9 milhões de dólares destinados à aquisição de insumos para diálise, ao passo em que a Colômbia bloqueou o envio de 400 mil quilos de alimento do programa CLAP¹²¹. O ataque à indústria petrolífera segue a mesma forma de ação: em 2019, através da Ordem Executiva 13.857, os EUA proibiram a venda de diluentes necessários para o refino do petróleo venezuelano.¹²²

Além disso, as elites comerciais nacionais antichavistas, como descrito no capítulo I, sabotam o acesso aos produtos pela população através de desvio e queima de estoque, além de burlar as medidas de controle de preço ao comerciar através de mercados ilegais¹²³, contribuindo assim para a escassez e a crise inflacionária.

A segunda dimensão, comercial, diz respeito à dependência de recursos para gastos de consumo necessários para o abastecimento do mercado interno e para o crescimento econômico. Ao bloquear o acesso a divisas, os EUA visam impedir principalmente a compra dos bens essenciais para, assim como a primeira dimensão, forçar uma situação de crise. Além disso, ao punir empresas e países que negociem com a Venezuela, Washington restringe as possibilidades de comércio internacional, principalmente de venda do petróleo.

Assim, nota-se um histórico de suspensão de acordos comerciais: um dos mais importantes ocorreu em outubro de 2017, com a empresa de refino PBF Energy, quinto maior

¹²⁰ Sobre os CLAPs, ver Capítulo I.

¹²¹ CURCIO, Pascualina. **Quais são os impactos da guerra econômica contra a população da Venezuela?**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/artigo-or-quais-sao-os-impactos-da-guerra-economica-contra-a-populacao-da-venezuela/>. Acesso em: 23 Nov, 2019.

¹²² US GOVERNMENT. **Executive Order 13857 of January 25, 2019**. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13857.pdf>. Acesso em: 12 Mai, 2020.

¹²³ REVILHA, Gustavo Borges. **Guerra não convencional contra a Venezuela**. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/guerra-nao-convencional-contra-venezuela>. Acesso em: 18 Set, 2019.

importador de petróleo venezuelano.¹²⁴ Da mesma forma, registram-se sanções contra empresas que descumprem as normativas impostas pelos EUA: é o caso da companhia *Rosneft Trading S.A*, subsidiária da petroleira russa *Rosneft*, que foi sancionada em fevereiro de 2020 pela compra e transporte de petróleo cru venezuelano.¹²⁵

O marco central dessa dimensão comercial é a assinatura, em agosto de 2019, da Ordem Executiva 13.884, que estabelece o bloqueio de todas as propriedades e interesses do governo venezuelano em território estadunidense, além da proibição de negociação, recebimento ou ato de contribuição com qualquer pessoa que tiver as propriedades bloqueadas.¹²⁶ Essa ordem representa a elevação do cerco econômico ao seu nível máximo, estabelecendo um embargo total ao país e suas autoridades.

Por fim, a dimensão financeira, além da utilização de mecanismos especulativos imperialistas, diz respeito ao impedimento do Estado venezuelano e de suas instituições, centralmente o Banco Central da Venezuela e a PDVSA, de realizar operações financeiras, bloqueando contas e reservas e impossibilitando acesso a novas divisas e reestruturações de dívidas.

O bloqueio ou fechamento de contas de instituições venezuelanas é registrado desde 2016, tanto nos EUA quanto em países europeus. Nesse sentido, a Venezuela se encontra muitas vezes bloqueada de estabelecer depósitos, como ocorreu com o Fundo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) destinado para vacinas e outros medicamentos.¹²⁷ Além disso, o governo chavista se vê impedido de acessar seus recursos localizados em bancos estrangeiros: em janeiro de 2019, o Banco da Inglaterra negou-se a entregar 1,2 bilhão de dólares em barras de ouro.¹²⁸ A decisão do banco se deve a 2 fatores: à Ordem Executiva 13.850, que proíbe a negociação do ouro venezuelano, firmada em novembro de 2018¹²⁹; e o auto-empossamento de Guaidó, reconhecido pela Inglaterra, que o tornaria chefe de Estado legítimo e, portanto, quem poderia retirar o depósito.

¹²⁴ CURCIO, op. cit.

¹²⁵ KLEIN, Betsy; HANSLER, Jennifer. **US announces sanctions on Russian oil firm for supporting Venezuela's Maduro**. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/02/18/politics/us-sanctions-venezuela-rosneft/index.html>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

¹²⁶ US GOVERNMENT. **Executive Order 13884 of August 5, 2019**. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13884.pdf>. Acesso em 12 Mai, 2020.

¹²⁷ CURCIO, op. cit.

¹²⁸ SPUTNIK. **Bloomberg: Banco da Inglaterra se recusa a devolver ouro a Maduro**. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2019012613186184-banco-inglaterra-recusa-devolver-ouro-maduro-venezuela/>. Acesso em 12 Mai, 2020.

¹²⁹ US GOVERNMENT. **Executive Order 13850 of November 1, 2018**. Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_eo_13850.pdf. Acesso em: 12 Mai, 2020.

Os EUA operam também um estrangulamento financeiro através do controle das dívidas externas. Em outubro de 2017, a assinatura da Ordem Executiva 13.808 exige ao governo e à PDVSA a reestruturação de suas dívidas. No mês seguinte, a agência de classificação Standard and Poor's, um mecanismo da hegemonia do dólar e do capital monopolista estadunidense, declara o país caribenho em “default seletivo”. Em março de 2018, novas sanções impedem a reestruturação da dívida e a repatriação de dividendos da Citgo Petroleum, subsidiária da PDVSA. Em maio, outra ordem (13.835) amplia as sanções econômicas contra Venezuela e proíbe a compra de dívidas e contas a pagar de empresas do governo da Venezuela.¹³⁰ Dessa forma, os EUA promovem o estrangulamento financeiro ao impedir o acesso a divisas e a reestruturação de dívidas e, agindo de forma coordenada com outros mecanismos de dominação econômica, transforma o governo e suas empresas em agentes econômicos falidos.

Após firmar a lei 113-278, os EUA emitiram sete ordens executivas direcionadas à Venezuela, configurando assim os pilares de seu bloqueio econômico. O quadro abaixo apresenta a cronologia das medidas adotadas:

¹³⁰ CURCIO, op. cit.

Tabela 1- Cronologia do embargo econômico à Venezuela

Data	Medidas
Dezembro de 2014	Lei 113-278: "Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela".
Março de 2015	Ordem Executiva 13.692: declara a Venezuela como uma "ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos".
Outubro de 2017	Ordem Executiva 13.808: O governo venezuelano deve adquirir novas dívidas com vencimento superior a 30 dias; A PDVSA deve adquirir uma nova dívida, maior do que 90 dias.
Março de 2018	Impõe novas medidas coercivas, proibindo a reestruturação da dívida e impedindo a repatriação de dividendos da Citgo Petroleum.
Março de 2018	Ordem Executiva 13.827: proíbe que qualquer cidadão ou instituição faça transações financeiras com a criptomoeda venezuelana Petro.
Mai de 2018	Ordem Executiva 13.835: amplia as sanções econômicas contra Venezuela e proíbe a compra de dívidas e contas a pagar de empresas do Governo da Venezuela.
Novembro de 2018	Ordem Executiva 13.850: proíbe cidadãos estadunidenses de negociarem ouro exportado do país sul-americano.
Janeiro de 2019	Ordem Executiva 13.857: aprova novas sanções contra a PDVSA, que incluem o congelamento de 7 bilhões de dólares em ativos da subsidiária CITGO e bloqueio de propriedades e juros da PDVSA sujeitos à legislação estadunidense; proíbe-se venda de diluentes para refinamento de petróleo.
Agosto de 2019	Ordem Executiva 13.884: bloqueio de todas as propriedades e interesses do governo venezuelano em território estadunidense; proibição de negociação, recebimento ou ato de contribuição com qualquer pessoa que tiver as propriedades bloqueadas.

Fonte: Curcio, 2019; US Government.

Como já mencionado, o imperialismo adota novas medidas a partir dos contextos políticos venezuelanos, seja para justificar novas sanções por meio de fatos ocorridos ou para catalisar tensões sociais. Assim, nota-se uma evolução da guerra econômica a partir de 2017¹³¹, momento em que a ofensiva se intensifica. Nota-se também uma coordenação das ações com os aliados para potencializar a pressão econômica. Por exemplo: em maio de 2018, período em que ocorriam as eleições presidenciais, a Colômbia bloqueou toneladas de

¹³¹ Ano em que ocorreram as tensões acerca da AN resultando em novas jornadas guarimberas.

alimentos destinados aos CLAPs de forma simultânea ao bloqueio estadunidense de recursos para compra de insumos para diálise.

Os objetivos dessa guerra econômica foram descritos com clareza em um documento secreto do SOUTHCOM de 2018 nomeado “Plano para Acabar com a Ditadura Venezuelana - Golpe de Mestre”.¹³² Nele, o almirante Kurt W. Tidd, então comandante do SOUTHCOM, afirma que a ofensiva busca

incrementar a instabilidade interna a níveis críticos, intensificando a descapitalização do país, a fuga de capital estrangeiro e a deterioração da moeda nacional, mediante a aplicação de novas medidas inflacionárias que incrementem essa deterioração. [...] obstruir todas as importações e ao mesmo tempo desmotivar aos possíveis investidores forâneos. (TIDD apud SOUTHCOM, 2018, tradução nossa).

O embargo econômico, portanto, se configura como instrumento de pressão e promoção de instabilidade. Ao fazê-lo, o governo estadunidense ataca o chavismo de três formas. Primeiro, promove um cenário de crise do qual o governo revolucionário seria o responsável. Potencializa, assim, a narrativa criada de um governo ditatorial e corrupto que estabelece a miséria para o povo e viola direitos humanos básicos. Segundo, ao forçar essa situação de crise num país periférico, o imperialismo passa a pautá-lo como “Estado falido” (RAMÍREZ, 2017) que, portanto, demanda procedimentos de ajuda humanitária e de “transição democrática”.¹³³ Dessa maneira, legitima sua política intervencionista contra o Estado bolivariano.

Por fim, ao estabelecer sanções contra as autoridades governamentais, promove uma mensagem de que, se o chavismo cair, as sanções serão desfeitas. Trata-se essencialmente de uma chantagem que vai ser reproduzida por alguns líderes da oposição para intensificar o discurso antichavista.

Como vimos, o embargo econômico é fundamentalmente uma arma de destruição em massa. (LOSURDO, 2010, p. 26). Destinada a um adversário político, suas consequências são majoritariamente contra o povo do país-alvo que, neste caso, sofre com o bloqueio de bens necessários, com a impossibilidade de investimentos na seguridade social e com a instabilidade econômica que deteriora o emprego e o poder de compra.

Nesse sentido, Pasqualina Curcio¹³⁴ calcula que as sanções representaram, entre perdas produtivas, bloqueios financeiros e especulação cambial, uma perda de 194 bilhões de

¹³² SOUTHCOM. **Plan to overthrow the Venezuelan Dictatorship – “Masterstroke”**. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article201100.html>. Acesso em: 27 Mai, 2020.

¹³³ O tema é analisado no Capítulo II.

¹³⁴ Docente da Universidade Simón Bolívar.

dólares para a economia venezuelana entre 2016 e 2019, o que equivale a 16 meses de produção nacional.¹³⁵ O governo venezuelano, por sua vez, apresenta cifra similar: 131 bilhões, entre 2015 e 2018.¹³⁶ Da mesma forma, um estudo conduzido por think tank estadunidense estima que a guerra econômica causou cerca de 40 mil mortos somente entre os anos de 2017 e 2018 (WEISBROT; JEFFREY, 2019, p. 4).

É uma guerra declarada contra o povo venezuelano, comparável, segundo um emissão especial da ONU, aos cercos medievais.¹³⁷ Nota-se que o embargo representa, assim como a estrutura geopolítica regional, uma forma de cerco. Tal é o *modus operandi* do imperialismo contra uma nação que de alguma forma reivindica-se soberana, utilizando de todos os mecanismos que sustentam sua hegemonia.

Destarte, a guerra midiática imposta contra o chavismo segue os mesmos moldes. Nela, utiliza-se da manufatura de notícias (verdadeiras ou não) através de correspondentes e agências de informação para homogeneizar uma cobertura que, mais do que parcial, conforma-se objetivamente como uma propaganda do processo de desestabilização. Em maio de 2019, logo após a usurpação fracassada de Guaidó, um estudo analisou 76 artigos e segmentos de televisão dos grandes veículos jornalísticos estadunidenses: desses, nenhum se opunha à troca de regime e 72% apoiavam-a explicitamente.¹³⁸

A campanha de Guaidó é recentemente quem mais tira proveito dessa estrutura de marketing político. Ao longo de 2019 e início de 2020, enquanto esteve nos holofotes da ofensiva, a maioria de suas atividades na Venezuela e nos EUA contavam com intensa cobertura midiática, havendo uma clara coordenação entre atores de um mesmo tabuleiro político. Esse fato fica comprovado na tentativa de levante, quando ao anunciar, via Twitter, durante a madrugada que a operação estava em curso, já contava com a presença de diversos veículos internacionais.

Há, também, uma forma de bloqueio informativo. Em diversas oportunidades, grandes empresas de redes sociais, como o Twitter, têm bloqueado, de forma temporária ou permanente, contas de autoridades venezuelanas, jornalistas e portais contra-hegemônicos.

¹³⁵ CURCIO, Pascualina. **The Impact of the Economic war on Venezuela**. Disponível em: <https://orinocotribune.com/the-impact-of-the-economic-war-on-venezuela/>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

¹³⁶ RT. **Years of US sanctions have cost Venezuelan economy \$130 billion – official**. Disponível em: <https://www.rt.com/business/459884-venezuela-losses-billions-us-pressure/>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

¹³⁷ SELBY-GREEN, Michael. **Venezuela crisis: Former UN rapporteur says US sanctions are killing citizens**. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/venezuela-us-sanctions-united-nations-oil-pdvs-a8748201.html>. Acesso em 22 Mai, 2020.

¹³⁸ OSTROW, Teddy. **Zero Percent of Elite Commentators Oppose Regime Change in Venezuela**. Disponível em: <https://fair.org/home/zero-percent-of-elite-commentators-oppose-regime-change-in-venezuela/>. Acesso em 25 Jan, 2020.

Em caso recente, ocorrido em março de 2020, a conta oficial em espanhol da vice-presidente Delcy Rodríguez foi temporariamente suspensa, sem explicações.¹³⁹ Em outro caso, em 2019, mais de 1900 contas venezuelanas acusadas de participarem em “campanha de influência ordenada pelo governo” foram deletadas.¹⁴⁰ Em suma, além de manufaturar uma opinião, os EUA buscam impedir o acesso a fontes críticas.

Por fim, a dimensão de pressão internacional conta também com a atuação de países aliados aos EUA para promover a derrubada de Maduro. Esse âmbito ganhou maior relevância na região sul-americana nos últimos anos com o acirramento da crise e com os câmbios políticos em países como Brasil e Equador. Esses países aliados seguem, grosso modo, a narrativa estadunidense ao colocar a Venezuela como uma ditadura que ameaça a segurança regional.

Em novembro de 2017, doze países, em encontro no Peru, fundaram o Grupo de Lima, uma iniciativa para pensar uma “solução pacífica” para a retomada democrática na Venezuela. Tutelado pelos EUA, que participam das reuniões, o agrupamento se tornou, também, um organismo de mudança de regime, buscando definir os rumos de um país soberano - inclusive sem sua participação. O Grupo prontamente reconheceu Guaidó como “presidente interino” da Venezuela e, apesar de reivindicar uma alternativa de paz, seus membros não descartam possibilidades de uma atuação bélica.¹⁴¹

4.2.3. Guerra híbrida: guarimbas, governo paralelo e operações paramilitares

A partir de Korybko (2018) e Engdahl (2009), compreendemos a guerra híbrida como o novo parâmetro operacional da ação imperialista sob a perspectiva de dominação do espectro total. Enquanto uma relação híbrida entre os processos de revolução colorida e de guerras não-convencionais, essa forma de intervenção atua em consonância com formas tradicionais de ofensivas imperialistas para promover o caos em uma sociedade-alvo. No caso venezuelano, é possível reconhecer diversos elementos desse modelo intervencionista na composição do que aqui reconhecemos como uma guerra multidimensional.

¹³⁹ SPUTNIK. **Twitter Blocks Accounts of Venezuelan Vice-President Who Deals With Combating COVID-19.** Disponível em: <https://sputniknews.com/latam/202003201078640419-twitter-blocks-accounts-of-venezuelan-vice-president-who-deals-with-combating-covid-19/>. Acesso em: 21 Mai, 2020.

¹⁴⁰ TELESUR. **Twitter Erupts After 2,000 Pro-Venezuelan Accounts Are Deleted.** Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Twitter-Erupts-After-2000-Pro-Venezuelan-Accounts-Are-Deleted-20190203-0017.html>. Acesso em: 21 Mai, 2020.

¹⁴¹ ROSSI, Amanda. **O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml>. Acesso em 28 Nov, 2019.

Como vimos, é um dos aspectos centrais das revoluções coloridas a reprodução de táticas a partir de manuais de ação; e Sharp, aqui, destaca-se como principal difusor. Através do Instituto Albert Einstein, Sharp publicou uma listagem de “198 Métodos de Ação Não-violenta”¹⁴² para fornecer um “arsenal completo de ‘armas não-violentas’”. Nela, podemos reconhecer diversas táticas de desestabilização social utilizadas contra o chavismo, como: assembleias de protesto; boicote eleitoral; greve estudantil; locaute; assédio não-violento; mercados alternativos; dupla soberania e estabelecimento de governo paralelo. Todas essas táticas são ou foram utilizadas por distintos setores da oposição e, mesmo que não seja por influência direta dessa obra em específico, o fato aponta para a existência de um *modus operandi* comum e ao mesmo tempo adaptável.

Em primeiro lugar, analisaremos a forma de protesto que ficou conhecida como “*guarimba*”. Como descrito anteriormente, as *guarimbas* antichavistas foram gestadas inicialmente em 2004 a partir das táticas de sabotagem originalmente desenvolvidas por comunistas durante a ditadura de Jiménez e que foram adaptadas pelo antichavismo sob influência da obra de Gene Sharp.¹⁴³ Foram realizadas principalmente em três momentos: em 2004, diante da inicial negativa do governo federal ao pedido de referendo; em 2014, após a vitória eleitoral de Maduro não reconhecida pela oposição; e em 2017, durante as disputas acerca da Assembleia Nacional.

Em essência, as *guarimbas* se caracterizam pelo estabelecimento de barricadas em vias públicas. Através desses bloqueios violentos, que podem durar meses, os protestantes impedem a circulação de pessoas e de mercadorias, impossibilitando muitas vezes atividades comerciais, educacionais e até mesmo hospitalares. Além disso, os *guarimberos* utilizam de armas de fogo, explosivos e outros equipamentos confeccionados para ameaçar ou agredir civis e agentes do Estado, bem como promover atos de depredação e terrorismo contra a população e contra prédios governamentais, estabelecimentos comerciais, hospitais, postos de gasolina, etc.¹⁴⁴ Muitas dessas *guarimbas* se localizavam nas vias centrais dos *barrios*, separando uma população mais vulnerável (e historicamente ligada ao chavismo) das cidades.¹⁴⁵

¹⁴² SHARP, Gene. **198 Methods of Nonviolent Action**. Disponível em: <https://www.aeinstein.org/nonviolentaction/198-methods-of-nonviolent-action/>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

¹⁴³ CNN. **¿Quiénes están detrás de las guarimbas?**. Disponível em <https://cnnespanol.cnn.com/2014/04/07/guarimba/>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

¹⁴⁴ Uma das formas de atuação mais usadas era a realização de rondas ou bloqueios com motocicletas por grupos armados.

¹⁴⁵ PEARSON, Tamara; MALLETT-OUTTRIM, Ryan. **Venezuelan Guarimbas: 11 Things the Media Didn't Tell You**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/11211>. Acesso em: 23 Nov, 2019.

Possuem, em suma, dois objetivos. De um lado, visam catalisar o caos social e econômico. Além de impedir o acesso a serviços e bens essenciais, estabelecem uma sensação de medo generalizada, principalmente na população dos *barrios* e nos apoiadores do governo. Efetivamente, configura-se como uma ação terrorista que intenta dominar o âmbito sócio-político através da intimidação.

Em segundo lugar, os protestos *guarimberos* são sobretudo promotores de violência. Essa violência terrorista é direcionada para o inimigo em questão: o chavismo e seus apoiadores. Não obstante, os atos violentos não visam uma tomada do poder através da força: como regem os manuais de revolução colorida, a estratégia busca causar reações exageradas e truculentas por parte das forças policiais e militares para acusar o Estado de repressão e violação dos direitos humanos. Em outras palavras, os opositores promovem o conflito ao passo em que visam culpar o governo bolivariano pelos registros de violência e especialmente pelas mortes resultantes.

Para tal, a disputa narrativa é central. Como visto, a figura do protestante pacífico - comumente estudantes universitários - que se opõe a um regime antidemocrático esteve presente em diversos processos de desestabilização, como na China, durante os protestos em Tiananmen, e na “Primavera Árabe”. No caso venezuelano não é diferente. Nos protestos de 2014, estudantes das principais universidades do país - públicas e privadas - tiveram relativo protagonismo, com algumas lideranças despontando como figuras políticas da oposição. Muitos apontam inclusive para os protestos estudantis registrados em fevereiro como o início das jornadas *guarimberas*, apesar de haverem registros anteriores de barricadas.¹⁴⁶

Graças à colaboração de grandes meios de comunicação - nacionais e internacionais - a narrativa se mostrou efetiva: uma pesquisa realizada à época apontou que mais de 50% da população caracterizava os atos como “protestos pacíficos liderados por estudantes criticando a insegurança e a crise econômica que vive o país”.¹⁴⁷

Todavia, os acontecimentos dos protestos em 2014 apresentam uma realidade mais complexa. Primeiro, sabe-se pela própria existência das barricadas e das ações subsequentes que os protestos não se restringiam a manifestações estudantis pacíficas. Segundo, nota-se uma organização logística robusta dos protestantes, que contam com estruturação de subgrupos universitários e atuação em sincronia com os *guarimberos*. Terceiro, tanto relatos

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ NUEVA SOCIEDAD, op. cit., tradução nossa.

de manifestantes¹⁴⁸ quanto a cobertura midiática não hegemônica¹⁴⁹ apontam para o fato de que as ações mais violentas foram efetuadas por grupos específicos que demonstravam preparo sobre como agir, seja para incitar a violência ou para lidar com a repressão. Nesse sentido, há relatos de tensões entre manifestantes efetivamente pacíficos e grupos *guarimberos* que, por sua vez, atuavam em sincronia com as principais lideranças - partidárias e estudantis - dos protestos.

Esses fatores apontam para o fato de que essa massa estudantil fora instrumentalizada sob comando de uma oposição organizada para apoiar sua campanha política antichavista, compondo assim parcela considerável dos protestos, e disfarçar o terrorismo *guarimbero* sob o véu das “manifestações universitárias”. Além disso, a comprovação do financiamento de organismos estadunidenses como NED e USAID a lideranças *guarimberas* e a grupos estudantis anônimos, bem como a alta circulação de dólares registrada nas barricadas,¹⁵⁰ apontam para o provável apoio financeiro, logístico e de treinamento a esses grupos terroristas especializados feito por organismos estrangeiros.

Ao analisarmos os protestos em 2017, a dimensão de violência organizada fica mais evidente. Neste ano, ampliou-se os registros de confrontos contra agentes do Estado e contra marchas pró-chavistas, o que elevou o número de mortes associadas às *guarimbas* para mais de 120.¹⁵¹ As ações de terrorismo também se intensificaram: possivelmente o marco dessas jornadas seja o ato de queimar civis supostamente apoiadores de Maduro, reforçando assim a imagem de que a ideologia chavista é o inimigo a ser combatido.

Outra característica moldante tanto das *guarimbas* quanto das revoluções coloridas é a promoção de líderes e mártires. Além de projetar politicamente indivíduos para que se tornem parlamentares, busca-se formar figuras que venham a representar o sacrifício de uma luta antiditatorial e, se possível, serem as lideranças políticas de uma transição democrática. Dessa forma, podemos identificar na oposição radical venezuelana a criação de duas figuras centrais que representam o martírio e a liderança de transição, respectivamente: Leopoldo López e Juan Guaidó.

Tanto López quanto seu partido Vontade Popular, que fundou junto com outras figuras como Guaidó, foram protagonistas das jornadas de 2014. Considerado responsável pela

¹⁴⁸ ROJAS, Rachael Boothroyd. **From Violent Barricades in 2014 to Official Right-Wing: Venezuela's Opposition.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/11853>. Acesso 18 Ago, 2019.

¹⁴⁹ PEARSON, MALLET-OUTTRIM, op. cit.

¹⁵⁰ ROJAS, op. cit.

¹⁵¹ VENEZUELA ANALYSIS. **In detail: the deaths so far.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/13081>. Acesso em: 30 Nov, 2019.

violência, López foi condenado, em 2015, a treze anos e nove meses de prisão, o que foi reconhecido pela oposição nacional e estrangeira com uma prisão política.¹⁵² A partir daí, López passou a ser um mártir da luta antichavista, narrativa que a grande mídia internacional viria a contribuir: um artigo do New York Times publicado em 2018 comparou o líder opositor a Martin Luther King, um dos símbolos máximos da desobediência civil pacífica.¹⁵³ Leopoldo López passou para prisão domiciliar em 2017 e foi ilegalmente libertado durante a Operação Liberdade de Guaidó; com o fracasso do levante, buscou auxílio na embaixada espanhola.¹⁵⁴

Não obstante, é Guaidó a faceta reconhecível da oposição golpista desde 2019 e sua trajetória aponta para um prolongado experimento de produção de uma liderança política. Guaidó surgiu na cena política nos protestos estudantis da “geração de 2007”, ano em que se graduou como engenheiro. Em 2010, participou de um treinamento no México, novamente conduzido por membros do *Otpor*, que contou com o apoio dos governos colombiano e estadunidense e teria sido financiado por empresários do ramo petrolífero. A “Festa Mexicana”, como ficou conhecido o treinamento, resultou em planos de sabotagem elétrica bem como um plano para assassinar o presidente Maduro.¹⁵⁵

Como membro fundador do Vontade Popular, o engenheiro foi também uma liderança *guarimbera*, mas gozou de menos projeção do que atores como López e Freddy Guevara. No final de 2015, se elegeu deputado pelo estado de Vargas com votação pouco expressiva.

Sua ascensão à presidência da AN foi outro processo encabeçado pela Casa Branca. Conforme acordo entre os partidos da MUD, que é maioria na Assembleia desde 2016, foi estabelecido uma presidência rotativa e em 2019 seria a vez do Vontade Popular indicar o próximo presidente. O nome de Juan Guaidó, pouco popular, foi apoiado pelos EUA por sua origem mais popular e por não ter um histórico negativo em sua carreira política discreta. Para a população venezuelana, inclusive, Guaidó era um desconhecido: pesquisa realizada em 20 de janeiro apontou que 81% dos cidadãos desconheciam o presidente do Congresso.¹⁵⁶ Em

¹⁵² Segundo a oposição, não seria a primeira. Uma das bandeiras *guarimberas* era a libertação de “presos políticos” envolvidos nos protestos.

¹⁵³ ELLNER, Steve. **The New York Times’ Uncanny Comparison Of Leopoldo Lopez With Martin Luther King**. Disponível em: <https://www.coha.org/the-new-york-times-uncanny-comparison-of-leopoldo-lopez-with-martin-luther-king/>. Acesso em: 24 Nov, 2019.

¹⁵⁴ GRAHAM-HARRISON, Emma. **Spain will not remove Venezuelan opposition figure from its embassy**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/03/spain-leopoldo-lopez-venezuela-opposition-politician-diplomatic-compound>. Acesso em 22 Mai, 2020.

¹⁵⁵ BLUMENTHAL; COHEN, op. cit.

¹⁵⁶ RODRIGUES, Fania. **Não reconhecido pela maioria do povo venezuelano, Guaidó é mais famoso na Colômbia**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/nao-reconhecido-pela-maioria-do-povo-venezuelano-guaido-e-mais-famoso-na-colombia/>. Acesso em: 13 Mar, 2020.

dezembro de 2018, o deputado participou de encontros com os governos de Washington, Bogotá e Brasília para orquestrar manifestações opositoras e, no mês seguinte, se encontrou pessoalmente com o secretário de Estado Mike Pompeo. Empossado presidente da AN por nomeação do partido, recebeu o sinal verde da Casa Branca para sua autoproclamação como presidente interino através de ligação do vice-presidente estadunidense Mike Pence.¹⁵⁷

Ao se declarar presidente interino, Guaidó buscou consolidar diálogo com países aliados e estabelecer um governo paralelo, como sugere Sharp, nomeando inclusive embaixadores. Em consonância com o projeto imperialista, seu status de presidente interino foi rapidamente reconhecido pelo Grupo de Lima, pelo parlamento europeu¹⁵⁸ e por outros países aliados. Todavia, devido à forma espúria como buscou usurpar a chefia do Executivo e diante da legitimidade que Maduro possui na população - que o elegeu com quase 70% dos votos em 2018 - Guaidó nunca foi reconhecido pela maior parcela do povo como presidente interino¹⁵⁹ nem conseguiu firmar um governo paralelo de fato.

Juan Guaidó, em resumo, é uma liderança política fabricada e impulsionada pelos EUA, uma tática dos manuais de guerras híbridas. A mensagem que sua autoproclamação busca simbolizar é de uma liderança jovem, pró-liberdade e pró-democracia, que irá cessar a usurpação e estabelecer eleições livres. Seu mote político é o mesmo do imperialismo: seguir ampliando a pressão contra a “ditadura” bolivariana; isso é, defende a intensificação do embargo econômico contra a Venezuela.¹⁶⁰

Nessa linha, sua primeira ação como “presidente” foi o intento de receber carregamentos, via Colômbia e Brasil, enviados pelos EUA como tratando-se de “ajuda humanitária” financiada pela USAID. No dia 23 de fevereiro, alguns caminhões buscaram forçar a entrada na Venezuela desde a Colômbia com apoio de opositores, das Forças Armadas colombianas e de alguns militares desertores venezuelanos de forma a tensionar com a Guarda Nacional Bolivariana, que barrou a passagem. Na ponte internacional Simón Bolívar, fronteira entre os dois países, dois desses caminhões foram queimados, fato que foi usado, junto com o bloqueio na fronteira, para afirmar que o governo Maduro se recusou a receber apoio humanitário. Imagens do local, todavia, comprovaram que o fogo foi iniciado por

¹⁵⁷ BLUMENTHAL; COHEN, op. cit.

¹⁵⁸ PARLAMENTO EUROPEU. **Venezuela: Parlamento Europeu reafirma apoio a Juan Guaidó.** Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20200110IPR70010/venezuela-parlamento-europeu-reafirma-apoio-a-juan-guaido>. Acesso em: 24 Mai, 2020.

¹⁵⁹ RODRIGUES, op. cit.

¹⁶⁰ RAMOS, Fernando. **Juan Guaidó y Mike Pompeo hablan de más sanciones contra funcionarios de Maduro.** Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/video/reunion-pompeo-guaido-duque-fernando-ramos-pkg/>. Acesso em: 19 Mai, 2020.

protestantes armados com coquetéis molotov¹⁶¹ quando os veículos ainda se encontravam no lado colombiano. Posteriormente, Guaidó passou a ser investigado por escândalo de corrupção envolvendo fundos destinados à ajuda humanitária¹⁶² para países da região caribenha.

Destarte, sua ação mais destacada se deu no âmbito da “Operação Liberdade”, uma tentativa de organizar a população em comitês locais como forma de pressão. Essa operação se tornou tentativa de levante na madrugada de 30 de abril, quando Guaidó anunciou, ao lado de cerca de 40 militares desertores,¹⁶³ que estava em processo de tomada da base de *La Carlota*, que permaneceu sempre sob comando do Estado. O fracasso dessa ação, que não logrou mais do que o estabelecimento de alguns focos de conflito com as FANB, expôs a fragilidade do apoio popular da oposição mais radical.

Para além da organização civil e das ações midiáticas, a guerra híbrida aplicada contra o povo venezuelano apresenta também aspectos de uma guerra não-convencional. Nessa nova modalidade de conflito, como vimos, utiliza-se de “uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas” (PETIT apud KORYBKO, 2018, p. 71). Assim, os Estados Unidos utilizam de sua complexa estrutura de dominação geopolítica na América Latina para impor um cerco militar à Venezuela e, através de seus aliados, agredir sistematicamente o país de Bolívar.

Centralmente através da Colômbia, como núcleo dessa estrutura militar e como país fronteiro, o imperialismo estadunidense vem executando diversas ofensivas de caráter paramilitar contra a Venezuela e principalmente contra Maduro. O paramilitarismo na Venezuela é um fenômeno presente desde pelo menos 1997: diversos grupos se formaram sob influência ou mesmo através do apoio de grupos paramilitares formados na Colômbia, por sugestão dos EUA, para combater as guerrilhas. Em 2004, um campo de treinamento ligado ao *guarimbero* Robert Alonso foi descoberto com mais de 100 paramilitares colombianos;¹⁶⁴ na ocasião, Chávez denunciou a ligação desses paramilitares com a campanha do referendo, fato que o governo estadunidense não negou (SALGADO, 2019, p. 327). Nos últimos anos,

¹⁶¹ VENEZUELA ANALYSIS. **Debunking Four Mistruths About Venezuela’s Humanitarian Aid Showdown.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14355>. Acesso em 1 Dez, 2019.

¹⁶² DOBSON, Paul. **Venezuela’s Guaido Investigated for Aid Embezzlement.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/14548>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

¹⁶³ Como as FANB são vistas como principal base de sustentação do governo, Guaidó fez coro à mensagem direcionada aos militares para que desertassem. Buscou, assim, usar esses desertores para afirmar que o apoio ao chavismo estaria ruindo.

¹⁶⁴ TELESUR. **The Infiltration of Colombian Paramilitaries into Venezuela.** Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/analysis/The-Infiltration-of-Colombian-Paramilitaries-into-Venezuela-20150824-0005.html>. Acesso em: 25 Mai, 2020.

com a intensificação da ofensiva, a presença desses grupos subiu consideravelmente nos estados na fronteira com a Colômbia, o que pode ser notado pela elevação de crimes como sequestros na região.¹⁶⁵

Essas forças irregulares vêm realizando uma série de ações contra as FANB - como ataques a militares e roubo de armas - e contra o governo chavista. Um dos principais é o grupo narcoparamilitar *Los Rastrojos*: em março de 2020, 37 integrantes foram presos no estado de Táchira - próximo à Colômbia - com armamentos e mais de 600 quilos de explosivos.¹⁶⁶ Investigações apontam também que o grupo atuou diretamente com Guaidó: impedido de sair do país, o líder opositor teria chegado à Colômbia, no mesmo dia dos incidentes envolvendo a “ajuda humanitária”, para participar de reunião do Grupo de Lima e do *Venezuela Aid*, festival organizado para arrecadar fundos humanitários ao país.¹⁶⁷

Da mesma forma, registram-se diversas tentativas de assassinato contra autoridades nacionais por paramilitares ou desertores das Forças Armadas. Uma das mais notórias ocorreu em agosto de 2018: durante o desfile de 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana, drones industriais carregados de explosivos C4 foram abatidos por atiradores de elite. A ação tinha como objetivo assassinar Maduro, que saiu ileso.¹⁶⁸ Investigações posteriores, bem como o depoimento de pessoas envolvidas na tentativa de atentado, atestaram que o plano foi organizado em campos de treinamento paramilitar na Colômbia e um dos responsáveis seria Julio Borges, do Primeiro Justiça, atualmente refugiado no país.¹⁶⁹

De forma sistemática, o antichavismo utiliza-se de paramilitares e mercenários para executar atentados e operações militares psicológicas, partes componentes de sua guerra contra o povo venezuelano. Esse conflito irregular, todavia, se associa intrinsecamente à estrutura geopolítica aprofundada através das décadas para conter qualquer ameaça à ordem imperial. Onde um conflito regular não se apresenta como melhor alternativa, Estados Unidos e seus aliados impõem simultaneamente sua posição militar ostensiva em áreas estratégicas

¹⁶⁵ UNIDAD DE INVESTIGACIÓN DE VENEZUELA. **El secuestro, otro delito que aumenta en estado fronterizo de Venezuela.** Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/el-secuestro-otro-delito-que-aumenta-en-estado-fronterizo-de-venezuela/>. Acesso em 27 Mai, 2020.

¹⁶⁶ TELESUR. **Detienen en Venezuela a paramilitares de Los Rastrojos.** Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/detienen-paramilitares-los-rastrojos-venezuela-colombia--20200306-0019.html>. Acesso em: 7 Mar, 2020.

¹⁶⁷ FLORES, Leonardo. **The Venezuelan Opposition’s Paramilitary Gambit.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14673>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

¹⁶⁸ DOBSON, Paul. **Venezuela’s President Maduro Survives Assassination Attack On Live TV.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13976>. Acesso em: 26 Mai, 2020.

¹⁶⁹ RODRIGUES, Fania. **O que as investigações revelam um ano depois do atentado a drone contra Maduro.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/06/o-que-as-investigacoes-revelam-um-ano-depois-do-atentado-a-drone-contra-maduro>. Acesso em: 27 Mai, 2020.

(como a região caribenha) e o uso de comandos irregulares para agredir povos e governantes que reivindiquem sua soberania (CECENÑA, 2014).

4.3. GOLPE DE MESTRE

O quadro descrito apresenta a conformação de um conflito complexo e multifatorial. Nessa ofensiva, distintas formas de ação e dominação se convergem direta ou indiretamente sob um único objetivo: interromper o processo revolucionário na Venezuela.

De forma quase confessional, o ex-comandante do SOUTHCOM, almirante Tidd, descreve em seu “Golpe de Mestre” o modo como essas estratégias de desestabilização se intercalam e quais os objetivos que almejam com suas aplicações.¹⁷⁰ Nesse documento secreto de 2018, Tidd afirma que chegou a hora de os EUA demonstrarem concretamente sua implicação com a derrubada dessa ditadura venezuelana, cuja derrota seria “seguramente um ponto de inflexão continental” - afirmação que demonstra a importância geopolítica do bolivarianismo. Para tal, afirma a necessidade de ampliar o cerco econômico intensificando a situação de crise - casualidades são citadas como necessárias - e responsabilizando Maduro pela instabilidade socioeconômica. Tidd pauta também reforçar a campanha midiática e informacional contra o líder chavista, associando-o com o narcotráfico, com violações dos direitos humanos e descrevendo-o como “marionete de Cuba”.

No âmbito militar, é categórico ao colocar que “todas as capacidades de guerra psicológica dos Estados Unidos” devem ser aplicadas; da mesma forma, incentiva o uso de paramilitares e a manutenção do “fogo contínuo na fronteira com a Colômbia” e de atividades criminais e de narcotráfico. Por fim, defende que um conflito militar contra a Venezuela deve se estabelecer “sob bandeira internacional”, usando-se de organismos como a OEA e atuando de forma coordenada com países aliados - Colômbia, Brasil, Panamá. Em outras palavras, o documento de 11 páginas descreve exatamente o mesmo quadro de guerra multidimensional que apontamos até aqui.

No presente momento, a ofensiva segue seu processo evolutivo e, em março de 2020, estabeleceu-se uma nova etapa. No dia 26, a Casa Branca acusou formalmente Maduro e outras autoridades e ex-oficiais de narcoterrorismo, lavagem de dinheiro e tráfico de armas e

¹⁷⁰ SOUTHCOM, op. cit.

ofereceu recompensas de milhões de dólares por informações que levassem à detenção dos acusados.¹⁷¹

Poucos dias depois, Pompeo anunciou um plano de transição democrática para a Venezuela.¹⁷² Segundo Pompeo, os EUA retirariam as sanções contra o Estado venezuelano e a indústria petroleira caso Maduro renunciasse. O país seria temporariamente administrado por um “conselho de Estado” e novas eleições deveriam ocorrer sem a participação de Maduro ou Guaidó. O plano foi elaborado unilateralmente e naturalmente rechaçado pelas autoridades venezuelanas. A partir dessas medidas, os EUA mobilizaram uma força naval para o Caribe para “combater o narcotráfico”¹⁷³, intensificando ainda mais sua presença militar na região.

Dessa maneira, o cenário de guerra no Caribe se mostra cada vez mais intenso. De um lado, a ofensiva imperialista potencializa seu embargo econômico e suas mobilizações bélicas irregulares; de outro, a Revolução aprofunda sua organização popular e a amplia o preparo de guerra popular de resistência por meio das Milícias Bolivarianas, que recentemente superaram a marca de 3 milhões de milicianos.¹⁷⁴

Em suma, o avanço da situação venezuelana se mostra imprevisível, progredindo dialeticamente com a evolução da situação geopolítica latino-americana. Apesar de que as bases dessa guerra apontem para certas tendências não convencionais, a posição da Casa Branca e de seus sócios regionais, bem como a volatilidade das tensões, demonstra que nenhuma alternativa pode ser efetivamente descartada. Impõe-se, assim, a necessidade de contínua atualização acerca do quadro belicoso e de possibilidades futuras. Não obstante, defendemos que a característica central dessa guerra seguirá inalterada: isso é, o choque entre um “império não-declarado” que visa a dominação hegemônica e um povo que se atreve a reivindicar sua autonomia.

¹⁷¹ DEPARTMENT OF JUSTICE. **Manhattan U.S. Attorney Announces Narco-Terrorism Charges Against Nicolas Maduro, Current And Former Venezuelan Officials, And Farc Leadership.** Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-sdny/pr/manhattan-us-attorney-announces-narco-terrorism-charges-against-nicolas-maduro-current>. Acesso em: 29 Mai, 2020.

¹⁷² DEPARTMENT OF STATE. **Democratic Transition Framework for Venezuela.** Disponível em: <https://www.state.gov/democratic-transition-framework-for-venezuela/>. Acesso em 29 Mai, 2020.

¹⁷³ BBC NEWS MUNDO. **Estados Unidos despliega una fuerza naval cerca de aguas de Venezuela "para combatir el narcotráfico".** Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52129410>. Acesso em: 29 Mai, 2020.

¹⁷⁴ DOBSON, Paul. **Venezuela's Civilian Militia Surpasses Target, Reaches 3.3 Million Members.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/14742>. Acesso em 29 Mai, 2020.

5. CONCLUSÃO

Desde sua origem, a Revolução Bolivariana enfrenta uma forte e crescente agressão. Como um projeto nacionalista, o bolivarianismo evoluiu de forma complexa e contraditória - inclusive, em relação com a própria agressão interna e externa -, conformando-se hoje no principal bastião anti-imperialista da América do Sul; uma iniciativa popular e autônoma que transformou a Venezuela em um país de central importância para a geopolítica mundial.

A história recente da Venezuela pode ser considerada uma experiência concentrada do que representa o imperialismo para a periferia global. O bolivarianismo, enquanto movimento de contornos indefinidos, nasceu da indignação de setores da sociedade venezuelana, com óbvio destaque à geração de jovens oficiais da qual Hugo Chávez foi o principal expoente, diante da desigualdade e da miséria de um país carente de qualquer pretensão autônoma. Impulsionado pelos efeitos do neoliberalismo e pela ascensão dos movimentos populares, esse movimento alcançou a direção do governo nacional nas eleições de 1998 e, na tarefa de fundar a 5ª república, desde o princípio confrontou-se com os resquícios do regime *puntofijista* e com a ingerência estadunidense.

Nos últimos anos, em que a conjuntura internacional se apresenta cada vez mais desafiadora, a guerra multidimensional imposta ao povo venezuelano torna-se cada vez mais brutal. Atuando em múltiplas frentes e utilizando-se de distintos instrumentos, o imperialismo estadunidense promove o caos e a violência visando expandir sua dominação hegemônica e destruir o exemplo que o bolivarianismo representa para as lutas populares contra o imperialismo e a dependência.

Nesse sentido, o presente estudo partiu da seguinte pergunta: *como se configurou historicamente a ofensiva imperialista contra o processo de Revolução Bolivariana na Venezuela?* Para tal, foi estabelecida uma reconstrução histórica do chavismo desde o *puntofijismo*, demonstrando como a evolução sociopolítica do processo revolucionário esteve relacionada com as iniciativas de desestabilização. Da mesma forma, foi apresentado um estudo sobre a evolução da atuação imperialista até o atual *modus operandi*, conformado sob o princípio de dominação do espectro total. A partir desses dois estudos, desenvolvemos um quadro analítico acerca da estruturação da guerra multidimensional implementada contra a Venezuela, apresentando suas bases centrais e a inter-relação entre distintas modalidades de ação.

Acreditamos que o trabalho alcançou seu objetivo central, isso é, “analisar descritivamente a estruturação, nos moldes da concepção de dominação de espectro total, da

atual guerra de caráter multidimensional coordenada pelos Estados Unidos contra o povo venezuelano.” A partir das pesquisas realizadas, foi possível conceber um quadro analítico acerca dessa ofensiva a partir das seguintes dimensões: a dominação geopolítica na América Latina, realizada através da presença militar ostensiva, do processo de padronização da atuação das forças armadas locais sob comando do SOUTHCOM e do estabelecimento de um cerco político-militar-econômico à Venezuela; a promoção da oposição nacional, fornecendo suporte financeiro, político e operacional para os partidos e entidades civis que visam desestabilizar o governo e forçar a queda do presidente Maduro; o embargo econômico, que impede o acesso a recursos de primeira necessidade e estrangula o país em termos financeiros e produtivos; e a promoção de ações de insurreição popular e de violência paramilitar, denominada como um processo de guerra híbrida, contra o chavismo.

Todavia, o quadro apresentado só pode ser concebido dentro de seus limites. Em primeiro lugar, a análise visa apresentar as estruturas gerais da desestabilização, sendo irrealizável apresentar a totalidade das formas de atuação e de suas consequências. Segundo, por tratar-se de uma investigação sobre práticas de desestabilização complexas e muitas vezes veladas, o acesso a fontes é naturalmente limitado - fato que reforça nossa prioridade na utilização de fontes jornalísticas contra-hegemônicas. Por fim, a ofensiva é um fenômeno em desenvolvimento: de um lado, os fatores mais atuais não contam com estudos de maior profundidade; por outro, sua evolução é complexa e imprevisível. Não obstante, compreendemos que essa evolução só pode se dar dentro dos marcos fundantes dessa ofensiva - isso é, a atualidade do imperialismo.

Dessa forma, entendemos que os estudos sobre a Revolução Bolivariana e sobre a atuação imperialista contemporânea na América Latina necessitam ser expandidos dentro de uma perspectiva totalizante, que vislumbre as tendências gerais do sub-continente e possa analisá-las dialeticamente com as particularidades de cada país. Nesse sentido, os eventos de um determinado processo podem apresentar importantes chaves de compreensão para outros, sem nunca substituir a necessidade de partir analiticamente da realidade concreta. Mais do que uma demanda acadêmica, trata-se de uma condição necessária à sobrevivência dos povos latino-americanos e de sua determinação em ser livres.

REFERÊNCIAS

ALMADA, IZAÍAS. **Venezuela: povo e Forças Armadas**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

ANDERSON, Perry. **A política externa americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

AZZELLINI, Dario. Construyendo utopías concretas: el movimiento comunero en Venezuela. **Convergencia**, Toluca, n. 78, p. 119-214, janeiro-abril, 2018.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Desordem Mundial: Dominação do Espectro Total**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BBC NEWS MUNDO. **Estados Unidos despliega una fuerza naval cerca de aguas de Venezuela "para combatir el narcotráfico"**. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52129410>. Acesso em: 29 Mai, 2020.

BBC NEWS MUNDO. **Juan Guaidó, presidente de la Asamblea Nacional de Venezuela, se juramenta como "presidente encargado" del país**. Disponível em <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46979533>. Acesso em: 11 Jun, 2020.

BBC NEWS MUNDO. **Maduro anuncia que Venezuela rompe relaciones con "el gobierno imperialista de EE.UU.", al que acusa de estar detrás de la juramentación de Guaidó como "presidente encargado"**. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46979316>. Acesso em: 24 Nov, 2019.

BECKER, Brian. **Tiananmen 30 anos depois: o massacre que não foi**. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/06/04/tiananmen-30-anos-depois-o-massacre-que-nao-foi/>. Acesso em: 23 Jun, 2019.

BENÍTEZ, Horacio. **Presidente Chávez define Socialismo del siglo XXI**. Disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a17224.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BLUMENTHAL, Max; COHEN, Dan. **La creación de Juan Guaidó: cómo los laboratorios de cambio de régimen estadounidenses crearon al líder del golpe de estado en Venezuela**. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/01/31/la-creacion-de-juan-gaido-como-los-laboratorios-de-cambio-de-regimen-estadounidenses-crearon-al-lider-del-golpe-de-estado-en-venezuela/>. Acesso em: 3 Mai, 2020.

BRASIL DE FATO. **Ana Esther Ceceña: "Amazônia é fundamental para hegemonia dos EUA na América Latina"**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/09/ana-esther-cecena-amazonia-e-fundamental-para-hegemonia-dos-eua-na-america-latina/>. Acesso em 11 Mai, 2020.

BRASIL DE FATO. **Venezuela: Juan Guaidó se autoproclama presidente da Assembleia.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ndCxzU0b7fA&feature=emb_title. Acesso em 10 Jan, 2020.

BUZETTO, Marcelo. **Guerra de Todo o Povo: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana.** 2011. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CANTOR, Renán Vega. **La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia:** injerencia de Los estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33458.pdf>. Acesso em 11 Jan, 2020.

CATHCART, Gustavo. **O petróleo e a crise venezuelana a partir de 2013.** 79p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 124-139, 2014.

CECEÑA, Ana Esther; RODRÍGUEZ, David Barrios. Dominación capitalista y geopolítica continental. **Revista de Estudios Estratégicos**, Havana, n. 6, p. 53-72, jan./jun. 2018.

CECEÑA, Ana Esther; RODRÍGUEZ, David Barrios. **Venezuela: ¿invadida o cercada?**. Disponível em: <http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/default/files/2017-11/Venezuelainvadidaocercada.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CNE. **Divulgación de resultado elecciones 2018.** Disponível em: <http://www.cne.gov.ve/ResultadosElecciones2018/index.php>. Acesso em: 7 Dez, 2019.

CNE. **Divulgación Presidenciales 2013.** Disponível em: www.cne.gov.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html. Acesso em: 21 Nov, 2019.

CNN. **¿Quiénes están detrás de las guarimbas?**. Disponível em <https://cnnespanol.cnn.com/2014/04/07/guarimba/>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

CRUZ, A. L. A; RIVERA, D. M, R. Venezuela antes de Chávez: auge y derrumbe del sistema del "Punto Fijo". **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, No. 32, p. 255-274, jun. 2005.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global, 1983.

CURCIO, Pascualina. **Quais são os impactos da guerra econômica contra a população da Venezuela?**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/artigo-or-quais-sao-os-impactos-da-guerra-economica-contra-a-populacao-da-venezuela/>. Acesso em: 23 Nov, 2019.

CURCIO, Pascualina. **The Impact of the Economic war on Venezuela**. Disponível em: <https://orinocotribune.com/the-impact-of-the-economic-war-on-venezuela/>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

DE MELLO, Michele. **Entenda o CLAP, programa que combate a fome com a força das comunidades venezuelanas**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/entenda-o-clap-programa-que-combate-a-fome-com-a-forca-das-comunidades-venezuelanas/>. Acesso em: 5 Dez, 2019.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **SOUTHCOM Faces Threats to Peace in Latin America, Caribbean**. Disponível em: <https://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=26972>. Acesso em 30 Abr, 2020.

DEPARTMENT OF JUSTICE. **Manhattan U.S. Attorney Announces Narco-Terrorism Charges Against Nicolas Maduro, Current And Former Venezuelan Officials, And Farc Leadership**. Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-sdny/pr/manhattan-us-attorney-announces-narco-terrorism-charges-against-nicolas-maduro-current>. Acesso em: 29 Mai, 2020.

DEPARTMENT OF STATE. **Democratic Transition Framework for Venezuela**. Disponível em: <https://www.state.gov/democratic-transition-framework-for-venezuela/>. Acesso em 29 Mai, 2020.

DOBBS, Michael. **Halliburton's Iraq contracts exceed \$1.7 billion / Company was formerly headed by Dick Cheney**. Disponível em: <https://www.sfgate.com/news/article/Halliburton-s-Iraq-contracts-exceed-1-7-billion-2574101.php>. Acesso em 15 Jan, 2020.

DOBSON, Paul. **Venezuela's Civilian Militia Surpasses Target, Reaches 3.3 Million Members**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/14742>. Acesso em 29 Mai, 2020.

DOBSON, Paul. **Venezuela's Guaido Investigated for Aid Embezzlement**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/14548>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

DOBSON, Paul. **Venezuela's President Maduro Survives Assassination Attack On Live TV**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13976>. Acesso em: 26 Mai, 2020.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2018.

EISENHOWER, Dwight D. **Military-industrial complex speech**. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/eisenhower001.asp. Acesso em: 13 Jan, 2020.

ELIZALDE, Rosa Miriam. **Nuevos documentos revelan financiamiento de EE.UU. a estudiantes en Venezuela**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2007/12/02/nuevos-documentos-revelan-financiamiento-de-eeuu-a-estudiantes-en-venezuela/>. Acesso em: 17 Mai, 2020.

ELLNER, Steve. **The New York Times' Uncanny Comparison Of Leopoldo Lopez With Martin Luther King**. Disponível em: <https://www.coha.org/the-new-york-times-uncanny-comparison-of-leopoldo-lopez-with-martin-luther-king/>. Acesso em: 24 Nov, 2019.

ENGDAHL, F. William. **Full Spectrum Dominance: totalitarian democracy in the new world order**. Edition.engdahl, 2009.

ESTADAO. **Maduro pede à Justiça que reverta a suspensão de poderes do parlamento**. <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,maduro-pede-a-justica-que-reverta-suspensao-de-poderes-do-parlamento,70001722537>. Acesso em: 6 Dez, 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **AmazonLog-17: informativo nº 1**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/8273438/Informativo%20N%C2%BA%201%20AMAZONLOG17%20-%20PORTUGU%C3%8AS>. Acesso em 23 Mai, 2020.

FLORES, Leonardo. **The Venezuelan Opposition's Paramilitary Gambit**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14673>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Hugo Chávez destravou início das negociações de paz entre Colômbia e Farc**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/hugo-chavez-destravou-inicio-das-negociacoes-de-paz-entre-colombia-e-farc.shtml>. Acesso em: 27 Nov, 2019.

GLOBAL RESEARCH. **Hillary Emails Reveal NATO Killed Gaddafi to Stop Libyan Creation of Gold-Backed Currency**. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/hillary-emails-reveal-nato-killed-gaddafi-to-stop-libyan-creation-of-gold-backed-currency/5594742>. Acesso em: 27 Jan, 2020.

GOLINGER, Eva; LANDAU, Saul. **The Chávez code: cracking US intervention in Venezuela**. Northampton: Olive Branch Press, 2006.

GOLINGER, Eva. **The CIA Was Involved In the Coup Against Venezuela's Chavez**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/800>. Acesso em: 7 Mai, 2020.

GOLINGER, Eva. **USAID Closes Venezuela Program, Transfers to Miami**. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/5995>. Acesso em 17 Mai, 2020.

GOTT, Richard. **À Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação na Venezuela**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAHAM-HARRISON, Emma. **Spain will not remove Venezuelan opposition figure from its embassy**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/03/spain-leopoldo-lopez-venezuela-opposition-politician-diplomatic-compound>. Acesso em 22 Mai, 2020.

HARNECKER, Marta. **Venezuela: militares junto al pueblo**. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2002.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8ª. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

INTERNACIONAL REPUBLICAN INSTITUTE. **Who we are.** <https://www.iri.org/who-we-are>. Acesso em 12 Mai, 2020.

KLEIN, Betsy; HANSLER, Jennifer. **US announces sanctions on Russian oil firm for supporting Venezuela's Maduro.** Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/02/18/politics/us-sanctions-venezuela-rosneft/index.html>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAJTMAN, T; BARONA, C. A. **Guerra infinita: EE. UU. y las drogas en Colombia.** Disponível em: <https://www.celag.org/guerra-infinita-eeuu-y-las-drogas-en-colombia/>. Acesso em: 7 Mai, 2020.

LAJTMAN, T; FERNÁNDEZ; A. G; MARTIN-CARRILLO, S. **Los recursos estratégicos de Latinoamérica en la guerra China-EE.UU.** Disponível em: <https://www.celag.org/los-recursos-estrategicos-de-latinoamerica-en-la-guerra-china-eeuu/>. Acesso em 15 Mai, 2020.

LANDER, Edgardo. Venezuela. **Populism and the left: alternatives to neo-liberalism.** In: Barrett, P.; CHAVEZ, D.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. *The new american left: utopia reborn.* Amsterdam: Pluto Press, 2008.

LENIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LIND, William. **Compreendendo a Guerra de Quarta Geração.** *Military Review.* janeiro-fevereiro, 2005.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LOSURDO, Domenico. **Non-violence: a history behind the myth.** Londres: Lexington Books, 2015.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez.** Caracas, Alfadil, 2009.

MACROTRENDS. **Brent Crude Oil Prices - 10 Year Daily Chart.** Disponível em: <https://www.macrotrends.net/2480/brent-crude-oil-prices-10-year-daily-chart>. Acesso em: 3 Dez, 2019.

MALLETT-OUTRIM, Ryan. **Venezuela's Constituent Assembly Assumes Parliamentary Powers.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13322>. Acesso em 1 Dez, 2019.

MANCILLA, Alfredo Serrano. **Venezuela frente a emergencia económica.** Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/venezuela-frente-emergencia-economica>. Acesso em 16 Nov, 2019.

MARIN, Pedro. **Diosdado Cabello: Tentativa de golpe na Venezuela foi derrotada.** Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/30/diosdado-cabello-tentativa-de-golpe-na-venezuela-foi-derrotada/>. Acesso em 30 Abr, 2019.

MARIN, Pedro. **Padrino López: Tentativa de golpe na Venezuela teve tamanho “mediocre” e “insignificante”.** Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/30/padrino-lopez-tentativa-de-golpe-na-venezuela-teve-tamanho-mediocre-e-insignificante/>. Acesso em 30 Abr, 2019.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 6ª. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARTINS, Antonio. **O Equador reage ao capitalismo de desastre.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/o-equador-reage-ao-capitalismo-de-desastre/>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

MARTÍNEZ, José Honorio. La política petrolera del gobierno Chávez o la redefinición del Estado ante la globalización neoliberal. **HAOL**, n. 24, p. 7-15, Inverno, 2011.

MRE. **Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos:** Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21172-entrada-em-vigor-do-acordo-de-salvaguardas-tecnologicas-brasil-estados-unidos-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-ministerio-da-ciencia-tecnologia-inovacoes-e-comunicacoes-e-do-ministerio-da-defesa>. Acesso em: 22 Mai, 2020.

MUHHO, Sam. **Color Revolutions: Getting Our Facts Straight on the “Arab Spring”.** Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/color-revolutions-getting-our-facts-straight-on-the-arab-spring/5379479>. Acesso em: 15 Jan, 2020.

NARANJO, José. **Leilão de escravos na Líbia causa indignação em toda a África.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511352092_226137.html. Acesso em 5 Jun, 2020.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **Grant Agreement No. 2003-548.0 between National Endowment for Democracy, Súmate, A.C.** Disponível em: http://www.sumate.org/documentos/Varios/NED_Grant_Agreement_25septiembre2003.pdf. Acesso em 9 Mai, 2020.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **Venezuela 2019.** Disponível em: <https://www.ned.org/region/latin-america-and-caribbean/venezuela-2019/>. Acesso em: 19 Mai, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEW YORK TIMES. **Chávez Calls Bush ‘the Devil’ in U.N. Speech.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/09/20/world/americas/20cnd-chavez.html>. Acesso em: 13 Dez, 2019.

NEW YORK TIMES. **U.S.-Approved Arms for Libya Rebels Fell Into Jihadis’ Hands.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/12/06/world/africa/weapons-sent-to-libyan-rebels-with-us-approval-fell-into-islamist-hands.html>. Acesso em: 20 Jan, 2020.

NUEVA SOCIEDAD. **Movilizaciones estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes.** Disponível em: <https://nuso.org/articulo/movilizaciones-estudiantiles-en-venezuela-del-carisma-de-chavez-al-conflicto-en-redes/>. Acesso em 14 Mai, 2020.

O GLOBO. **Contrários à venda a Chávez, EUA desconfiaram de Super Tucanos da Embraer, revela WikiLeaks.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/contrarios-venda-chavez-eua-desconfiaram-de-super-tucanos-da-embraer-revela-wikileaks-2836314>. Acesso em: 01 Dez, 2019.

O GLOBO. **Maduro pede poderes para governar por decreto por um ano.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-pede-poderes-para-governar-por-decreto-por-um-ano-10302801>. Acesso em: 2 Dez, 2019.

OPEC. **OPEC Share of World Crude Oil Reserves 2018.** Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

OPERACIÓN LIBERTAD. Disponível em: <https://operacionlibertad.org/>. Acesso em: 11 Dez, 2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSTROW, Teddy. **Zero Percent of Elite Commentators Oppose Regime Change in Venezuela.** Disponível em: <https://fair.org/home/zero-percent-of-elite-commentators-oppose-regime-change-in-venezuela/>. Acesso em 25 Jan, 2020.

OURIQUES, Nildo. **Venezuela: despues de la devaluación.** Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/venezuela-despues-de-la-devaluacion>. Acesso em: 28 Nov, 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. **Venezuela: Parlamento Europeu reafirma apoio a Juan Guaidó.** Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20200110IPR70010/venezuela-parlamento-europeu-reafirma-apoio-a-juan-guaido>. Acesso em: 24 Mai, 2020.

PEARSON, Tamara; MALLET-OUTTRIM, Ryan. **Venezuelan Guarimbas: 11 Things the Media Didn’t Tell You.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/11211>. Acesso em: 23 Nov, 2019.

PHILLIPS, Brian J. **Would Trump label Mexican cartels terrorist organizations?.** Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/03/26/would-trump-label-mexican-cartels-terrorist-organizations/>. Acesso em 17 Jan, 2020.

PNAC. **Rebuilding America's Defenses.** Disponível em: <http://www.newamericancentury.org/defensenationalsecurity.html>. Acesso em 13 Jan, 2020.

PUBLICO. **EUA aprovam embargo à venda de armas à Venezuela.** Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/05/15/mundo/noticia/eua-aprovam-embargo-a-venda-de-armas-a-venezuela-1257284>. Acesso em: 02 Dez, 2019.

RAMOS, Fernando. **Juan Guaidó y Mike Pompeo hablan de más sanciones contra funcionarios de Maduro.** Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/video/reunion-pompeo-guaido-duque-fernando-ramos-pkg/>. Acesso em: 19 Mai, 2020.

RAMÍREZ, Leyla Carrillo. **Metamorfosis de la intervención.** Havana: Instituto Cubano del Libro, 2017.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Las Misiones Bolivarianas.** Colección Temas de Hoy. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Disponível em www.minci.gob.ve, 2006. Acesso 2 Dez, 2019.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Entramos en una nueva era: el Proyecto Nacional Simón Bolívar.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007a. Disponível em: www.minci.gob.ve. Acesso em: 12 Nov, 2019.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Socialismo del Siglo XXI: la fuerza de los pequeños.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007b. Disponível em www.minci.gob.ve. Acesso em: 12 Nov, 2019.

REVILHA, Gustavo Borges. **Guerra não convencional contra a Venezuela.** Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/guerra-nao-convencional-contra-venezuela>. Acesso em: 18 Set, 2019.

RODRIGUES, Fania. **Não reconhecido pela maioria do povo venezuelano, Guaidó é mais famoso na Colômbia.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/nao-reconhecido-pela-maioria-do-povo-venezuelano-guaido-e-mais-famoso-na-colombia/>. Acesso em: 13 Mar, 2020.

RODRIGUES, Fania. **O que as investigações revelam um ano depois do atentado a drone contra Maduro.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/06/o-que-as-investigacoes-revelam-um-ano-depois-do-atentado-a-drone-contra-maduro>. Acesso em: 27 Mai, 2020.

ROJAS, Pedro Rodríguez. **Cronología y balance de las guarimbas en Venezuela.** Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a203084.html>. Acesso em: 3 Dez, 2019.

ROJAS, Rachael Boothroyd. **From Violent Barricades in 2014 to Official Right-Wing: Venezuela's Opposition.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/11853>. Acesso 18 Ago, 2019.

ROJAS, Rachael Boothroyd. **Venezuelan Opposition Abandons Talks in Dominican Republic, Dismisses Deal with Gov't.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/news/13647>. Acesso em: 1 Dez, 2019.

ROSSI, Amanda. **O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml>. Acesso em 28 Nov, 2019.

RT. **Obama sanciona a militares venezolanos y declara a Venezuela como una amenaza para EE.UU.** Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/168517-obama-eeuu-sanciones-venezuela-militares>. Acesso em 4 Dez, 2019.

RT. **Years of US sanctions have cost Venezuelan economy \$130 billion – official.** Disponível em: <https://www.rt.com/business/459884-venezuela-losses-billions-us-pressure/>. Acesso em: 23 Mai, 2020.

SCARTEZINI, Natalia. **A Ofensiva Socialista na Venezuela: A práxis revolucionária bolivariana sob o prisma teórico de István Mészáros.** 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2013.

SCHARZ, Jon. **Elliot Abrams, Trump's pick to bring "democracy" to Venezuela, has spent his life crushing democracy.** Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/30/elliott-abrams-venezuela-coup/>. Acesso em: 18 Mai, 2020.

SELBY-GREEN, Michael. **Venezuela crisis: Former UN rapporteur says US sanctions are killing citizens.** Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/venezuela-us-sanctions-united-nations-oil-pdvsa-a8748201.html>. Acesso em 22 Mai, 2020.

SEVERO, Luciano Wexell. **Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de "sembrar el petróleo".** OIKOS, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 93-117, 2009.

SHARP, Gene. **From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation.** 4ª ed. Boston: Albert Einstein Institute, 2010.

SHARP, Gene. **198 Methods of Nonviolent Action.** Disponível em: <https://www.aeinstein.org/nonviolentaction/198-methods-of-nonviolent-action/>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

SOUTHCOM. **Plan to overthrow the Venezuelan Dictatorship – “Masterstroke”.** Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article201100.html>. Acesso em: 27 Mai, 2020.

SOUTHCOM. **UNITAS 2019.** Disponível em: <https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/UNITAS-2019/>. Acesso em 18 Mai, 2020.

SPUTNIK. **Bloomberg: Banco da Inglaterra se recusa a devolver ouro a Maduro.** Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2019012613186184-banco-inglaterra-recusa-devolver-ouro-maduro-venezuela/>. Acesso em 12 Mai, 2020.

SPUTNIK. **Twitter Blocks Accounts of Venezuelan Vice-President Who Deals With Combating COVID-19.** Disponível em: <https://sputniknews.com/latam/202003201078640419-twitter-blocks-accounts-of-venezuelan-vice-president-who-deals-with-combating-covid-19/>. Acesso em: 21 Mai, 2020.

TAVARES, Elaine. **Venezuela: o golpe é de quem?**. Disponível em: <http://desacato.info/venezuela-o-golpe-e-de-quem/>. Acesso em: 6 Dez, 2019.

TELESUR. **¿Qué pasó el 12 de febrero de 2014 en Venezuela?**. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Conozca-que-son-las-guarimbas-en-Venezuela-y-quienes-estan-detras-20140312-0050.html>. Acesso 22 Nov, 2019.

TELESUR. **The Infiltration of Colombian Paramilitaries into Venezuela.** Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/analysis/The-Infiltration-of-Colombian-Paramilitaries-into-Venezuela-20150824-0005.html>. Acesso em: 25 Mai, 2020.

TELESUR. **Hace 12 años Hugo Chávez rechazó el ALCA con su frase: "¡ALCarajo!"**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=011AfMWcdyg>. Acesso em: 29 Nov, 2019.

TELESUR. **Siete jóvenes quemados por la oposición venezolana en protestas violentas.** Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Siete-jovenes-quemados-por-la-oposicion-venezolana-en-protestas-violentas-20170703-0031.html>. Acesso em: 22 Nov, 2019.

TELESUR. **Venezuela: grupos opositores queman 50 toneladas de alimentos.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYk9hTK8zoQ>. Acesso em: 2 Dez, 2019.

TELESUR. **Víctimas de violencia opositora en Venezuela eran ajenas a protestas.** Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-guarimbas-violencia-opositora-victimas-20180205-0039.html>. Acesso em: 19 Set, 2019.

TELESUR. **Guarimbas, la "salida" de la oposición en Venezuela desde 2014.** Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Guarimbas-la-salida-de-la-oposicion-en-Venezuela-desde-2014-20180212-0026.html>. Acesso em 13 Nov, 2019.

TELESUR. **Twitter Erupts After 2,000 Pro-Venezuelan Accounts Are Deleted.** Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Twitter-Erupts-After-2000-Pro-Venezuelan-Accounts-Are-Deleted-20190203-0017.html>. Acesso em: 21 Mai, 2020.

TELESUR. **Detienen en Venezuela a paramilitares de Los Rastrojos.** Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/detienen-paramilitares-los-rastrojos-venezuela-colombia--20200306-0019.html>. Acesso em: 7 Mar, 2020

TERRA. **Chávez e Kadafi propõem nova definição de terrorismo.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/chavez-e-kadafi-propoem-nova-definicao-de-terrorismo,000c803f3f40b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 Dez, 2019.

THE GUARDIAN. **President Obama signs bill authorizing sanctions against Venezuela.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/18/obama-bill-sanctions-against-venezuela>. Acesso em 20 Mai, 2020.

THE GUARDIAN. **Venezuela: Hugo Chávez expels US ambassador amid claims of US coup plot.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/sep/12/venezuela.usa>. Acesso em: 12 Dez, 2019.

TRASPADINI, Roberta; BUENO, Fábio Marvulle. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **REBELA**, Florianópolis, v. 4, n. 2, maio-agosto, 2014.

TRICONTINENTAL. **Venezuela y las guerras híbridas en Nuestra América.** Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/dossier-17-venezuela-and-hybrid-wars-in-latin-america/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

TRICONTINENTAL. **Bolivia. What Is Happening in Bolivia Regarding the 3 May Elections?.** Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/bolivia/>. Acesso em 14 Mai, 2020.

UNIDAD DE INVESTIGACIÓN DE VENEZUELA. **El secuestro, otro delito que aumenta en estado fronterizo de Venezuela.** Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/el-secuestro-otro-delito-que-aumenta-en-estado-fronterizo-de-venezuela/>. Acesso em 27 Mai, 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports.** Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506>. Acesso em: 22 Jan, 2020.

US GOVERNMENT. **Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014.** Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_publ_113_278.pdf. Acesso em: 30 Nov, 2019.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13692 of March 8, 2015.** Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13692.pdf>. Acesso em 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13808 of August 24, 2017.** Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13808.pdf>. Acesso em: 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13827 of March 19, 2018.** Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13827.pdf>. Acesso em: 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13835 of May 21, 2018.** Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_eo_13835.pdf. Acesso em: 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13850 of November 1, 2018.** Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_eo_13850.pdf. Acesso em: 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13857 of January 25, 2019.** Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13857.pdf>. Acesso em: 12 Mai, 2020.

US GOVERNMENT. **Executive Order 13884 of August 5, 2019.** Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13884.pdf>. Acesso em 12 Mai, 2020.

VEJA. **Chávez anuncia volta do câncer e fala em Maduro como sucessor.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chavez-anuncia-volta-do-cancer-e-fala-em-maduro-como-sucessor/>. Acesso em: 29 Nov, 2019.

VENEZUELA ANALYSIS. **About venezuelaanalysis.com.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/about>. Acesso em: 05 Jun, 2020.

VENEZUELA ANALYSIS. **In detail: the deaths so far.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/13081>. Acesso em: 30 Nov, 2019.

VENEZUELA ANALYSIS. **Q & A: The National Constituent Assembly in Venezuela.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/13260>. Acesso em 30 Nov, 2019.

VENEZUELA ANALYSIS. **Debunking Four Mistruths About Venezuela's Humanitarian Aid Showdown.** Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/14355>. Acesso em 1 Dez, 2019.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Economic Sanctions as Collective Punishment: The Case of Venezuela.** Center for Economic and Political Research. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-04.pdf>. Acesso em: 13 Jan, 2020.

WOOD, Ellen. **Empire of Capital.** New York: Verso, 2005.